



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1085/15	DATA: 06/07/2015	
LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia	INÍCIO: 15h15min	TÉRMINO: 20h37min	PÁGINAS: 112

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MAURÃO DE CARVALHO - Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.  
ANTÔNIO CARLOS DOS REIS - Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania.  
MARCOS ROCHA - Secretário de Estado da Justiça de Rondônia.  
FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA - Professor da Rede Amazônia Negra — RAN.  
FLAXMAN DE SOUZA ALMEIDA - Perito Criminal.  
ELSIE WINTÉ SHOCKNESS - Representante do Instituto de Defesa da Cidadania Negra — IDCN.  
THADEU BANCALARI SANTOS DA SILVA - Delegado Titular da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente — DEPCA.

SUMÁRIO

Audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para levantamento de diagnósticos, informações, oitivas e diligências pertinentes ao trabalho da CPI nos Estados.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.  
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



**O SR. APRESENTADOR** (Lenilson Guedes) - Audiência pública da Comissão instalada pela Câmara Federal para apurar as causas e as consequências econômicas e sociais do aumento de mortes e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Convido o Exmo. Sr. Deputado Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia Legislativa, para compor a Mesa e recepcionar os Deputados Federais. Convido o Exmo. Sr. Deputado Reginaldo Lopes, Presidente da CPI (*palmas*); a Exma. Sra. Deputada Federal Rosangela Gomes, Relatora da CPI (*palmas*); a Exma. Sra. Deputada Federal Mariana Carvalho (*palmas*); o Exmo. Sr. Deputado Delegado Edson Moreira (*palmas*); o Exmo. Sr. Deputado Federal Marcos Rogério. (*Palmas.*)

Podem sentar-se. (*Pausa.*)

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO** - Quero cumprimentar todos. Boa tarde! Quero cumprimentar o Presidente da CPI, Deputado Reginaldo Lopes, a Deputada Rosangela Gomes, a Deputada Mariana Carvalho, Deputada da nossa cidade que propôs esta audiência de hoje, o Deputado Marcos Rogério, também nosso amigo, e o Deputado Edson Moreira. Quero cumprimentar a imprensa, os servidores desta Casa, as autoridades, que daqui a pouco o nosso cerimonial vai nominar.

Esta audiência pública é uma CPI contra a violência cometida contra os jovens negros e pobres. Portanto, eu quero dar as boas-vindas aos colegas Deputados Federais e ao Presidente da CPI, o Deputado Reginaldo Lopes. Quero aqui colocar esta Casa à disposição de V.Exas. e da Deputada Mariana, nossa colega que já vinha há dias preocupada e trabalhando para que viesse a acontecer esta audiência. Portanto, quero desde já desejar a cada um de vocês as boas-vindas. Sintam-se à vontade, porque esta Casa é de vocês.

Eu quero, desde já, passar a palavra ao Presidente da CPI, o Deputado Reginaldo Lopes. V.Exa. está com a Presidência. Eu quero apenas acompanhar e estar aqui na retaguarda.

Então, passo a Presidência ao Deputado Presidente desta CPI. (*Palmas.*)

Colegas Deputados, Presidente, quero só registrar aqui a presença do Deputado Jesuíno, que acaba de chegar; do Deputado Alex Redano, que também



está presente, nosso colega; e do Deputado Laerte Gomes, que também prestigia, neste ato, esta sessão de audiência pública.

Mais alguns colegas vão chegando. Nosso Cerimonial registrará as presenças.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Boa tarde a todos e a todas!

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito — Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Esta CPI foi instalada no dia 26 de março, com o objetivo de apurar as causas, as razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.

Em 30 de março foi aprovado o Requerimento nº 5, de 2015, de minha autoria, que requer sejam realizadas audiências estaduais para levantamento de diagnósticos, informações, oitivas e diligências pertinentes ao trabalho da Comissão nos Estados.

Em 19 de abril foi aprovado o Requerimento nº 71/2015, de autoria da Deputada Mariana Carvalho, subscrito pelo Deputado Orlando Silva, que requer o deslocamento da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de realizar audiência pública no Estado de Rondônia. Também fizeram, pela manhã, uma diligência na comunidade terapêutica.

A CPI já visitou vários Estados — Rio de Janeiro, Bahia, Alagoas, Espírito Santo, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Pará, Paraíba, e, agora, Rondônia. Também estão previstas diligências nos Estados do Rio Grande do Sul e de Pernambuco.

Quero agradecer ao nosso Presidente, aqui da Casa, o Deputado Maurão de Carvalho, pelo carinho, pelo acolhimento da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito no Estado de Rondônia. Quero também agradecer pela disposição, ao nosso Presidente, na visita que nós fizemos na sua sala, junto com a Deputada Mariana de Carvalho, junto com o Deputado Marcos Rogério, e também com o Deputado Delegado Edson Moreira, e a nossa Relatora, Deputada Rosangela Gomes.

A Comissão lhe fez um pedido para que a Assembleia de Rondônia pudesse constituir aqui, no âmbito do Estado, uma Comissão Especial para estudar e propor



políticas públicas no enfrentamento do número de homicídios no Estado. O Presidente imediatamente acolheu a nossa sugestão. Nós queremos lhe agradecer. Depois S.Exa. vai discutir com o conjunto da Casa, porque nós estamos fazendo, aqui, hoje, um ato político importante, viu, Deputado Marcos Rogério? Nós queremos aqui dar visibilidade ao tema, trazer o tema, divulgar o tema em todo o Brasil, em todas as regiões. Mas é verdade que nós temos que transformar este ato político importante, este evento, num movimento a favor da vida, contra a violência. E para que a gente possa, de fato, ter sucesso nessa empreitada, é fundamental que as câmaras municipais e assembleias legislativas possam constituir grupos de trabalho para que tenham as suas metas também estabelecidas no enfrentamento ao homicídio.

Nós vamos apresentar — a Relatora vai falar depois — um conjunto de proposições legislativas. Inclusive, nós já apresentamos, na quinta-feira passada, o relatório preliminar da CPI. Durante esta semana e na próxima nós vamos concluir esta primeira etapa da nossa CPI. Por que eu estou chamando de primeira etapa? Porque, de fato, o Presidente Eduardo Cunha já se comprometeu em criar imediatamente uma Comissão Especial para analisar uma das PECs, uma das propostas de emenda à Constituição, que nós vamos apresentar. E uma dessas PECs traz a discussão, a participação dos Municípios e da União no esforço, no tema segurança pública. Nós entendemos que precisamos de um novo sistema, compartilhado, federativo e republicano, para resolver o problema da violência no País.

Então, nós vamos, através dessa PEC, também constitucionalizar a responsabilidade dos Municípios e dos Estados, e também da União, em construir estratégias a partir dos seus planos, sejam municipais, sejam estaduais, ou do plano nacional de enfrentamento a homicídios. Nós queremos, nos próximos 10 anos, fazer uma pactuação republicana com o País para reduzir as nossas taxas, porque, hoje, com o recorte de 100 mil habitantes, são quase 58 homicídios de jovens no Brasil.

Essas taxas são estarrecedoras, um absurdo para um país civilizado. O País será menor, a Nação será menor se não conseguirmos trazer essas taxas para um dígito, o que a Organização Mundial da Saúde e a própria ONU acham, entre aspas,



“aceitável”, porque o evidente, o ideal seria que não houvesse nenhum homicídio, que a vida de fato fosse um dom de Deus e que por causas externas ninguém tivesse a sua vida retirada. Mas, na verdade, nos últimos 30 anos, nós matamos uma população do Uruguai. No Brasil, em 30 anos, foram mortos 1 milhão e 200 mil jovens por homicídios; 1 milhão de pessoas no trânsito, 1 milhão; e 210 jovens, aproximadamente, se suicidaram.

Essas taxas, então, são absurdas. Nós precisamos ter um planejamento republicano, com todos os entes federados, e com todos os Poderes, para que possamos reduzi-las, com ações de políticas públicas, numa estratégia nacional, para um dígito.

A Relatora, Deputada Rosangela Gomes, já apresentou o plano nacional de enfrentamento a homicídios. O plano define as diretrizes, mas transfere a obrigação para cada Município, Estado e a União, num prazo de 180 dias, a partir da aprovação. Para apreciar esse plano nacional, será constituída uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados, e nós vamos voltar aos Estados para discuti-lo, com suas diretrizes. Mas é importante que cada Prefeito, cada Governador, a Presidente da República, cada Assembleia, as Câmaras possam, então, debater essas estratégias.

Por isso nós fizemos um apelo. E eu agradeço o acolhimento da nossa sugestão pelo Presidente desta Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho, e aqui também agradeço a intervenção da Deputada Mariana Carvalho, que é responsável pela nossa vinda ao Estado e é nossa Vice-Presidenta da Comissão.

Quero dizer, rapidamente, que de fato eu respondi a uma pergunta da grande mídia. Ela me fez uma pergunta: *“Por que a Comissão tem percorrido os Estados?”*. Eu falei: *“Justamente para jogar luz sobre o tema”*. Nós temos que tirá-lo da invisibilidade. Inclusive, a grande mídia tem um papel fundamental nisso — quando falo a grande mídia, refiro-me aos principais canais de televisão aberta —, porque nós não podemos aceitar que esse tema seja tão naturalizado, como está sendo hoje. Parece que ficou natural matar negros e pobres no Brasil, porque, do total de homicídios de jovens, 80% são negros; de uma forma ou de outra, está meio naturalizado. É evidente que nós não queremos a morte de ninguém, mas eu fico



com a impressão de que, se o foco fosse filho de Deputado, filho de Governador, filho de Prefeito, filho de pessoas mais ricas, a grande mídia não estaria em silêncio, nem a sociedade brasileira, como se encontra hoje. Por isso, é importante que toda a sociedade possa debater esse tema e desnaturalizá-lo, ou seja, dar visibilidade.

Nesse sentido, esta audiência, aqui, é extremamente importante. E é evidente que a Comissão veio aqui para ouvir sugestões. Nós queremos ouvir os nossos convidados e, também, convidar todo o Plenário para participar, aqueles que desejam fazer intervenções, algum tipo de pergunta. Então, nosso Secretário da CPI, o Robson, que está aqui, à nossa direita, esse moço simpático, vai colher as inscrições. Nós vamos ouvir todos os que desejarem fazer uma intervenção, trazer alguma fala, perguntas, questionamentos ou alguma proposição.

Mais uma vez, eu quero agradecer ao Presidente desta Casa, Deputado Maurão de Carvalho, aos nossos Deputados aqui do Estado, à Deputada Mariana Carvalho e também ao Deputado Marcos Rogério, por estarem aqui conosco participando ativamente de todo esse processo de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Depois desta Mesa de abertura, nós teremos uma segunda Mesa. Então, vou passar a palavra para todos os membros desta Mesa, depois nós vamos desfazê-la e convidar a Mesa para debate e, logo após, vamos abrir para o Plenário poder participar. Ou então podemos combinar uma intervenção da Mesa com uma intervenção do Plenário. Vamos combinar assim, não é? Acho que é melhor. Vamos combinar uma intervenção da Mesa e uma intervenção do Plenário.

Então, vou passar a palavra, para suas saudações iniciais, à responsável pela nossa vinda aqui, é autora do requerimento, minha amiga, Deputada Mariana Carvalho. *(Pausa.)*

Pode falar da tribuna.

**A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO** - Boa tarde.

Antes de iniciar, eu gostaria de exibir um vídeo.

*(Exibição de vídeo.)*

**A SRA. DEPUTADA MARIANA CARVALHO** - Boa tarde a todos.



Quero cumprimentar o nosso Deputado Maurão de Carvalho e agradecer-lhe pela recepção e oportunidade de nos receber aqui, na Assembleia Legislativa. *(Palmas.)*

Agradeço aos nossos Deputados Federais que se deslocaram dos seus Estados para estar aqui, hoje, falando sobre um tema que, muitas vezes, é pouco debatido, principalmente pelos políticos do nosso País. Agradeço ao meu Presidente, Reginaldo Lopes, de Minas Gerais, do Partido dos Trabalhadores, e à nossa querida Relatora, Deputada Rosangela Gomes, do Estado do Rio de Janeiro, que fazem parte desta Comissão. Agradeço também ao Deputado Marcos Rogério, que é daqui, do nosso Estado de Rondônia, representando a renovação na nossa Câmara; ao nosso Deputado Estadual Jean Oliveira, com quem tive o prazer de ser Vereadora; ao nosso Deputado Estadual Léo Moraes, pela presença; ao nosso Deputado Delegado Edson Moreira, que também veio de Minas Gerais, representando o seu Estado junto com o nosso Presidente.

Quero agradecer a cada um de vocês, que vieram aqui, representando todos os segmentos, a juventude, os negros, a periferia, os nossos órgãos, as nossas procuradorias e promotorias, a cada um que se deslocou da sua localidade para vir debater esse tema.

No dia 26 de março deste ano, tivemos a oportunidade de instaurar esta CPI, na Câmara Federal. Ela é composta de 27 membros. Cada Deputado pode escolher de qual Comissão quer participar. Eu tive a oportunidade de escolher esta CPI, por ser jovem e por querer trazer esse tema para o nosso dia a dia, para o nosso debate. Percebemos que no Brasil cada vez mais vem aumentando o número desses homicídios, e a nossa juventude fica cada vez mais à mercê, principalmente aqui, no nosso Estado de Rondônia.

O motivo que me fez trazer para cá esta audiência — sem estarmos no rol de primeiros lugares, como Alagoas, Estado que está disparado na frente, onde a nossa CPI se fez presente — foi a nossa divisa, as nossas fronteiras.

Exemplo disso foi o que vimos hoje, pela manhã, quando tivemos a oportunidade de fazer diligências no Refúgio Canaã. E confesso a vocês que, se todas as pessoas tivessem a oportunidade de ouvir aqueles jovens contando a sua realidade, como entraram para o crime, pensaríamos e reveríamos as formas, não



só dos governos, mas das escolas e da sociedade, para evitar esse número tão alto de envolvimento dos jovens com drogas em nosso Estado.

Hoje, escutamos jovens falarem que acabam vindo para o nosso Estado de Rondônia pelos preços das drogas serem muito mais baixos do que em outros Estados, e às vezes até mesmo pela vontade de chegar ao nível do traficante do seu bairro, por quererem se envolver cada vez mais com as drogas, achando que aquilo faz bem.

Temos que trazer esse debate para o nosso dia a dia, mostrando o caminho correto, o caminho certo, fazendo com que haja políticas públicas — não apenas propagandas de que elas existem — para na prática as drogas serem combatidas. E temos que combater cada vez mais esse preconceito que existe em nosso País, acabar com ele, para podermos viver numa sociedade com mais igualdade. Eu tenho certeza de que isso é possível.

Lembro-me de que, logo no início do mandato, quando se instalou esta CPI, algumas pessoas até criticaram, falaram que era um absurdo, com tantos outros temas, estarmos discutindo violência e querendo dividir. Mas a verdade é que a grande maioria da juventude que vem morrendo é negra e muitas vezes pobre. Isso nos faz levar adiante esse debate, deixando sim alguns temas que, claro, têm tanta importância quanto o da violência, mas cada um no seu momento.

A ideia de trazer esse tema para Porto Velho, para o nosso Estado de Rondônia, foi para poder ouvir vocês, talvez alguém, como pedimos que estivesse aqui, que tenha um depoimento a dar sobre alguma agressão que sofreu, sobre algum familiar; sobre alguma história de um vizinho, de um amigo. Às vezes as pessoas têm até vergonha de dizer realmente o que houve, mas vocês que vivenciam isso podem nos ajudar. E vejo aqui, também, nossos representantes das polícias, que podem nos dizer como agir e o que tem acontecido para em nosso Estado estar cada vez mais aumentando o número de pessoas envolvidas com a criminalidade.

Sabemos que esses casos de homicídios acabam ocorrendo, muitas vezes, por acerto de contas. Isso temos como evitar. E eu tenho certeza de que, levando esse tema para o dia a dia nos nossos bairros, na nossa comunidade, conseguiremos ter uma Rondônia com mais paz, com mais dignidade, com mais



segurança para a nossa juventude. E por isso eu venho agradecer a cada um de vocês.

Eu gostaria de ficar horas e horas falando, mas na verdade viemos aqui para apurar os fatos e ouvir as pessoas que vivem, no seu dia a dia, essa realidade, a fim de combatermos essa violência, esse racismo que ainda existe no nosso País, independente de todos os segmentos.

Sempre falo que na nossa CPI — não sei se vocês costumam no dia a dia nos assistir na televisão — cada um tem um posicionamento, uma forma de pensar e de ver essas violências, mas o mais importante é que esses 27 Deputados que estão lá fizeram essa escolha para lutar por esse tema e chegar a uma relatoria, no caso o parecer está sendo elaborado pela Deputada Rosângela Gomes, para resolver esse problema no nosso País.

Acredito que, como disse o Deputado Reginaldo, um grande passo tem sido visitar as nossas capitais e deixar, Deputado Maurão, em todas as Assembleias Legislativas, um pedido para que seja instaurada essa Comissão estadual, para investigar, porque não temos os dados corretos sobre quantas mortes ocorrem e sobre quais as razões e consequências desses homicídios no nosso Estado, para, então, começarmos a trabalhar, porque cada Estado e cada região tem uma situação diferente. Assim, eu tenho certeza de que fica muito fácil, quando tivermos os dados em mãos, querido Breno, e Bruno, que é responsável pela juventude no nosso Município, sabermos por que isso está acontecendo, quais os bairros mais atingidos, para virmos então com melhorias. E eu tenho certeza de que, a partir do momento em que for instaurada aqui a Comissão — o Deputado Maurão se colocou à disposição —, conseguiremos chegar a esse resultado.

Eu quero mais uma vez agradecer. E espero que todos contribuam muito para esse inquérito, que é disso que o Brasil precisa, é o que o Brasil espera, para salvarmos a nossa juventude. Muito obrigada a todos. Obrigada à imprensa, aos nossos funcionários que aqui vieram, a todos os trabalhadores que no dia a dia estão nos ajudando na nossa CPI, na nossa Secretaria, e também aos funcionários desta Casa Legislativa que hoje estão aqui para contribuir para o andamento da nossa CPI.

Muito obrigada e boa tarde a todos. *(Palmas.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputada Mariana Carvalho, pela contribuição.

Quero convidar para compor a Mesa aqui conosco os Deputados Estaduais Alex Redano, Léo Moraes e Jesuíno Boabaid. O Deputado Jean Oliveira está conosco. Obrigado pela presença.

Nós vamos intercalar, combinar a fala da Mesa — vamos ter duas Mesas; depois desta, teremos outra Mesa — com a fala dos participantes dos movimentos aqui no plenário. Eu queria convidar o Ricardo Abreu, sociólogo do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, para fazer uso da palavra. Nós temos 27 inscritos do plenário. Vamos ter que combinar então um tempo de 3 minutos.

**O SR. APRESENTADOR** (Lenilson Guedes) - Deputado, combinamos que as pessoas do plenário viriam aqui. Já estão vindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

Então, quero convidar o Ricardo Abreu, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, para ser o primeiro a usar da palavra, por 3 minutos. Ele está no plenário? *(Pausa.)* Muito bem.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, depois vai falar uma pessoa da Mesa e, em seguida, uma do plenário. O processo vai ser alternado.

Com a palavra o Ricardo Abreu, por 3 minutos.

**O SR. RICARDO SANTOS DE ABREU** - Boa tarde a todos. Estão me ouvindo bem? *(Pausa.)*

Tenho quanto tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Três minutos.

**O SR. RICARDO SANTOS DE ABREU** - Só 3 minutos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Porque temos 30 inscritos. Se você multiplicar por 3... Mas estamos à disposição. Até a 1 hora da manhã, nós estaremos aqui.

**O SR. RICARDO SANTOS DE ABREU** - Antes de mais nada, quero saudar principalmente essa juventude. Como a gente vê, toda essa discussão da redução da maioridade penal, na verdade, é uma grande inversão de pauta. Não é a



juventude que está matando; a juventude, na verdade, está morrendo. Essa é a situação que a gente tem hoje, verdadeiramente.

Fala-se muito em dados aqui, então, vai mais um: o País hoje ocupa a sexta colocação em morte de jovens. Não há como falar dessa questão da CPI sem falar sobre a redução da maioridade penal. É uma grande crueldade ignorarem essa situação. O que a gente vê é a juventude sendo morta nas periferias. E parece que isso escandaliza pouco. E escandaliza pouco, principalmente, nos meios de comunicação, talvez porque essa juventude que está morrendo não seja a juventude que frequenta as melhores baladas, o *shopping*, é uma juventude que encontra uma série de dificuldades por causa da pobreza, principalmente, para conseguir escola e outras coisas. Há esse primeiro aspecto cruel.

Outro aspecto é essa mentira de dizer que a juventude está matando. Na verdade, o homicídio cometido por juventude não faz parte nem de 1% do número de homicídios cometidos no País. Essa é a grande verdade. Nós sabemos quem vai ocupar esses espaços dentro dessas novas prisões que se pretende construir. Não são homicidas. Quem vai ocupar esses espaços, dentro das cadeias, é a juventude que mexe com drogas, a juventude que já está, hoje, dentro das unidades socioeducativas.

Quando tiverem coragem de pisar dentro das unidades socioeducativas, vocês verificarão que, dentre os 200 e tantos internados que estão lá, a grande parte deles está lá por causa de roubo. E roubo em função das drogas. É sempre associado às drogas. Pode até haver pessoas que mataram, mas esse não é o critério, como tanto se explora nos meios de comunicação. Fica esse recado. A gente percebe pela própria plenária que a juventude dá o recado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Falta 1 minuto.

**O SR. RICARDO SANTOS DE ABREU** - A grande parcela da juventude que é violentada não está aqui, porque essa parcela da juventude não tem qualquer expectativa com os senhores. E não falo dos senhores da Legislatura atual, mas de tudo que a gente vê nesses últimos anos. A juventude está tomando, cada vez mais, o destino em suas mãos. Não há outro meio para a juventude conseguir verdadeiras conquistas.



Para que essa juventude alcance conquistas, certamente, vai ter enfrentamento com o Estado. E certamente vai ter mais violência. E certamente não há mais nada a esperar dos senhores, senão mais repressão, mais leis, mais tentativas de criminalizar o povo, principalmente o povo pobre. A gente pode pegar a lei do terrorismo e outras coisas que têm sido discutidas. Não há expectativa nenhuma com os senhores. A juventude tem que tomar o destino em suas mãos.  
(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Vou passar a palavra ao próximo orador da Mesa. Depois, vamos convidar o Movimento de Mulheres Negras de Raiz, representado pela Luzia.

Concedo a palavra ao Deputado Marcos Rogério.

**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente, nobre Deputado Reginaldo Lopes, a quem cumprimento pela iniciativa dessa importante Comissão Parlamentar de Inquérito; Sra. Relatora, nobre Deputada Rosângela Gomes, a quem saúdo pela coragem e pelo desprendimento de enfrentar esse importante desafio; Edson Moreira, nosso delegado mineiro mais conhecido do Brasil, hoje visitando o nosso Estado de Rondônia. Quero cumprimentar V.Exa. pela vinda à nossa Casa, à nossa Assembleia Legislativa, e dizer que é bem-vindo ao nosso Estado.

Quero cumprimentar os Deputados Estaduais. Inicialmente, o Presidente Maurão de Carvalho, meu amigo, meu companheiro; o Deputado Alex Redano, o Deputado Jean, o Deputado Léo Moraes, que vi agora há pouco aqui também, o Deputado Jesuíno, que estava na Casa também, o Deputado Laerte Gomes. Minha saudação a todos os senhores e às senhoras, meus cumprimentos. De modo muito especial, cumprimento a Deputada Mariana Carvalho, que é nossa Deputada Federal aqui de Porto Velho, que nos convidou para estar aqui também nesta sessão da Comissão Parlamentar.

Sr. Presidente, considero extremamente importante fazermos o debate desse tema e cumprimentarmos cada um dos senhores e das senhoras que estão aqui. Vejo representantes de várias entidades, entre as quais quero aqui nominar a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia, o Ministério Público do nosso Estado, a Defensoria, a Secretaria de Juventude, além de outros que aqui estão. Penso ser oportuno fazer este debate Brasil afora.



Mas eu queria iniciar a minha fala e dividir em dois momentos, porque esse tema, embora seja importante, tem que ser trabalhado. Além dessas audiências públicas, que buscam fazer uma constatação da realidade do Brasil, nós carecemos de números oficiais, Edson, que apontem, com segurança, qual é a realidade do Brasil na questão da violência, especialmente voltada para esta questão dos jovens pobres e negros.

A verdade é que os dados que temos são dados de fontes que são consideradas hoje referências, mas não são dados ainda finalísticos, dados que possam servir ao Estado brasileiro, ao Governo brasileiro, para adoção de medidas que muitas vezes são medidas rotuladoras para o enfrentamento da questão.

Os dados mais recentes que temos no Brasil são do mapa da violência, que é uma fonte que tem sido utilizada muito para referência sobre a questão de mortes e de violência no Brasil, mas não há dados, por exemplo, do nosso Ministério da Justiça, um dado do próprio Governo, que aponte para esta triste realidade. O que sabemos é que a violência no Brasil é um problema grave, é um problema sério, e que precisa ser enfrentado por todas as forças do Estado, por todos os níveis de Governo. E o problema da violência é um problema da família, da sociedade e do Estado. Não há como enfrentar a questão da violência sem perpassar por todos esses níveis. Afastar a família desse discurso, desse debate, é ignorar a célula mais importante da sociedade. Não se vence a violência, não se consegue minimizar minimamente essa situação sem que a gente coloque a família no seu devido lugar.

O primeiro ambiente de uma sociedade civilizada é o ambiente familiar. E o que eu vejo, e aí quero fazer aqui já uma primeira abordagem, é que muitas vezes a família é criminalizada, é ignorada no seu papel mais importante, que é o papel de educar para a vida.

Então, o problema da violência nos aflige a todos, mas a gente precisa entender que para enfrentar tem que começar do começo. Vamos começar colocando a família no centro deste debate, a sociedade fazendo também o seu reconhecimento e o Estado saindo da omissão para ações efetivas de enfrentamento do problema, reconhecendo a existência do problema, conhecendo a extensão do problema e adotando medidas que sejam capazes de, se não resolver de vez o problema, pelo menos minimizar.



Para concluir, como houve várias provocações no plenário, e quando a Deputada Mariana veio falar sobre a questão aqui, eu vi várias manifestações com relação à questão da idade penal. Esse é um tema que o Congresso brasileiro está discutindo. Eu tive a oportunidade de ser o Relator dessa proposta na CCJ. Essa proposta estava há mais de 20 anos na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, e não avançava. Nunca quiseram discutir esse tema. Nunca quiseram debater esse tema. Todos aqueles que iam para o enfrentamento simplesmente diziam: *“Esse tema é proibido no Congresso Nacional.”* A sociedade debatia nas faculdades, nas escolas, nas comunidades religiosas, no botequim. Todo mundo debatia, mas o Congresso não debatia o tema da imputabilidade penal.

Enfim, chegou o momento em que o Congresso debate. Pode não ser a melhor das medidas, mas o que foi aprovado no Congresso Nacional mais recentemente é uma medida de meio termo. E eu posso dizer aos senhores e senhoras que a vontade daqueles que estavam discutindo o tema era a de aprovar uma proposta que era muito mais violenta, muito mais danosa do que a que foi aprovada.

Faço palestra sobre esse assunto em diversas faculdades do Estado de Rondônia e eu tenho dito que há quatro tipos de pessoas que são contra a redução da maioria penal: aquele que é contra por questão ideológica; aquele que é contra porque é Governo; aquele que é contra porque é criminoso; e aquele que é contra porque tem a pretensão de ser criminoso. (*Palmas.*)

Digo e repito com toda a segurança que nenhuma proposta de redução da idade penal quer colocar o jovem na cadeia. Vai para a cadeia quem comete crime! E crime é crime, seja ele cometido por menor ou cometido por maior. O que se tem que verificar é se quem cometeu o crime, no momento da conduta, tinha consciência para saber e determinar se aquela conduta era equivocada. (*Palmas.*) O que é preciso determinar é se ele sabia do caráter lícito ou ilícito da conduta. Isso é que tem que ser determinado.

E mais, quanto à proporcionalidade da pena, não estamos aqui a dizer que vamos levar para a cadeia aquele jovem que jogou pedra no telhado do vizinho. Não! O que foi aprovado — vou resumir em algumas palavras — é que quem



sequestra, estupra, tortura e mata não é adolescente, é criminoso, e como tal tem que pagar pelos seus crimes.

Com todo o respeito aos que divergem, o jovem brasileiro não tem que temer a redução da maioridade penal na sua maioria. E não tem por uma razão muito simples, porque a maioria dos nossos jovens não é criminoso! A maioria da nossa juventude não vive do crime, não é para o crime, tem uma vida digna e quer ter um futuro melhor para a sua família.

Concluo, Sr. Presidente. Parabéns, Deputada Mariana Carvalho! V.Exa., que foi eleita como uma das mais votadas do Estado do Rondônia, tem suas posições e convicções, e todos os que a conhecem sabem das suas convicções. É uma mulher de fibra, que tem nos surpreendido no Congresso Nacional. Pode ser questionada, e é da democracia ser aplaudido ou ser vaiado. Mas eu prefiro o choro e a vaia de quem é contra ao choro das mães que perderam filhos, ao choro das esposas que perderam esposos, ao choro daqueles que são covardes. Parabéns!

O debate está longe de acabar. Ainda será votado, mais uma vez, na Câmara dos Deputados; posteriormente, no Senado Federal, em dois turnos. Aí, sim, sendo aprovado nas duas Casas, nós teremos uma mudança na Constituição, que ainda vai passar por outro viés — aos membros do Ministério Público que estão aqui —, que é a questão da emancipação, porque a Constituição Federal, Sr. Presidente, continua estabelecendo a idade penal de 18 anos. O que se coloca é uma exceção quando acontecem crimes de natureza hedionda. E aí, o Ministério Público, as Defensorias, o Poder Judiciário terá um papel preponderante, porque não é todo caso que será levado à Justiça, com a denúncia pela legislação penal.

Então, esse é um assunto que ainda vai ser amplamente debatido, Bruno, vai ser debatido no Senado Federal, por suas Comissões, pelas Assembleias, e, ao final, nós esperamos que seja aprovada uma proposta que seja positiva para o Brasil e para os brasileiros.

Parabéns, Sr. Presidente, por esta CPI que discute um tema tão relevante para o País, que não fica circunscrita, não fica presa às paredes do Congresso Nacional, mas rompe as fronteiras de Brasília, para ir aos Estados ouvir quem interessa sobre esse assunto!



Tomara que, ao final, consigamos construir uma proposta que possa fazer frente a essa situação, que é lamentável. A violência é um problema de todos, mas aqueles que são mais vulneráveis precisam de uma atenção mais especial do Estado.

Muito obrigado e parabéns a todos! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Marcos Rogério. Primeiro, é evidente que há uma interface entre o tema da CPI, em debate, com o tema da redução da maioria penal, mas eu sou daqueles que não acredito que nós vamos reduzir a violência no Brasil fazendo algum tipo de alteração na idade penal.

Porém, eu não quero que esse tema contamine nossa CPI e o nosso debate aqui hoje, por quê? Porque nós queremos, de fato, construir um conjunto de proposições legislativas e algumas obrigações do Poder Executivo, para preservar a vida dos nossos jovens.

Por exemplo, Deputado Marcos Rogério, o Governo Federal fez o Juventude Viva. Houve uma primeira etapa muito importante de diagnóstico, e há a segunda etapa agora, que é mais importante, que será a implementação em 142 Municípios que concentram 90% dos homicídios.

A violência no Brasil tem território. Eu poderia dizer que, se pegarmos os estudos de Porto Velho, nós podemos afirmar que na sexta-feira, no sábado e no domingo, no bairro tal, pode-se acertar até a rua, a idade, a cor — 80% serão negros — e o sexo — 93% são homens — que serão assassinados.

O que nós precisamos fazer? Sair da inércia, criar um conjunto de políticas que façam que o jovem permaneça vivo. Eu acho que essa é a intenção maior da nossa CPI.

Também concordo com a intervenção do Deputado Marcos Rogério quando disse que o Brasil não tem dados. De fato, Deputado. O maior dado da segurança pública no Brasil é não ter dado. Nós temos que fazer com que o Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal — SINESPJC, do Ministério da Justiça, seja efetivado.

Então, nós temos que penalizar o gestor da segurança pública que não alimentar o sistema diariamente, porque, se tivermos premissas falsas, vamos ter



remédios falsos. Então, nós precisamos reorganizar todo o sistema de segurança pública no Brasil, nós precisamos criar o Sistema Único de Segurança Pública.

O Brasil não construiu o SUS — Sistema Único de Saúde? Todo o mundo não debate sistema de saúde? Nós discutimos o sistema federativo, o FUNDEF, e não avançamos na educação? Noventa e nove por cento das crianças não estão na escola básica? Nós não criamos o SUAS — Sistema Único de Assistência Social? Chegou a hora de criarmos o SUSP.

E mais do que isso: esse debate sobre violência é sempre muito tensionado. Eu lembro que, quando eu presidi uma Comissão sobre droga, também era tensionado, era briga entre a comunidade terapêutica, a psicologia e a reforma psiquiátrica.

Esse tema hoje é muito tensionado entre os movimentos que trabalham com direitos humanos, os movimentos negros e os agentes de segurança pública. Por que esse debate está tensionado? Porque nós não temos cultura de discutir os grandes temas no Brasil. É como se a gente tivesse privatizado o tema segurança pública; é como, Deputada Mariana, se o tema segurança pública fosse privado, só de interesse dos agentes de segurança pública.

Está errado! Quem tem que definir a política sobre segurança pública é o povo, e o povo tem que participar — todos —, porque ninguém é dono da verdade. Se democratizarmos esse debate, nós vamos empoderar todos, para discutir inclusive, no futuro, aquilo que a Constituição brasileira não teve coragem de definir: o que é ordem pública. Nós não tivemos coragem de definir o que é ordem pública.

Então, nós precisamos rediscutir todo esse processo. Temos muito trabalho pela frente. Temos que discutir como nós vamos fazer uma polícia mais cidadã — para que a sociedade confie na polícia e que a polícia também confie no cidadão — e como fazer para que essa relação se dê de maneira respeitosa, garantidora do Direito e também do Estado.

Ou seja, nós estamos iniciando um debate importante. Espero que tragamos aqui mais propostas, sugestões. Independente desse tema que tem muita conexão com a nossa CPI, que é o da redução da maioria penal, espero que não nos atenhamos a algumas polêmicas, para não diminuir o nosso debate neste momento.



Então, quero pedir aqui que a contribuição das intervenções possam também ter foco no objeto da nossa CPI.

Quero convidar a representante do Movimento de Mulheres Negras e de Raiz, Luzia Maloney, para fazer sua intervenção.

**A SRA. LUZIA DEPEIZA MALONEY** - Posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.

**A SRA. LUZIA DEPEIZA MALONEY** - Eu fui relacionada para fazer perguntas, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Pode falar, explicar, não precisa necessariamente fazer perguntas. A palavra está com a senhora por 3 minutos.

**A SRA. LUZIA DEPEIZA MALONEY** - Então, é o seguinte: nós, famílias negras, estamos assim como o senhor falou agorinha: estamos acorçoados com a educação dos nossos filhos, hoje, no Brasil. Nós aqui estamos representando — eu, Luzia Depeiza Maloney, a Elsie, que é Schockness — famílias inglesas, barbadianas, cujos pais vieram ao Brasil para a construção da Madeira-Mamoré.

Então, entre as famílias negras barbadianas, a gente não vê nenhum deles que não tenha formação. Pouquíssimos não têm formação em faculdade, por causa de uma dificuldade antiga em Porto Velho. Mas a maioria deles, quase todos, são formados. Todos têm uma profissão, mas porque os pais zelaram pela educação dos filhos. Como ele acabou de falar, a família foi bem formada.

Nossos pais vieram de Barbados. Meu pai chegou em Rondônia com 22 anos, formado em Engenharia Hidráulica, em 1907. Essas famílias serviriam de exemplo para as demais, se houvesse, como o senhor falou agora mesmo, interesse em todas as instâncias: família, sociedade e Governo.

Nós, mães, sentimos que não há muito a fazer quando o Governo não nos dá oportunidade. Eu mesma tenho um filho — e eu me queixo — moreno, alto, forte. Ele fez curso e foi trabalhar na Varig, com 26 anos. Eles disseram que ele estava velho para trabalhar. Meu filho ficou triste e foi embora para Dinamarca. E ele está na Dinamarca há 17 anos, trabalhando, bem formado, casado.

Então, hoje, muitas pessoas não têm oportunidade de deixar que filhos continuem a estudar, pela pobreza. E eu digo a vocês que não é só pobreza pela



falta de remuneração, é pobreza um pouco de espírito também, porque mãe e pai têm que incentivar os filhos. E eles não têm incentivo! Eles não têm incentivo!

Os pais têm que levar os filhos para as escolas. Esses dias eu contei: na rua tinha oito escondidos, usando drogas. Eles saíram para ir ao colégio, mas estavam escondidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, D. Luzia.

**A SRA. LUZIA DEPEIZA MALONEY** - Eu cheguei a eles e pedi: *“Filhos, dirijam-se à escola. Vocês vão tirar nota 100; se vocês ficarem na droga, vocês vão tirar a derrota, morte”*.

Então, a dificuldade é essa que nós enfrentamos. Rondônia, como outro Deputado falou, tem a droga barata. Então, eles se afundam.

Eu sou religiosa, pertencço à Renovação Carismática Católica, vou a alguns colégios falar com os alunos sobre a verdade em Deus, nosso Senhor, para que eles sigam o lado de Deus, que é melhor do que o lado do mundo. Mas, infelizmente, nós não temos muito apoio. Não temos!

Eu digo isso porque tenho batido em muitas portas do Governo, do serviço social do Governo, mas saio de lá sem uma resposta satisfatória, e não só para os jovens, mas para os velhos também.

Eu já sou idosa, tenho 72 anos, e já fui diversas vezes com projetos para a terceira idade e até hoje não há resposta.

Eu agradeço muito à Mariana. Deus a abençoe, minha filha! Muito obrigada.

Agradeço a todos que estão interessados. Muito obrigada, Sr. Deputado. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu agradeço à senhora pela contribuição.

Passo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Sr. Presidente e Sra. Relatora, a Deputada Mariana, em nome de V.Exas. cumprimento os demais presentes.

Quero fazer minhas as suas palavras, Marcos, muito bem colocadas aqui. Elas demonstram sua capacidade e a sua visão da sociedade atual, muito boa.



Na realidade, só quem tem que temer isso tudo é a criminalidade mesmo.

Faço minhas também as palavras da Mariana, em razão das minhas andanças. Tenho 35 anos na segurança pública de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e também aqui de Ariquemes, Rondônia, onde tivemos um tiroteio intenso com criminosos em 1995. E a criminalidade realmente anda alta, principalmente na parte juvenil.

Tivemos a oportunidade de visitar alguns estabelecimentos de recuperação de dependentes químicos. A Deputada Mariana perguntou, em alguns desses estabelecimentos, quem era a favor da redução da maioridade penal e por quê? Todos os presentes, 100%, levantaram a mão. Um deles foi apreendido 62 vezes por crimes contra o patrimônio e a vida.

Então, se eles mesmos são a favor, quem somos nós para ser contra?

Eu tenho que votar conforme o que a população quer. Foi a população que me pôs lá e é a população que vai mandar eu fazer o que ela quer. A maioria quer, a maioria manda. A voz do povo é a voz de Deus.

Nós estamos aqui, Sr. Presidente, para ouvir esse povo que está aí fora com relação à morte de jovens negros e pobres e suas causas.

Hoje, tivemos a oportunidade de saber que uma das maiores causas da morte de nossos jovens é a droga, a utilização ou o envolvimento com as drogas. Tem gente que sai para assaltar e roubar para suprir o vício, haja vista que de dentro de casa já não tem mais o que levar. Já vendeu tudo o que tinha. Alguns até, pela fissura, matam mãe, irmão. Um deles atirou na cabeça do irmão, fissurado pela droga, que é um dos maiores motivadores de crimes violentos deste País, principalmente dos crimes contra a vida.

Eu tenho certeza de que o nosso Presidente está ciente disso e vai indicar ao Relator que coloque esse fato no relatório, porque, realmente, pelo que pesquisamos e pelos números que recebemos dos Estados, a motivação mais forte até agora é relativa às drogas.

Dizem que Rondônia é um dos lugares onde a droga é mais barata, porque basta atravessar a fronteira e trazer a droga mais barata para cá — e ainda se ganha algum dinheiro para sustentar o vício. Foi isso que nós ouvimos.



É isso aí, gente, o que temos para falar. Viemos mais para ouvir do que para falar.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira, pela contribuição de V.Exa. como militante nesta CPI.

Quero convidar a Luciana Oliveira, jornalista.

**A SRA. LUCIANA OLIVEIRA** - Boa tarde a todos. Em nome do Deputado Marcos Rogério, cumprimento os demais membros da Mesa.

Mas eu gostaria de me dirigir especialmente a ele, Deputado Marcos Rogério, e à Mariana, a quem conheço há muito tempo e por quem tenho o mais profundo respeito — inclusive pela família de S.Exa.

Mas a Deputada está ciente, porque quem tem rede social se expõe, de que nós estamos em lados opostos. E eu queria me dirigir a vocês para dizer que não sou pobre, não nasci pobre nem negra, mas estou me relacionando com a pobreza e com os negros desde que eu me entendo por gente. E foi por me relacionar com a pobreza e com os negros que eu aprendi a analisar o meu meio, a analisar todo o contexto que envolve a questão da pobreza e da violência.

Antes da votação, eu coloquei o Deputado Marcos Rogério em contato com as entidades, para que ele as ouvisse sobre o que é feito aqui e sobre as estatísticas que vocês dizem não existir. Existem! E ele conversou e me atendeu, pelo que eu agradeço.

E agora eu quero, além de fazer o meu desabafo, pedir encarecidamente que vocês repensem, porque ainda há uma votação e esse tema não está esgotado.

Mariana, eu confio no seu passado e no de sua família, como educadores que são. Há dados, sim. Um deles aponta para o fato de que nós temos 300 jovens internados no Estado todo, e o Estado não dá conta! Mas um dos motivos é porque o Estado contingencia dinheiro para tratar menores em conflito com a lei e o desvia para presídio! Outro motivo é que, dentre os menores internados, tem 14 meninas. Não é possível que o Estado não seja capaz de salvar 14 meninas! Pior do que isso: antes de tentar salvá-las, o Estado quer mandá-las para o presídio!



Então, não há como deixar de falar em política para preto e pobre, porque também há estatísticas, Marcos Rogério, que apontam para um percentual que nos diz que 70% dos assassinados por arma de fogo foram pretos e pobres.

E também há estatísticas, Marcos Rogério, indicando que o jovem preto e pobre tem duas vezes e meia mais chances de morrer do que o branco.

Eu sou muito passional no que eu faço. Eu não sou criminosa e não sou política, portanto, não estou entre aqueles que você citou com motivos para se envolver nessa causa. Não é só uma questão ideológica, porque eu não preciso sair da minha casa. Estou bem onde eu estou. Mas é uma questão de trabalhar uma solução para o Brasil.

Não há que se falar que a ressocialização de jovens não funciona, quando nunca se aplicou plenamente o ECA, que há 25 anos vem sendo negligenciado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua.

**A SRA. LUCIANA OLIVEIRA** - Então, por favor, repensem essa questão. É o que eu peço, com todo respeito e com todo carinho que eu tenho pela sua família, Mariana. Por favor. Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Vou passar a palavra ao Deputado Estadual Alex Redano, 5 minutos.

**O SR. ALEX REDANO** - Cumprimento nossa Deputada Federal Mariana Carvalho, em nome de quem cumprimento os demais Deputados Federais. Cumprimento o Deputado Dr. Neidson, em nome de quem cumprimento os demais Deputados Estaduais presentes na Casa.

Quero falar da importância desta CPI. Eu tinha pré-agendado alguns compromissos esta semana no meu Município, Ariquemes, mas fiz questão de vir, Mariana, para participar deste debate. E compreendo também que existem ideais diferentes.

Esta semana expus um voto em relação à questão da ideologia de gênero, que também é um tema polêmico. Mas as nossas brigas devem ficar sempre nos ideais. Às vezes as pessoas confundem e brigam com tanto vigor que afastam até mesmo as amizades, meu amigo Reis. Então, essa briga ideológica é salutar, é realmente boa, mas cada um mantendo suas opiniões, ainda que divergentes.



Mas eu a parabenizo, Deputada Mariana. Eu acompanho o seu trabalho, principalmente pelas redes sociais. Fico muito orgulhoso e me sinto representado pelos seus votos e pelas suas ações. Meu muito obrigado a V.Exa. (*Palmas.*)

Ontem, inclusive, conversando com partícipes de grupos no WhatsApp, Deputada Mariana, pude avaliar que nos sentimos orgulhosos de Rondônia estar no cenário nacional com a representação de V.Exa., Deputada Mariana Carvalho, Deputada eleita como Vice-Presidente Nacional do PSDB, um dos maiores partidos do País. (*Palmas.*)

Deputada Mariana, V.Exa. tem um futuro enorme. E eu gostaria, de antemão, de já falar que estamos sempre juntos. Parabéns pelo seu trabalho! Parabéns a todos os membros desta CPI tão importante! Parabéns a todos vocês pela presença! Meu muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Alex Redano, pela contribuição.

Passo a palavra para a Vereadora aqui da capital, Ana Maria Negreiros.

**A SRA. ANA MARIA NEGREIROS** - Boa tarde a todos e a todas! Quero cumprimentar os integrantes da Mesa em nome do Deputado Federal Reginaldo. Sejam bem-vindos ao nosso Estado e à nossa capital, Porto Velho.

Cumprimento todos que fazem parte desta CPI e, em especial, a Deputada Rosângela, pois li as manifestações de V.Exa. em vários debates que participou para ajudar e apoiar esta causa que hoje é tão pouco falada no nosso Brasil.

Cumprimento os nossos Deputados Federais do Estado de Rondônia, o Deputado Marcos Rogério e a Deputada Mariana Carvalho, uma colega por quem tenho admiração e respeito, uma jovem que está lá na Câmara Federal para lutar pelo nosso Estado de Rondônia, principalmente por Porto Velho, Município que tanto precisa de ajuda. E a Deputada está representando também a juventude do nosso Estado.

Cumprimento os Deputados Estaduais, Alex Redano e Leo Moraes, este último um jovem também, com quem tive a oportunidade de trabalhar na Câmara Municipal de Porto Velho. E, em nome desses Deputados Estaduais, cumprimento todos os Deputados desta Casa, os membros do Ministério Público e os Secretários



de Estado, aqui representados pelo Reis, Secretário da Segurança do nosso Estado de Rondônia.

Cumprimento, por fim, todas as entidades aqui presentes na galeria, a nossa juventude, os nossos afrodescendentes, representando também aqui o MAB. Cumprimento, portanto, todas as entidades e movimentos que estão aqui, cada um com opinião e sua defesa. Tenho certeza de que cada defesa aqui colocada tem por objetivo o melhoramento do nosso Brasil.

Sou jovem, porto-velhense, cidadã e humana. Muito me entristece, Deputado, quando a gente anda no nosso Município de Porto Velho e vê a discriminação racial, a falta de oportunidade. Eu não gosto nem de falar em pobreza ou em pobre, sempre gosto de dizer que são eles os menos favorecidos, porque as pessoas que não têm condição hoje são as menos favorecidas. Por que não discutimos mais ainda na Câmara Federal, no Senado, uma educação integral, uma educação para todos, com esporte, lazer e cultura? Falo isso porque eu sou Vereadora, e os Vereadores estão todos os dias com a comunidade.

Hoje eu estava na periferia do meu Município, Porto Velho, e lá eu vi as crianças pedindo educação, lá eu vi as nossas crianças pedindo esporte e lazer e, às vezes, não têm uma praça para brincar. E eu falo como a nossa juventude é menos valorizada. Eu tenho certeza de que, a partir do momento que o nosso Brasil tiver uma educação digna para todos, nós não vamos ter violência nem discriminação nem coisa alguma em nosso Brasil.

Quero aqui desejar boa sorte a todos os Deputados Federais, que eles possam, a cada parte do Brasil que forem, levar benefícios. Que nós consigamos acabar com a discriminação que ainda existe no Brasil. Como é triste, no século XXI, ainda vemos a discriminação. Aqui nós podemos falar o que aconteceu recentemente na Globo com uma negra, uma mulher linda e maravilhosa que foi discriminada.

Então, o que falta aqui hoje, como o Deputado falou, além de tudo, Deputado Marcos Rogério, é o amor ao próximo. Hoje não há mais amor ao próximo; hoje ninguém está preocupado com o seu irmão. A partir do momento que nós tivermos uma educação de qualidade, quando nós tivermos em cada Estado e em cada Município políticas públicas e planejamento, nós teremos um País melhor.



Muito obrigada. Que Deus os ilumine. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Vereadora Ana Maria.

Quero convidar o próximo orador, o Deputado Estadual Léo Moraes.

**O SR. LÉO MORAES** - Quero desejar uma boa tarde a todos os que estão aqui e cumprimentar de forma muito especial, em tom também de agradecimento, os Deputados Federais, o Delegado Edson Moreira, delegado de carreira assim como meu pai, assim como tantos outros que aqui estão. Posso citar o Dr. Bancalari e o Secretário de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania, o Dr. Reis, que é delegado de polícia de carreira. Quero cumprimentar a Rosângela Gomes, Relatora da CPI, e o Reginaldo Lopes. E, de forma muito afetuosa, gostaria de cumprimentar a Deputada Federal Mariana Carvalho. Gostaria de parabenizá-la, não somente pela propositura da audiência pública, mas também pela forma exitosa como tem conduzido o seu mandato.

O que nós tanto precisamos está acontecendo, que é Porto Velho ter vez, ter voz e ser vista no cenário nacional. Eu quero parabenizá-la pela sua condução à Vice-Presidência Nacional do PSDB. É importante que pessoas desta terra estejam sempre em evidência, em projeção, a ponto de ter voz ativa nas decisões do Brasil e do Congresso Nacional.

Não posso deixar de registrar — assim como eu elogiei o Senador Valdir Raupp por ter sido Presidente do PMDB por muito tempo, que é uma agremiação partidária histórica — que o próprio PMDB se confunde com a redemocratização do nosso País, pelas lutas incessantes na ditadura militar — na época era MDB, era ARENA. Eu não posso deixar de fazer esse registro para aquela que, de repente, é a maior expoente da política local de Porto Velho: a Deputada Federal Mariana Carvalho. Saúdo toda a sua família que está aqui: o Maurício Carvalho, e o Aparício também. (*Palmas.*) É muito prazeroso tê-los aqui.

Pois bem, em relação à CPI das vítimas negras e pobres, eu gostaria de incluir prostitutas e gays, que são grupos oprimidos há muitos anos, desde a época do Brasil Colônia, desde a época do feudo, desde a época da escravidão. Eu acho que é uma questão pontual que deve ser feita, mas certamente não será o ponto saneador de todos os problemas, das nossas diferenças que existem no País,



porque nós vivemos em um mosaico. Nós vivemos aqui, onde temos vários braços, vários segmentos. Mas certamente nós não podemos deixar de falar que o mais importante é que o Congresso Nacional tem que levantar a bandeira do aumento do PIB para a educação. É através da educação que resolvemos essas diferenças históricas. Eu acho que são essas as distorções que nós temos em nosso País.

Discute-se também o aumento do PIB. Como o Deputado Estadual Jean Oliveira conversava conosco, nós temos que aumentar o PIB! Eu acho que é certamente com educação, sim, que nós vamos falar em qualidade, em dignidade e em um equilíbrio social que nós devemos ter.

Pago muito pesado e pago muito duro, a duras penas, o posicionamento que eu tenho. Mas nunca deixarei de fazê-lo. Eu acho que nós temos que ter um mandato profissional, mas não sermos profissionais da política. E eu deixo aqui muito claro, e por diversos motivos, que eu sou totalmente contrário à redução da maioria penal. Não é por conta de nós termos 93% favoráveis à redução da maioria penal, segundo as estatísticas, que esse é o melhor caminho. É por isso que nós temos o Congresso Nacional. É por isso que nós não votamos em regime de plebiscito. Através da democracia direta, o filtro certamente é o Congresso Nacional. E nós temos que ver que as vítimas de outrora e as vítimas de hoje serão as mesmas de amanhã. E os negros estarão lá nas cadeias, e os nossos pobres também estarão nos regimes socioeducativos, para não dizer masmorras, porque o que nós temos em Rondônia são masmorras! E só quem conhece pode falar com propriedade. Faço visitas constantes. Certamente entrarão por furto de uma lata de extrato de tomate no supermercado e sairão profissionais do crime organizado, porque aquilo ali não reeduca, aquilo ali não ressocializa, tanto no nosso Estado de Rondônia como também em todo o País.

Antes de falar, nós temos que discutir reforma política, reforma social, reforma tributária. Reforma política não para inglês ver, mas reforma política verdadeira, em que se preserve a ideologia partidária das nossas agremiações. Nós temos que falar de reforma política com profundidade. Nós temos que falar que talvez não seja o melhor caminho legalizar o caixa dois, como existe agora. Então, nós temos que trazer essas questões. E certamente eu serei o primeiro também a debatê-las.



Parabenizo-a pela atitude de vanguarda, parabenizo-a por aproximar a comunidade de Porto Velho, do Estado de Rondônia, Deputada Federal Mariana Carvalho, e por essa belíssima iniciativa. E, como eu disse, V.Exa. tem norteado o caminho, e nós, porto-velhenses, estamos sendo cada vez mais vistos. Digo com muita tranquilidade que V.Exa. é o expoente da política municipal. E certamente V.Exa. terá que cumprir com o seu papel, por mais que não o queira, de administrar essa cidade, que eu tenho certeza de que vai melhorar. Tem que melhorar, porque, quando a gente fala do problema de negros, jovens e pobres, nós temos que falar que a administração municipal conseguiu fechar a Casa da Juventude da Zona Leste, que era a única que nós tínhamos! Como é que você vai capacitar, como é que você vai absorver, essa mão de obra, para que ela não caia justamente na marginalidade? Nós sabemos que cabeça vazia é oficina do Diabo. Cadê as nossas praças, os nossos pontos de cidadania, Jacarandá? Cadê os nossos espaços, os nossos parques, que é onde nós convivemos, que é onde harmonicamente nós temos as nossas opiniões? Divergimos, mas praticamos esporte de forma saudável. Então, cada qual tem a sua responsabilidade. Iluminar a nossa cidade, por exemplo, já seria um grande avanço. Construir praças e parques, a fim de gerar a cidadania plena — plena! — da nossa juventude, que está carente de políticas públicas.

Nós temos que falar do Governo. Certamente eu vejo que, através da Secretaria de Justiça, da Secretaria da Segurança, Defesa e Cidadania, da própria SEJUS, tem que se melhorar o nosso sistema socioeducativo, como tem melhorado o sistema prisional e tem participado da Corte Interamericana. Isso é um avanço. Nós não podemos nos omitir. E temos que falar do cenário nacional. Educação já! Educação, porque os oprimidos não podem mais ser oprimidos, não podem ser mais reprimidos. Todo mundo tem direito à vez e à voz. E, assim, o Brasil caminhará para um destino muito mais profícuo e muito mais maduro, que é o que nós precisamos.

Muito obrigado.

Deixo aqui registrada a minha marca. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Léo Moraes, pela intervenção.

A próxima oradora é a Dra. Marílyla Gondim Reis, Defensora Pública.  
(*Pausa.*)



V.Sa. tem a palavra.

**A SRA. MARÍLLYA GONDIM REIS** - Primeiramente, eu queria agradecer a Deputada Mariana Carvalho pela iniciativa do evento. Realmente é muito salutar esta oportunidade de aproximar essa discussão tão importante junto à sociedade. Eu queria cumprimentar a Mesa, na pessoa da Deputada Mariana Carvalho, e queria cumprimentar os demais presentes.

E, embora tenha havido um pedido pessoal do Deputado Maurão de Carvalho para que a gente não modificasse a pauta com relação à redução da maioria penal, eu gostaria de falar que enxergo como uma situação que está intimamente ligada à questão da violência praticada contra jovens negros e pobres. Por quê? A maior contingência hoje dos internos na Infância e Juventude é da demanda dos negros e dos pobres. Então, a gente não tem como dissociar esse assunto de forma alguma.

Nesse sentido, eu gostaria de perguntar à Deputada Mariana Carvalho e ao Deputado Marcos Rogério, especificamente, como vocês enxergam o discurso a favor da redução da maioria penal e se se está defendendo hoje uma política de proteção, de defesa, da violência contra jovens negros e pobres. (*Manifestação na plateia.*) Isso porque essa proposta que foi aprovada no Congresso Nacional em primeiro turno prevê, antes, um critério de imputabilidade que, do ponto de vista jurídico, é completamente irracional. Nós criamos dois critérios de imputabilidade que não têm qualquer amparo jurídico, e certamente isso vai chegar à Corte Suprema e não vai ser reafirmado. Mas eu gostaria que vocês, por favor, explicassem como conseguem defender essas duas posições que, do ponto de vista da Defensoria Pública, são bastante contraditórias. E a gente espera que vocês, que estão representando todo o povo brasileiro através da representação indireta, possam defender realmente os jovens das violências que são cometidas em desfavor deles.

Quando se pensa em reduzir a maioria penal, não significa só colocar o adolescente maior de 16 anos na cadeia. Isso implica dizer também que, se o adolescente não tem mais a proteção com relação à inimputabilidade para os crimes, ele não merece as garantias que estão lá no Estatuto da Criança e do Adolescente, que não vão ser mais deferidas as políticas públicas de prioridade



integral, de amparo, de assistência ao adolescente em conflito com a lei, seja pela sua situação de vulnerabilidade social e familiar, seja também em razão de atos infracionais, que são decorrentes de condutas próprias do adolescente.

Então, eu gostaria que vocês explicassem, que repensassem e que se fizessem presentes nas audiências públicas que tratam do tema especificamente, para que vocês possam realmente ter contato com um discurso jurídico racional e possam defender os interesses legitimamente, porque infelizmente hoje a gente não pode dizer que há uma opinião pública que passa uma ideia verdadeira. A nossa sociedade infelizmente está contaminada com o apelo midiático, que não está comprometido com a verdade, que não está comprometido com os índices relacionados à criminalidade dos jovens. Hoje, nós sabemos que 0,2% da criminalidade refere-se aos adolescentes. Não é a solução para o problema de violência do Brasil.

Eu espero sinceramente que a gente consiga debater esses dois pontos de forma conjunta. E eu gostaria que, por favor, a gente conseguisse ter uma coerência e que a sociedade realmente, no discurso racional, fosse ouvida. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Dra. Marílyia Reis.

A Mesa vai fazer as considerações finais e também responder às perguntas no encerramento desta Mesa. E nós vamos convocar uma segunda Mesa.

Eu quero passar a palavra ao Deputado Jean Oliveira. Quero registrar a presença do Deputado Neidson, que esteve por aqui também. Está aqui conosco, está presente conosco o simpático Deputado. O Deputado Laerte está aqui presente e o Deputado Jesuíno. E vou registrar a presença dos Vereadores. Todos os Deputados Estaduais vão fazer uso da palavra. Quero também registrar a presença da Vereadora Ana Maria Negreiros, que é Presidente Estadual do PMDB e já fez uso da palavra. Obrigado, companheira. A Rosaria, primeira suplente de Deputado Federal, que está presente. Estou esperando a senhora lá na Câmara para estar conosco. O Vereador Gerson Bastos, da Câmara Municipal de Rolim de Moura; o Vereador Vanderilo Nogueira, também da Câmara Municipal de Rolim de Moura; Vereador Jairo Benetti, de Rolim de Moura também, Presidente da Associação das



Câmaras de Vereadores de Rondônia. Então, são os Vereadores aqui presentes. Depois, nós vamos registrar mais.

Vou passar a palavra ao Deputado Jean Oliveira.

**O SR. JEAN OLIVEIRA** - Quero iniciar os meus cumprimentos saudando o Presidente da Comissão, que ora preside esta sessão, o Presidente Reginaldo Lopes, quero cumprimentar também a Relatora Rosangela Gomes e saudar o nosso Deputado Delegado Edson, do nosso Estado, que se faz presente.

Mas eu queria aqui cumprimentar, em especial, os dois Deputados de Rondônia: o Deputado Federal Marcos Rogério e a Deputada Federal Mariana Carvalho. Quero agradecer, Mariana, pela preocupação em trazer este debate para o nosso Estado. Quero agradecer de coração, porque a sociedade rondoniense merece participar de um debate tão importante e polêmico sobre a criminalidade e a morte contra os jovens negros e pobres que hoje acontecem Brasil afora. Seja no Sul, no centro-sul do País, seja aqui na Região Amazônica ou no Nordeste, os fatos são os mesmos. A maioria das mortes contra jovens acontece contra negros e pobres.

Mas eu queria aqui, como muito já foi dito sobre a questão, separar o tema da Comissão do que foi tratado recentemente no Congresso Nacional, e ainda é tratado, que é a redução da maioridade penal. É muito difícil, Presidente, é muito difícil separarmos a esse dois temas, uma vez que toda a sociedade fica clamando pelo resultado. Tem uma parcela significativa da população que defende a redução da maioridade penal. Outra parcela, que é tratada como minoria, defende a manutenção como se encontra, mas, pelo contrário, com investimento direcionado para a educação.

E eu queria repetir aqui um comentário que eu fiz logo que cheguei. Foi uma tristeza muito grande a Câmara dos Deputados não respeitar o término desta CPI, com a conclusão do relatório, que poderia colaborar, e muito, para esse projeto de lei que trata da redução da maioridade penal. Infelizmente, o Congresso não esperou o término da CPI, cuja participação seria muito importante, uma vez que esta CPI está tendo o cuidado de caminhar pelas capitais do Brasil, por todos os Estados, com o intuito de absorver todo o entendimento dos pobres, dos negros, daqueles que são favoráveis, daqueles que são contrários, para chegar a um



denominador comum. Eu tenho certeza de que essa distorção de tema aqui entre a redução de maioria penal e o tema que a CPI traz não é só no Estado de Rondônia. Eu tenho certeza absoluta de que esses dois temas se misturam pelo Brasil afora por onde V.Exas. caminham.

Mas eu queria dizer que eu assisti às sessões da Câmara dos Deputados quando da votação da reforma do orçamento para a educação, onde foram defendidos 10% — e, de fato, foram aprovados os 10%, como eu falava com o Deputado Marcos Rogério agora —, mas se discutiu se os 10% contavam ou não com o FIES. Eu gostaria muito que fossem aprovados os 10% sem o FIES, mas o FIES foi colocado junto com a adequação de 10%.

Infelizmente o que nós estamos acompanhando é o corte drástico no orçamento da educação. Como nós vamos combater o efeito sem curar a causa? Como nós vamos falar de redução da maioria penal sem nos preocuparmos também com a criança no berço, porque criança é um livro em branco. Se você ensinar a uma criança informática, ela vai ter *know-how* em informática. Se você ensinar uma criança a ser bandido, ela vai ser bandido profissional. Então, nós precisamos ter cuidado com as nossas crianças. Nós precisamos investir mais em educação, precisamos investir em cultura e lazer, como foi dito aqui.

O Deputado Léo Moraes, que me antecedeu, é um Deputado que defende esse tema com contundência, é um defensor dessa discussão. Eu acho até que o Deputado Léo, infelizmente, ocupa o cargo de Deputado Estadual, quando deveria ocupar o cargo de Deputado Federal, porque trata essa matéria com muita sabedoria.

Eu deixo aqui registrado que eu gostaria muito que o Brasil investisse mais em educação, que o Brasil cuidasse das nossas crianças, porque, de fato, existe uma separação entre o jovem que é de boa conduta e o jovem que é bandido.

Precisamos prestar atenção. Ninguém nasce bandido. A pessoa se torna bandido no caminhar da vida. O que a torna bandido é a falta de recurso do Estado para a educação.

Então, aqui fica meu registro de que a Comissão defende o combate à violência contra pobres e negros, mas precisamos investir mais em educação. E eu



sou favorável à cota para negros, porque, de fato, os negros precisam de mais oportunidades.

Não podemos esquecer o fator histórico, o que aconteceu neste País em 500 anos, e querer tratar todo o mundo com igualdade sem levar em consideração o que aconteceu no passado. De fato, as cotas são de suma importância para acabar com essa falta de oportunidade que, muitas vezes, o negro tem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela fala, Deputado Jean Oliveira.

Passo a palavra agora, para mais uma intervenção do Plenário, ao nosso convidado Márcio Barroso, da Pastoral da Juventude.

**O SR. MÁRCIO BARROSO** - Boa tarde a todos. Eu venho aqui falar um pouquinho dessa realidade, que eu conheço há alguns anos, porque eu também vivi e vivo até hoje nessa dinâmica da Pastoral da Juventude.

A Pastoral da Juventude, ligada à juventude da Igreja Católica, trabalha no dia a dia no fortalecimento da educação, que inclusive falta na família. É papel da Igreja participar disso também, transformar essa realidade.

Eu, claro, venho aqui também dizer que na Pastoral da Juventude nós já trabalhamos há 10 anos o tema que se está trabalhando hoje. Nós temos uma campanha com o tema *Chega de violência e extermínio de jovens!*

Nós trabalhamos na Pastoral da Juventude a redução da maioria penal há mais de 15 anos e sempre nos posicionando contrários enquanto não se resolver a questão da educação e enquanto não se resolver a questão do policiamento.

Aqui no nosso Estado, como também em outros Estados, os gabinetes das secretarias estão lotados de policiais militares. A polícia não está na rua. Como vamos coibir o crime se não há policiamento na rua, se não há efetivo na polícia e se a polícia que está na rua também não tem condições de trabalhar? Como vamos diminuir a violência contra o jovem, contra a sociedade, contra a família se não temos também incentivo, se a Casa da Juventude se fecha e se outros meios que podem combater a violência não existem?

Enquanto os políticos de carteirinha e os empresários ficam fazendo joguete com o povo, para lá e para cá, a juventude está esquecida. Quem acompanha a



juventude vê que ela tem grandes problemas, mas vê ainda que, se bem direcionada, ela também dá a parte dela.

Eu ainda sou jovem, tenho 37 anos. Tenho duas filhas, de 19 e 17 anos. Fui formado na Pastoral da Juventude desde os 14 anos. Hoje estou como assessor. E continuo lá na Zona Leste, onde dói, onde a criminalidade é muito maior. Continuo lá, fazendo o meu trabalho. Eu poderia estar dormindo, poderia estar descansando, poderia estar com a minha família, mas todo domingo, todo sábado estamos nos grupos de jovens, colaborando com a formação desses jovens.

É um papel nosso e é um papel também desta Comissão enxergar esse problema da violência contra os pobres, contra os negros e contra essa juventude que não tem possibilidade de gritar. Eles não sabem nem por que são juventude, apenas vivem. Quem caminhar na Zona Leste vai perceber essa característica.

Por último, para terminar, sobre essa questão dos dados, realmente faltam dados, porque é ineficiente na coleta deles tanto o Governo Federal quanto o Governo Estadual. E eu espero que o lugar aqui não sirva de palanque, mas de ambiente para se resolver o problema, porque nós estamos todos os dias lutando para ajudar a diminuir a violência contra o jovem e também contra a família.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Márcio, meu colega. Eu também sou pejoteiro. Fui da Pastoral da Juventude, coordenador diocesano. Inclusive, a CNBB tem que mudar o termo para genocídio; não é extermínio. É uma opinião pessoal.

O próximo orador é o Deputado Jesuino Boabaid, Presidente da Comissão de Segurança Pública. Ele está presente? *(Pausa.)*

Então, vou passar a palavra a mais um orador que está aqui no plenário; depois, voltamos ao Deputado Jesuino Boabaid.

Convido o Sr. Orlando Francisco de Souza, representante do Sindicato dos Urbanitários de Rondônia.

**O SR. ORLANDO FRANCISCO DE SOUZA** - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Mariana Carvalho.



Gostaria de elogiar a iniciativa de trazer este debate até Rondônia, enquanto militante do movimento negro, representante do Sindicato dos Urbanitários e de alguns movimentos sociais.

Gostaria também de fazer algumas referências. Primeira, com uma Mesa de pessoas basicamente brancas é muito difícil ter empatia para discutir a questão racial e a questão negra. (*Manifestação na plateia.*) Isso, historicamente, no Brasil, é uma contundência que faz com que sejamos sempre substituídos por outras pessoas para dizerem dos nossos debates. Só vejo uma Deputada Federal negra na Mesa. Gostaria que o nosso Parlamento tivesse muito mais negro, porque assim faríamos uma discussão bem mais democrática.

Quanto a dizer que não há dados, é importante ler os dados que foram passados aqui. Há muitos dados. O Deputado Marcos Rogério colocou o Mapa da Violência IV, feito pelo Ministério da Justiça e pela Organização das Nações Unidas, que mostra que é o negro que é assassinado no Brasil. Setenta por cento dos homicídios são de jovens negros.

Deputado Delegado de Polícia de Minas Gerais, acompanhei todo o seu trabalho em relação ao caso Bruno, trabalho relevante para o Brasil, mas eu gostaria de dizer que, se o Estado prendeu uma pessoa 60 vezes e não resolveu o problema, o Estado falhou. Um Estado que tem um índice de reincidência nesse nível... No Brasil inteiro o índice de reincidência é alto.

Em Roraima, onde houve um trabalho com adolescentes infratores, conseguiu-se o índice de reincidência de 15% aproximadamente. Em Rondônia, é de 80%. Então, o Estado falhou.

Deputada Mariana Carvalho, vi com muita alegria V.Exa. trazer o debate e também votar na primeira votação, mas fiquei extremamente decepcionado com a segunda votação, até porque foi um golpe que foi dado no Congresso Nacional, o que não é falado. (*Manifestação na plateia.*) A votação foi num dia. No outro dia, o Deputado Eduardo Cunha foi lá e a inverteu; nem aguardou o período regimental, praticamente. Isso vai ser contestado pela OAB. Isso está sendo dito no Brasil inteiro.

Então, gostaríamos de amadurecer muito mais este debate. É impossível falar em clamor popular. Foi o clamor popular que crucificou Jesus Cristo, se querem



saber. Foi esse clamor popular conduzido de forma muito maldosa pela mídia brasileira, que coloca que os jovens estão cometendo todos os assassinatos no Brasil. Isso é mentiroso, falacioso, já que os dados não dizem isso!

É lamentável vermos quererem reduzir um debate tão importante, mas tão importante, à colocação desses jovens na cadeia. Aqui em Rondônia houve um trabalho, junto à Polícia Militar, com jovens em situação de risco, e dois deles viraram secretários municipais. Eram jovens que já tinham problemas com a Justiça. Foi só fazer empoderamento, foi só discutir que eles eram, de fato, titulares de direitos.

Colocar o Estatuto da Criança e do Adolescente para ser colocado como deve ser... Se fosse mentira que jovem fica preso só 3 anos, o Champinha já estaria solto há muito tempo. A situação do jovem é muito pior, porque ele depende da avaliação de psicólogo, de psiquiatra, para sair da cadeia. É muito pior!

Mais de 50% dos presos adultos no Brasil ainda não foram sentenciados definitivamente — mais de 50%. Então, coloquem esses todos na cadeia. E mais ainda, para poder nos surpreender — eu fiz este debate, há muitos anos, nesta Assembleia: há mais de 200 mil pessoas com mandado de prisão no Brasil que não se colocam na cadeia porque não há vaga. Vamos atrás desses que já estão sentenciados para depois discutirmos a redução da maioridade penal.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Orlando, do Sindicato dos Urbanitários.

Quatro convidados estão presentes; então, vamos convidá-los para compor a próxima Mesa, que comporta a todos, e vamos intercalando as falas, alternando entre a Mesa e o Plenário.

Eu sei que redução da maioridade penal é um tema emblemático. Na disputa política, na vida política, temas emblemáticos reduzem a síntese do problema maior. É sempre assim. Usa-se síntese para falar de coisas mais complexas. É assim e é legítimo.

No tema genocídio, violência contra jovens negros e pobres, independentemente da posição de cada Deputado, eu tenho a convicção de que os Parlamentares votarão no sentido de um conjunto de legislações e também de



planejamento de políticas públicas, com a sensibilidade e a compreensão de que o Brasil mata negros mesmo, de que o Brasil naturalizou matar negro e pobre.

Este é o ganho da CPI: o ganho de compreender que não se pode mais naturalizar o que está acontecendo no Brasil. É preciso desnaturalizar. Inclusive, falou-se aqui da jornalista Maju — eu até postei uma mensagem para ela —, mas quem dera a Globo tratasse as mortes dos negros no Brasil como tratou a repercussão da discriminação à jornalista.

Eu defendo que não haja nenhum tipo de discriminação, não só à nossa repórter Maju, que é muito linda, bela, como colocado pelo Vereador, mas lamentavelmente a nossa televisão, a maior delas, que é a Rede Globo, naturalizou matar jovens negros e pobres.

Infelizmente, eles mostram a imagem, a identidade dessas pessoas na novela como se elas fossem inferiores às brancas e no jornalismo como se o Brasil tivesse um estereótipo criminoso. É mais criminoso do que qualquer tipo de preconceito achar que pela cor da pele se define quem é criminoso ou não no Brasil.

Essa luta unifica todos os que estão nesta Mesa: a Deputada Mariana Carvalho, o Deputado Marcos Rogério, o Deputado Delegado Edson Moreira, todos os que votaram a favor ou não da redução da maioria penal.

Eu fico tranquilo porque a redução da maioria penal não vai dar em nada. Eu acho que ela será inconstitucional; se aprovada, não vai resolver nada, com certeza. Eu poderia até dizer que, se seguirem a trajetória da Justiça Criminal no Brasil, hoje, de julgar quem mata, vai ser até bom para os jovens, porque eles não serão condenados. A Justiça brasileira hoje não condena ninguém que mata, não condena nem o adulto. Só 3% dos adultos são condenados por crime.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, por crime; 3% dos adultos que cometem crime são presos. A Justiça brasileira prende quem comete crime contra patrimônio ou usuários de drogas. Nós temos que ser verdadeiros. Esses são os dados que estão colocados.

Eu quero dizer que nós viemos aqui para colher sugestões e opiniões do Plenário. A Mesa não está censurando nenhum tipo de intervenção. Eu estou dizendo que o fato de um ou outro membro ter votado a favor da redução da



maioridade penal não tira a legitimidade da CPI e menos ainda a legitimidade de esse companheiro e essa companheira participarem da CPI, porque nós somos uma Casa plural. Nós não podemos jamais romper o diálogo com quem pensa diferente, senão nós não vamos construir as políticas necessárias e as políticas públicas de que o Brasil precisa. Nós não podemos fazer política pelo ódio, pela intolerância. É só o diálogo que vai estabelecer pontes para mudarmos o Brasil e repensarmos novos programas e novas ações.

Eu quero convidar para compor a Mesa o Sr. Antônio Carlos dos Reis, Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania; o Sr. Thadeu Bancalari, Delegado da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente; o Sr. Francisco das Chagas Silva, Professor da Rede Amazônia Negra — RAN, e o Coronel Marcos Rocha, Secretário de Estado da Justiça.

Nós não vamos desfazer a Mesa. Quer desfazer?

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - O.k. Então, nós vamos desfazer a primeira Mesa. A Relatora vai continuar aqui, e a Deputada Mariana Carvalho, como autora do requerimento, também. Agradeço a participação dos membros da Mesa.

Vamos iniciar a segunda Mesa com o nosso Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania, Antônio Carlos dos Reis.

O Deputado Federal Marcos Rogério também vai permanecer à mesa conosco.

Com a palavra o Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS** - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Federal Reginaldo Lopes, o Deputado Marcos Rogério, a Deputada Rosangela Gomes, o Deputado Delegado Edson Moreira, a Deputada Mariana Carvalho. Quero cumprimentar também os colegas da segurança pública, através do Secretário de Justiça, Marcos Rocha; os demais membros do Governo; o nosso Chefe de Estado Maior, Coronel Lara; o Delegado Leonardo; os representantes dos Ministérios Público Estadual e Federal e da Defensoria Pública e os demais presentes.



Bem, a nossa participação como segurança pública nos força a começar a fala dizendo, Deputado Reginaldo Lopes, que nós estamos pagando uma conta — essa é a grande realidade —, uma conta pela falta de políticas públicas. E isso não é de agora, obviamente, é histórico. A segurança pública vem sendo instada, acionada, para que esclareça coisas que, efetivamente, não pertencem exclusivamente a ela.

Percebemos — e muita coisa já foi dita aqui — que se fala em renda quando se fala em vítimas jovens, negras e pobres. Por que essas pessoas são intituladas como pobres? Porque não há distribuição de renda, porque não há política voltada para essas pessoas. Percebemos também que, historicamente, vivemos num país racista. Muitas das nossas posturas são racistas, e não só com o negro, mas também com outras classes e tudo mais.

O que nós vimos fazendo é tentar — como tanta gente diz — enxugar o gelo. É fazer com que unicamente a segurança pública dê resposta a tudo o que acontece na sociedade de ruim. Não há, de forma alguma, por parte daqueles que fazem segurança pública, a sensação de que estamos fazendo tudo de forma efetivamente correta. O que se faz é tentar melhorar, sim, essa sensação de segurança, mas jamais dar a resposta que a população deseja. Não tenho nenhum problema, nenhum pudor em dizer das nossas falhas, muito pelo contrário.

Eu quero também dizer que o Estado de Rondônia tem feito muito. É só entrar no nosso sistema prisional para ver o quantitativo de pessoas que são presas, como bem disse uma pessoa que me antecedeu aqui, falando da quantidade de mandados de prisão ainda para se cumprir. Então, percebemos que o trabalho da segurança pública vem sendo feito, mesmo com todos os reparos que devem ser feitos.

A gente, quando fala de segurança pública, não pode simplesmente falar em quem foi preso, quem vai ser preso. É um tema complexo, e são vários fatores que devem ser analisados, não é simplesmente pela prisão: é a questão da tecnologia, é a questão do reaparelhamento.

E aí a gente fica indagando por que aquelas pessoas que legislam, principalmente, e aquelas que nos governam, principalmente quando a gente trata



num âmbito acima dos Estados e do Município, com relação à vinculação do Orçamento...

Como fazer segurança pública se nos falta, às vezes, o orçamento necessário para o enfrentamento de toda a demanda? É claro que os Estados, muitas das vezes, têm as suas dificuldades, então tem que ser alguma coisa muito maior, tem que ser muito mais ampla essa discussão.

Preocupa-nos também saber que existe uma inflação de leis — para tudo tem que ter lei — enquanto não se dá a estrutura devida para que aquelas que nós temos sejam efetivamente aplicadas. O que nos falta, muitas das vezes, é a efetividade: a efetividade na apuração das ocorrências, a efetividade na aplicação da pena, a efetividade num trabalho correto com relação às políticas públicas.

O que eu espero sinceramente da CPI é que isto ocorra: que as políticas públicas sejam efetivamente trabalhadas. Não há como fazer com que o menor não se envolva com o crime se ele não tem perspectiva nenhuma no meio da sociedade, se ele não tem uma escola adequada, não tem uma formação, não tem uma saúde, às vezes, da melhor maneira, como ele precisa.

Então, como eu disse, são vários os fatores que precisam ser discutidos, não é simplesmente falar que a segurança pública é responsável e a única que pode dar resposta a todo esse problema que vivemos hoje na nossa sociedade.

Incomoda-nos muito, como cidadão, ouvir e ser criticado com relação à falta, às vezes, de um policiamento, à falta de alguma medida policial para resolver os problemas da segurança pública, mas, definitivamente, não é somente com arma, com viatura, com policial que a gente resolve esse problema da criminalidade e da violência do nosso País. É realmente uma discussão concreta e efetiva daquilo que podemos fazer para melhorar a condição de vida de toda a população.

Eu acho que é isso o que nos falta e é isto o que a gente que trabalha diretamente com a segurança pública — e eu acho que com qualquer outra área — espera: realmente que haja isso por parte dos legisladores que estão em Brasília.

No mais, é colocada novamente a segurança pública do Estado de Rondônia à disposição para qualquer discussão e medida que possa trazer a tão sonhada e efetiva sensação de segurança pública. (*Palmas.*)



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Secretário, pela contribuição.

Quero passar a palavra para o Sr. Edmilson Barros Zeballos, da Associação das Pessoas com Epilepsia do Estado de Rondônia — APEERON. *(Pausa.)*

**O SR. EDMILSON BARROS ZEBALLOS** - Boa tarde a todos. Boa tarde à nossa Deputada Mariana Carvalho, ao Marcos Rogério. Marcos Rogério, eu estive no seu gabinete há uns 3 anos e você me deu um apoio muito grande. Eu estava vindo de Belo Horizonte, de um encontro.

Eu quero dizer aqui nesta Câmara que eu estou feliz, porque o nosso Deputado, o Presidente da Assembleia Legislativa, criou uma lei que favoreceu o nosso trabalho sobre epilepsia no Estado de Rondônia, porque nós também sofremos discriminações e somos violentados pelo poder público de saúde, não temos uma assistência contínua a essas pessoas, com seu tratamento. Nós temos ali na plateia o nosso amigo Batatinha, que vai agora em dezembro fazer uma avaliação para uma cirurgia que há mais de 15 anos vem tentando fazer no nosso Estado.

Depois que nós criamos a Associação — há 9 anos que já estamos trabalhando —, estamos vencendo várias ações. Gostaria que a Deputada Mariana Carvalho e o Deputado Marcos Rogério procurassem a Deputada Jô Moraes, de Belo Horizonte, e o Senador Paulo Paim, que tem um Projeto de Lei que está tramitando nas duas Casas do Congresso há mais de 20 anos. Eu gostaria, Mariana, e você, Marcos Rogério, que acompanhassem esse projeto para que nós não soframos com essa violência e discriminação no tratamento da epilepsia. Nós estamos tratando de violência, mas esse assunto também me trouxe aqui para que eu pudesse falar a respeito da violência que nossos epiléticos do Estado de Rondônia têm sofrido para conseguir um tratamento, uma medicação correta junto ao poder público de saúde. Graças a Deus, o Maurão de Carvalho criou uma lei que nós temos agora: no ano que vem divulgaremos o nosso trabalho através desse projeto de lei que foi aprovado. Quero agradecer ao nosso Presidente.

Neste momento que me deram de vir aqui, eu gostaria muito mais de falar das necessidades das pessoas com epilepsia. Eu tenho aqui um *pen drive* que relata



todas as ações do nosso trabalho aqui em Rondônia, mas infelizmente eu não vou poder... porque ele é de 5 minutos, e vocês deram só 3 minutos.

Eu vou considerar a situação de vocês. Muito obrigado. E que vocês, Marcos Rogério e Mariana, que estão lá, que são rondonienses — não sei se o Marcos Rogério é, mas a Mariana é —, façam alguma coisa por esse projeto de lei. Procurem a Jô Moraes e o Senador Paulo Paim, porque eles têm esse projeto na mão. Cutuquem lá. Em setembro estaremos lá com uma manifestação, lá em Brasília, a epilepsia e todas as associações do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, Sr. Edmilson Barros. Se o senhor tiver um documento e quiser entregá-lo à Relatora, será anexado aos nossos documentos da CPI.

Quero convidar o Secretário de Estado da Justiça de Rondônia, Coronel Marcos Rocha.

**O SR. MARCOS ROCHA** - Boa tarde a todos. Boa tarde Sras. e Srs. Deputados, autoridades, todos aqui presentes, policiais e pessoas da sociedade. Eu assumi a Secretaria de Justiça recentemente, no início deste ano, e tive a oportunidade de encontrar uma situação bastante difícil de trabalho. Realmente são muitas pessoas presas, e a maior parte das pessoas presas são pessoas de origem pobre — vamos falar assim —, mas a maioria não é de negros. Em Rondônia, a maioria dos presos são brancos. Em torno de 70% da população carcerária em Rondônia é branca.

Eu sou uma pessoa de origem negra. Eu sou misturado, na verdade. Eu acho que a maioria da população brasileira é mestiça. Eu tenho a minha avó negra, o meu pai que era branco, minha mãe que era morena, é supermisturado. Eu tive a facilidade de conviver muito bem com qualquer tipo de pessoa, de qualquer cor, nós não tínhamos essa discriminação. E eu sempre critiquei quando eu via, até na televisão — tenho amigos aqui, professores também, que já me ouviram falando sobre isso —, essa diferenciação. Eu não consigo aceitar — até porque eu fui criado num ambiente de igualdade entre todos — a discriminação.

No Estado de Rondônia, nós temos — estou tentando agilizar por causa dos 3 minutos —, no Estado de Rondônia, nós temos 203 adolescentes com restrição de



liberdade. Conversando com alguns deles, eu ouvi que o que eles pensam é o que os meus amigos pensavam, porque eu sou de origem pobre também. Nós dividíamos até comida entre 6 irmãos e todos nós ficamos órfãos — nós ficamos órfãos muito cedo. Eu fiquei órfão com 12 anos de idade, e o meu irmão mais novo tinha 1 ano e meio. Quem cuidou de nós foi meu irmão de 16 anos e a minha avó, que hoje, graças a Deus, tem 96 anos de idade. Mesmo na pobreza, mesmo numa situação de família negra, nós conseguimos vencer, todos nós, isso graças à educação.

Eu estou falando coisas aqui que talvez muitas pessoas aqui que me conhecem nunca imaginaram, mas nós dividíamos comida, sim. Nós, sim, nós éramos negros, misturados. Às vezes os colegas negros brincavam: “*Você não sabe o que é, você tem cabelo duro e é branco*”, coisas desse tipo. (*Riso.*) No entanto, nós vencemos isso.

Dentro da Secretaria da Justiça, que trabalha também com socioeducação, eu vi crianças e adolescentes que precisam dessa atenção e, muito mais do que de atenção do Estado, elas precisam da atenção da família.

Por que eu estou falando isso? Porque eu era pobre. Por que eu nunca fiz nada de errado? Porque eu tinha uma boa orientação familiar, porque, apesar de eu perder a minha mãe cedo, ela deixou bons ensinamentos para nós.

Então, nós precisamos entender isto, todos nós: que nós, como adultos, devemos fazer o máximo que pudermos para evitar que os nossos jovens, os nossos filhos, os nossos netos venham a cair na criminalidade.

Eu fico preocupado e vi a preocupação do Governador quando nós fomos lançar o início da construção, a assinatura do contrato de uma unidade de socioeducação. Ele falou para mim à mesa — isso não é... porque ele depois citou isto mais uma vez, citou a todos —, ele disse: “*Eu fico triste de ter que abrir um processo desses para a construção de uma unidade socioeducativa, quando nós poderíamos estar abrindo mais escolas*”. E é verdade.

Agora, mas isso é responsabilidade do Governo? Seria fraqueza nossa dizer que a responsabilidade é do Governo. Essa responsabilidade é de todos nós! Eu estou Secretário, não sou Secretário de Justiça. Em algum tempo, eu vou sair dali,



mas eu quero deixar algo que realmente valha a pena enquanto eu for Secretário de Justiça.

Eu tenho contado muito com o apoio dos colegas, do Dr. Reis, etc., de outros Secretários, como o de Saúde, e temos trabalhado bastante em conjunto para vencer as dificuldades. Agora, isso cabe a todos nós.

Por isso eu valorizo quando vejo uma audiência para tratar desse assunto, porque é algo que realmente deve ser refletido para toda a sociedade. Todos nós somos responsáveis. Nós precisamos estar com isso dentro do nosso coração, dentro das nossas mentes. Todos nós somos responsáveis por nossas ações, inclusive nas nossas casas. Então, eu desejo muito sucesso!

Nós temos atuado muito dentro da Secretaria da Justiça. É bom falar só uma coisa. Chegando até Urso Branco — eu sou coronel da Polícia Militar também, passei num concurso público —, eu achei interessante quando um dos presos olhou para mim e falou: *“Eu confio no senhor”*. Aí eu olhei para ele: *“Eu também confio no senhor”*. Aí ele riu e falou para mim assim: *“Sabe por quê? O senhor não está lembrado de mim, não?”* Eu falei: *“Não”*. *“O senhor me prendeu”*. E eu perguntei pra ele: *“Eu o prendi, e o senhor está dizendo que confia em mim?”* *“Confio, porque o senhor me tratou bem, o senhor me respeitou, o senhor me botou na viatura e até fez uma oração comigo, conversou comigo, e isso não é normal. Então, eu agradeço ao senhor”*. Aí ele disse mais: *“Nós teríamos mortes aqui no Urso Branco, mas, já que o senhor é Secretário da Justiça, a gente vai fazer só uma greve de fome”*.

Então, é triste a gente ouvir isso, porque não deveriam acontecer mortes, não deveria acontecer nada. A minha preocupação, enquanto eu sou Secretário e honrando a responsabilidade que o Governador me passou, na qual a sociedade está acreditando, é fazer com que nós tenhamos realmente a chamada ressocialização, algo difícil, mas que cabe a todos nós e que, com fé em Deus, a gente consegue vencer.

Então, parabéns a todos os que aqui estão! Parabéns, Deputada Mariana Carvalho! Parabéns a todos os presentes! E que Deus nos abençoe!

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Secretário.



Com a palavra a Sra. Máires de Carli, Presidente do PSDB Mulher de Rondônia.

**A SRA. MAÍRES DE CARLI** - Boa tarde a todos! Cumprimento a Mesa na pessoa da nossa Deputada Federal Mariana Carvalho. Eu sou do PSDB Mulher aqui de Porto Velho. Nós iniciamos alguns trabalhos com mulheres vítimas de violência doméstica, com meninas com gravidez precoce. Nesses trabalhos, a gente consegue perceber o quanto o jovem, principalmente o jovem negro, realmente não tem oportunidade.

Para não me alongar muito, eu gostaria de pedir aos Deputados que esse trabalho que vocês estão fazendo não fique somente na busca de pesquisas, de papel, e tudo vire projeto. Como a Luciana falou — eu vi a Luciana falar, nós temos ideologias diferentes, mas ela realmente falou uma coisa muito certa, e outros também —, gente, índice, mais do que os que já estão aí? É muito antigo isso! Todos sabem o quanto os jovens, os negros, morrem. São 70%! Para que mais ir atrás de índice?

O de que nós precisamos é de que os projetos... E nem carecemos de tantos novos projetos. Tem tanto projeto no papel que não sai do papel; tem tanto projeto que não acontece; tem tanto projeto que tem recurso destinado, e o recurso não chega.

Então, na verdade, o grande problema está realmente na educação. É lá na base que nós temos que trabalhar. Não só na base! Os Deputados têm que trabalhar para que o recurso dos projetos que já existem pelo menos chegue aonde tem que chegar, para que pelo menos o que já está no papel aconteça.

Criam-se mais projetos, cria-se mais papel, criam-se mais ideias, criam-se mais CPIs, e vai, e vai, e vai, e a população não vê resultado. Nós precisamos é de resultado. Existem muitos projetos, muitas ideias feitas, aprovadas, que poderiam sanar pelo menos parcialmente esses problemas, de trabalhar nas escolas. Existe um monte de associações, de ONGs, de pessoas que trabalham de graça para poder ajudar crianças a sair do crime. Escolas? Das nossas escolas, a criança não quer saber da escola! Na minha época, era gostoso ir para a escola. Hoje as crianças querem correr da escola.



Poderiam trabalhar em projetos na área de esporte, para incentivar atletas, como acontece em vários países, com bolsas. De repente, o rapaz, em vez de usar droga, em vez de se tornar um marginal, em vez de matar e morrer na rua, poderia ser um atleta, representando o seu Município, o seu Estado, o seu País.

Então, já existe projeto! Às vezes a gente precisa trabalhar no que é simples. Às vezes é o simples, o que está ali, está à mão. Não precisa de tanta burocracia, de tanto estudo, tanta pesquisa! Nós precisamos é executar pelo menos o que já está aí para ser executado. Para isso, o recurso tem que chegar à fonte devida...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua, por favor!

**A SRA. MAÍRES DE CARLI** - ... e não ser desviado pelo caminho.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela contribuição!

Agora passo a palavra ao Prof. Francisco das Chagas Silva, professor da Rede Amazônia Negra — RAN. (*Palmas.*)

**O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA** - Boa tarde! Presidente, eu cumprimento a nossa Deputada, da nossa terra, e a parabenizo por ter alguém de Rondônia nesta CPI, e cumprimento toda a Mesa na pessoa do Presidente, o Deputado Reginaldo. Do plenário, eu gostaria de cumprimentar o Movimento Negro, na pessoa de Orlando, que esteve aqui e que, na história do Movimento Negro de Rondônia, criou o IDCN — Instituto de Defesa da Cidadania Negra. Parece que não, mas, ainda no BERON, houve a ação do Movimento Negro contra o racismo dentro do trabalho. E as mulheres, eu quero cumprimentar aqui, na pessoa da Elsie, as mulheres negras e brancas.

Uma vez, participando de uma reunião sobre o movimento de mulheres, uma mulher falou assim para os homens: *“Precisamos ter os homens aqui, porque vocês é que praticam a violência contra a gente. Então, primeiro, vocês precisam ser educados politicamente”*. Então, é muito bom que os brancos estejam aqui. Aqueles que são e os que não são, ou pensam que não são, racistas — às vezes cometem sem perceber — que estejam aqui para compreender também!

Eu falo... De que lugar eu falo? Eu sou o mero Chiquinho, o Prof. Chiquinho. Moro aqui no bairro Santa Bárbara; o bairro Santa Bárbara, que surgiu depois do



Mocambo. A palavra mocambo significa quilombo. A primeira palavra, o primeiro nome das retiradas, dispersões dos negros brasileiros no Brasil Colônia era mocambo. Um conjunto de mocambos formava um quilombo, e a palavra quilombo ficou. Era esse bairro que todo mundo aqui sabe que era discriminado até pouco tempo, o mais discriminado de todos. E quem fundou aquele bairro foi uma mulher chamada Mãe Esperança Rita, uma negra do candomblé. Então, imaginem, discriminada três vezes por ser mulher, por ser negra e por ser do candomblé, que é uma religião de matriz africana.

Nós aplaudimos na escola os deuses gregos e romanos. Assistimos a filmes sobre Thor, Odin e os deuses celtas louros. Mas, todo dia na televisão, fala-se que os orixás são demônios. Mas são deuses copiados pelos gregos e pelos romanos. Mudou-se apenas o nome e a natureza antropológica. Então, daí a gente já vê como é que é a coisa. O Estado brasileiro dá concessão pública à TV e deixa essa TV chamar a divindade de um povo que compôs a sociedade brasileira, que formou as bases da riqueza desta Nação... São trezentos e poucos anos de escravidão. Os meus tetravós foram arrancados da África e trazidos para a América, Ásia, enfim, para todo canto.

Eu não sou do candomblé, mas é uma das bandeiras que a entidade que eu represento também defende. Eu sou da Rede Amazônia Negra, uma entidade que tem representação nos nove Estados que compõem o bioma ou a geografia climática do Norte, tirando o Maranhão e Mato Grosso. É pelo povo da Rede Amazônia Negra que eu também falo. E, quando eu falo desse povo, quero dizer que esse povo é da capoeira, é do carnaval, é do samba, que nasceu do candomblé. Enfim, são todos os segmentos culturais e intelectuais negros também que compõem essa rede, porque não é só um segmento que nós temos. Nós temos mulheres negras, juventude negra, quilombolas.

Eu tenho a honra e o prazer de ver dois quilombolas, uma família quilombola, melhor dizendo, o Francisco e a D. Erineide, para quem eu peço aplausos. (*Palmas.*) Por quê? Porque são pessoas que fundaram este Estado. As primeiras pessoas a chegarem aqui, os primeiros negros foram os que estão no Vale do Guaporé. Depois, veio o segundo ciclo, os negros que foram trabalhar na ferrovia. O terceiro



ciclo fui eu, o negro filho de nordestino, soldado da borracha. E o quarto ciclo são os haitianos, que para a nossa alegria também estiveram aqui.

Então, eu quero manifestar a alegria e o prazer de ter esta CPI aqui, Deputada Mariana. Aproveito para dizer o que eu penso também. Eu concordo com a professora que colocou que não tem como dissociar a questão da redução da maioria penal da questão da violência contra jovens negros e pobres. Mas, antes de falar do meu pensamento, eu quero lhe dizer o seguinte: eu tenho certeza de que muitos dos que levantaram faixas, que falaram bravamente e que, assim como eu, também não concordam com essa redução, viam em você, em V.Exa... Permita-me chamá-la de você, porque eu a tenho como amiga. Eu vou compará-la com o Neymar. Eu sou corintiano e não gostava do Santos. Mas todo o Brasil aprendeu a amar o Neymar, independentemente de time. Então, para além de partido, você é uma pessoa que caiu nas graças, no respeito e no carinho do povo de Rondônia, independentemente de segmentos e de partido.

Então, Deputada, como uma pessoa que a juventude olha como uma força jovem que chegou para ficar, mulheres que a veem também como uma força que chegou para ficar, que compõe esta CPI, que mexe com a gente, e o convite do Prof. Chiquinho, quero lhe dizer o seguinte: o bambu não quebra, porque é flexível. Você é jovem.

Se eu fosse aqui fazer a metodologia que um Deputado fez aqui, de que há quatro tipos de pessoas que concordam, eu poderia também fazer isso ao oposto, mas eu acho que a fala do ódio não resolve, o ataque não resolve. (*Palmas.*) O que resolve é a gente estar neste espaço, o que eu agradeço, para contribuir, apontar caminhos, sugerir soluções, correto?

Então, quando eu lhe comparo com o Neymar e com o bambu, quero pedir que seja flexível também, como a Luciana pediu, repense um pouquinho. Eu sei que a senhora, por onde passou com esta CPI honrosa, sabe que o Chiquinho está falando a fala do movimento negro no Brasil. Eu fui do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, eu fui do GT que criou o Colegiado Nacional de Culturas Afro-Brasileiras no Ministério da Cultura, convidado como aquele negro pretinho que dá aula no Murilo Braga. Não foi nenhuma pessoa de partido que me colocou ali. Foi luta, muita luta para chegar lá.



E, estando lá, e por onde a senhora passou, eu tenho certeza de que a fórmula é esta: o racismo é a grande causa. E alguém colocou aqui que temos que ter educação integral com um professor. Eu concordo. E temos que ter dinheiro para educação. Eu também concordo. Mas eu pergunto para essas pessoas que pensam apenas na questão da educação: por que a maioria dos negros não está nas escolas? Ou tem um, dois, três na sala? Por que o Prof. Chiquinho tem apenas uma quilombola como aluna no terceiro ano? Uma! Essa menina no ensino médio... Quantos vão chegar ao ENEM, passar no ENEM ou chegar à universidade? É essa a questão.

E aí eu lhe digo: sinceramente, uma criança de 2 anos, que é chamada por outra de cabelo de Bombril, chega em casa chorando às vezes e não diz para a mãe o que foi. Ela só diz, chorando, que não quer mais voltar para a escola.

Então, esse mecanismo de reprodução da desigualdade social, quando a gente quer atacar apenas a sociedade, diz que é um problema apenas da pobreza, e aí envolve brancos e negros. Não. Segundo a estatística, Coronel, embora o senhor tenha apontado, para a minha felicidade, que não tem a maioria negra no presídio, essa não é a realidade nacional. Não é uma realidade nacional.

Então, o Brasil é racista, o Estado brasileiro é racista. E aí tem um conceito que a gente chama de racismo institucional. Quando o negro, Deputada, uma mulher negra vai ao posto de saúde e ali não tem o diagnóstico preciso de uma anemia falciforme é porque aquele médico não teve o conhecimento da causa, que é negra. Então, ela vai morrer, porque não há preocupação com essa questão, que é eminentemente nossa, do povo negro, como também pressão alta. Por que eu estou falando de questão de saúde, gente? Por quê? Falou-se aqui em diagnóstico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Professor.

**O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA** - Vou concluir, Sr. Presidente.

Um dos grandes diagnósticos que gerou, inclusive, este debate, Deputado... Eu estava no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial quando foi iniciado o debate sobre juventude viva, porque detectamos o número de mortes. Mas, antes disso, o DATASUS, que é o Sistema de Informática da Saúde, de Alagoas, já apontava a mortalidade negra. E, aí, pegou-se Alagoas como laboratório.



Então, é pouco tempo para a gente falar aqui, mas eu só digo que é institucional. Tem poucos Deputados negros, tem poucos Vereadores negros, tem poucos Senadores negros, tem poucos profissionais liberais de primeiro escalão na política. Enfim, não tem como negar isso, negar o racismo. Se esta CPI não compreender que é o racismo, pode se desfazer, porque não vai solucionar, pelo menos, para o jovem negro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Muito obrigado, professor.

Com a palavra a Sra. Denise Campos, do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente.

**A SRA. DENISE CAMPOS** - Boa tarde a todos e a todas! Eu estou aqui hoje representando o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, que é uma organização não governamental de defesa de direitos humanos, de criança e adolescente, que neste ano completa 21 anos de existência e trabalha aqui no Estado de Rondônia. Mas também sou assistente social da Vara da Infância e Juventude, de Porto Velho, e tenho, nesses 30 anos de Rondônia, minha atuação toda dentro da área da infância e juventude.

No Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, eu tive a oportunidade de integrar a Coordenação Nacional de Centros de Defesa. Somos, hoje, 39 Centros em todo o Brasil, e a ANCED, este ano, esteve, em duas oportunidades, denunciando o Estado brasileiro pelos homicídios praticados contra a criança e o adolescente, e esta CPI é fruto da denúncia que fizemos em fevereiro.

Eu tive o privilégio de estar presente na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, para onde nós levamos um relatório que apontava justamente esses dados alarmantes de adolescentes assassinados no Brasil. Esse relatório foi baseado no Mapa da Violência 2014, que mostrou que, em 2012, nós tivemos mais de 56 mil pessoas assassinadas no Brasil, sendo que mais de 30 mil eram adolescentes e jovens na faixa de 15 a 29 anos. Como já foi dito aqui, mais de 70% desses 30 mil adolescentes e jovens assassinados eram negros e de periferia.

A denúncia ao Estado brasileiro na Corte Interamericana deu-se justamente por uma omissão do Estado em agir contra esse extermínio de adolescentes que a



gente vem denunciando desde 2009. Então, não é um assunto novo. Embora a CPI tenha sido instalada agora, a gente já vinha fazendo denúncia com relação a isso há vários anos.

Como disseram os outros que me antecederam, a gente não pode dissociar a questão dos homicídios da proposta da redução da maioridade penal, porque todos nós sabemos que, em sua grande maioria, as mortes desses adolescentes são provocadas por agressões. São jovens que estão ou estiveram ligados ao sistema socioeducativo. Então, o Estado é responsável diretamente pela violência.

A gente entende que a proposta da redução da maioridade penal é de origem populista, com a ideia de querer transformar o adolescente, hoje, no Brasil, em uma classe perigosa. Então, há uma criminalização da juventude, quando, na verdade, o maior violador de direitos humanos é o próprio Estado. Eu, que trabalho no sistema de garantia de direitos, nesses 30 anos, posso dizer isso.

Em Rondônia, por exemplo, nós já tivemos várias ações civis públicas em que o Estado foi condenado por não cumprir o ECA. Neste ano, o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 25 anos, e o Estado ainda responde a várias ações civis públicas por não garantir os direitos ali contidos. Então, é uma hipocrisia propor a redução da maioridade penal em um Estado que é muito mais criminoso. Para mim, hediondo é desviar recursos de verbas da saúde, da educação.

Nesta Casa mesmo, nós sabemos que tem Parlamentares que foram condenados. Inclusive, quem já presidiu esta Casa foi condenado e até hoje não está cumprindo pena. Então, condenar um adolescente... A gente sabe que há várias situações que envolvem muitas vezes esse adolescente e que o levam a uma situação de entrar em conflito com a lei, mas não é o colocando no sistema penal falido que nós vamos ressocializá-lo. Eu quero chamar atenção...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Denise.

**A SRA. DENISE CAMPOS** - Eu fiquei muito preocupada com a defesa que a Mariana fez na Câmara dos Deputados. Eu achei a defesa de uma incoerência, Mariana. Você me desculpe. Quando eu recebi o convite para esta audiência pública, você estava fazendo a defesa do projeto "*A Juventude Quer Viver!*", e eu disse assim: "*Mas a sua defesa foi justamente o contrário, porque, se o adolescente*



*for para o sistema penal, nós vamos acabar de matá-lo*". Então, eu gostaria que você levasse essa nossa indignação e, como falou o Prof. Chiquinho, reconsiderasse isso.

Eu acho que a gente tem que ver que o adolescente... Eu nunca me esqueço, e sempre repito isso, das palavras do Padre Júlio Lancellotti, que trabalha em São Paulo e muitas vezes foi chamado nos conflitos na FEBEM. Ele dizia: *"Olhe, se o que os adolescentes estão vomitando é indigesto, nós, enquanto sociedade brasileira, temos que pensar o que nós estamos dando para ele comer"*. Então, eu acho que a responsabilidade é nossa.

Se os adolescentes hoje estão se envolvendo mais em situações de violência, é porque falta política de educação, de saúde, de esporte, de lazer, de cultura. A gente sabe que não é dado nada. Então, como é que você pode cobrar de alguém que não recebeu nada?

Então, eu gostaria que vocês pudessem rever essa questão. E fico muito feliz com o desdobramento dessa denúncia na Corte Interamericana que gerou esta CPI. E eu espero que ela tenha resultados concretos no sentido de que a gente possa fazer esse enfrentamento e reduzir esses indicadores tão graves de violência.

Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Denise. Inclusive a CPI aprovou o requerimento. A Mesa da CPI vai entregar à Corte Interamericana de Direitos Humanos o relatório final da CPI.

Quero convidar, e já estava prevista a sua participação na Mesa, para fazer uso da palavra o Sr. Flaxman de Souza Almeida, perito criminal.

**O SR. FLAXMAN DE SOUZA ALMEIDA** - Boa tarde, senhoras e senhores! Cumprimento a Mesa, em nome do Deputado Reginaldo Lopes e da Deputada Mariana Carvalho, expoente da política de Rondônia em Porto Velho. É um pequeno paralelo à fala, mas vale o comentário: cada atitude sua em Brasília põe um pouquinho de gota de alegria nos 60 mil votos que você teve aqui em Rondônia para Deputada. Isso muito me orgulha, porque eu fui um deles.

Falou-se muito aqui hoje sobre maioria penal, sobre violência contra negros. Eu fui pescando algumas coisas, e a que o Coronel Marcos Rocha disse foi a que mais se ligou àquilo que eu penso sobre o assunto. Eu sou de origem pobre e



sou negro. Diferentemente dele, eu tenho a pele escura e o cabelo ruim também. Só que eu nunca consegui perceber isso, porque nunca houve diferença na criação que eu tive.

A gente tem que entender que nós passamos 400 anos de escravidão no País. A gente tem que entender que tudo que há hoje em dia é uma herança cultural. A gente só pode mudar isso a longo prazo e com atitudes na origem. A Luciana disse aqui que nós temos dados. Nós não temos dados, e, sem dados, não há como se fazer nada. Aqui, nós temos pessoas de diversos órgãos: Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança. Aqui tem todo mundo que pode coletar dados.

O Deputado Alex Redano citou aqui uma coisa muito polêmica também, que é a ideologia de gênero. A violência contra negro é consequência do racismo. E não é uma coisa de 400 anos que vai mudar com uma CPI. A gente precisa entender que isso é a longo prazo. A gente pensa em colocar ideologia de gênero nas escolas. A gente tem que entender que é preciso colocar a igualdade nas escolas agora. A gente tem que mudar o plano de educação básica do Brasil, fazer com que as pessoas que estão na escola se sintam iguais, se sintam como eu e o Coronel, que nós sentimos a vida inteira.

Eu tive dificuldade de entender que eu era negro. Depois de adulto, eu percebi que existe racismo. E isso muito se deve ao fato de a sociedade rondoniense, e eu sou filho de Porto Velho, ser de origem muito negra. A Profa. Tânia disse aqui, a primeira fala foi dela, sobre os barbadianos e os Schockness. Então, a gente precisa olhar para essa questão a longo prazo.

É evidente que a CPI, Deputado Reginaldo Lopes, tem que colocar medidas mediatas. Mas, como a segurança pública precisa ser ostensiva, tem que ter combate na origem, na educação. Nós precisamos, Secretário Antônio Carlos dos Reis, de dados. Eu tentei, para esta CPI, coletar dados concretos, Luciana, não dados chutômetros: 70 mil, 10%, 3%. Eu coletei dados de 30% dos homicídios ocorridos em Porto Velho em 2014. Desses 280 homicídios, quase 100 foram praticados contra pessoas negras, o que não dá 40%. Nós temos que combater não só a violência contra o negro, mas também o racismo, o preconceito — isso é educacional —, para que o racismo social, como falou o Prof. Chiquinho, não



aconteça. Esse é o pior racismo que tem, porque o policial olha para o bandido negro diferentemente de como olha para o bandido branco. Ele é mais rigoroso com o bandido negro do que com o bandido branco. Isso existe mesmo.

Nós temos menos Deputados, menos médicos, os cargos ou as posições sociais mais elevadas não são ocupadas por negros. Por quê? Porque não há educação. Em vez de mandá-lo para a cadeia, devia, sim, obrigar o menino negro a ir para a escola. Então, nós temos que mudar a consciência lá na raiz, do meu filho, que tem 10 anos, e da minha filha, que tem 3 anos. Agora, se não fizermos isso, não vamos conseguir chegar a lugar nenhum, certo?

Eu queria encerrar esta fala aqui de maneira muito objetiva, pedindo que no parecer, Relatora Deputada Rosangela Gomes, conste esse paralelo com a educação. Que se olhe para a mudança da questão racial no ensino básico, para deixar as pessoas iguais. Eu, publicamente, aqui, peço o levantamento de dados ao Secretário Reis, porque isto é básico: sem dados não conseguiremos ter ações. Então, nós precisamos fazer esse levantamento com detalhes. O Deputado Reginaldo Lopes falou no começo que o único dado que nós temos é que a Segurança Pública não tem dados. Nós precisamos ter dados para melhorar a segurança pública no Estado de Rondônia.

Coronel Marcos, nós temos o mesmo sentimento. A diferença é que meu cabelo é ruim e eu tenho a pele escura. Mas, vivi o que o senhor viveu e me senti muito identificado com a sua fala aqui. Esse sentimento que o senhor teve é o que nós precisamos ter para poder mudar essa realidade no Brasil, que não será em 5 anos. Somente em 40 anos, em 50 anos nós vamos ter uma sociedade mais igual e justa.

Um abraço a todos e boa tarde! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Quero chamar a Vereadora Rosária Helena, da Câmara Municipal de Ouro Preto... Não, de Ouro Preto do Oeste. Ouro Preto é Minas; aqui, é do Oeste. Mineira, de qual parte de Minas?

**A SRA. ROSÁRIA HELENA** - Prata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Prata? Conheço Prata. Ela fica perto do Triângulo Mineiro. Não, Prata é Triângulo.



Aproveito também para registrar a presença da Prefeita de Ouro Preto, que esteve aqui, Joselita de Araújo. É isso, Vereadora?

**A SRA. ROSÁRIA HELENA** - É, mas a Prefeita tinha um compromisso e teve que sair.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Fica registrada a presença da Prefeita.

**A SRA. ROSÁRIA HELENA** - Na verdade, quero cumprimentar toda a Mesa, tentar ser bastante rápida aqui e pedir desculpas pela voz. Quem conhece a minha voz sabe que ela está bastante diferente. Eu estou há muitos dias com uma gripe.

Mas, na verdade, a minha vinda a esta tribuna é para, em primeiro lugar, cumprimentar todos os que fazem parte, que compõem a CPI. Não conheço os 27 componentes, mas, com certeza, estão muito bem representados, viu Deputado Reginaldo Lopes, Deputada Mariana Carvalho. Como chama aquela Deputada quase da minha cor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputada Rosângela Gomes, a nossa Relatora.

**A SRA. ROSÁRIA HELENA** - Falei quase da minha cor. Mas, enfim, primeiro eu queria fazer um registro aqui, de modo especial, direcionado à Deputada Mariana Carvalho.

Deputada Mariana, acho que houve uma coincidência de momento. Ao mesmo tempo em que V.Exa. traz a CPI, com os demais colegas, para o Estado de Rondônia — momento muito, muito, muito importante, quero te parabenizar por isso —, discute-se também a maioria penal. Vejo que foi uma pena ter coincidido este momento. Alguém que fez uma fala aqui até citou isto: ao mesmo tempo em que se discute a CPI há também a discussão dessa questão da maioria penal.

Na verdade, eu entendo claramente tudo o que está acontecendo. Quem votou pela redução, quem votou contra... As pessoas precisam, num determinado momento, dizer... Aqui eu não estou dizendo que sou contrária, que sou a favor, mas de uma coisa eu sou a favor: eu sou a favor das pessoas que se posicionam. Você tem que ter coragem de... Você foi eleita, teve muito mais do dobro de votos. Eu sou a 1ª suplente, mas você foi uma das mais votadas. Não me lembro entre você e a Deputada Marinha Raupp quem foi a mais votada, mas eu não sou jovem, eu sou



uma mulher que estou — digo sempre lá na Câmara, onde eu sou Vereadora e Presidente da Comissão de Educação e Assistência Social — no quinto mandato, fui Deputada Estadual, estive aqui nesta Assembleia. O Deputado Aparício, na época nosso Vice-Governador Aparício Carvalho, conhecia muito bem a maneira como eu me posicionava em relação àquilo em que eu acredito, àquilo que eu defendo. E é preciso ser assim. Não tem como fugir disso. Ou você se posiciona ou você não sabe para que veio...

E, aí, eu sei que se dividem as opiniões sobre essa questão de se votar “sim” ou “não” pela redução da maioria penal. Este tema coincidiu com o tema da audiência pública aqui, que vem debater tema de tamanha relevância.

Eu quero, fora essa questão da redução ou não da maioria para os 16 anos, dizer que é muito importante este momento. Quero parabenizar você e, em seu nome, toda a Comissão, que teve a coragem, mesmo neste momento — você poderia até ter desfeito esta audiência pública —, de trazer um tema de tamanha relevância para ser discutido no nosso Estado. Então, isso é muito importante.

Quero parabenizá-la. Você é uma garota. Dr. Aparício Carvalho sabe do que eu estou falando. Quantas vezes esses nossos filhos estiveram juntos nos aniversários de criança. Mariana e minha filha caçula têm a mesma idade. Então, Deputada Mariana, parabéns a você, parabéns a toda a Comissão!

Nós esperamos que, independentemente de qualquer outra discussão, seja em Rondônia, seja em todo o Brasil, esta audiência pública realmente consiga cumprir seu objetivo, consiga dar ao povo brasileiro o que ele precisa.

Eu falo isso com conhecimento de causa, como mulher negra, pobre, que assim criou os filhos, que assim ajudou a criar a família, que assim vive lá no meu Município e assim convive aqui também em Porto Velho.

Então a minha fala é no sentido de parabenizar a todos desta Comissão. Quero parabenizar também o Presidente desta Casa Legislativa, que, com certeza, deu todo o apoio a esta audiência pública, que é de grande importância para todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua.

**A SRA. ROSÁRIA HELENA** - Estou concluindo. Que Deus continue abençoando grandemente todos e todas.



Mariana, não tenha medo nunca de defender aquilo que você acha que é o correto. *(Palmas no Plenário e nas galerias.)* A pessoa não pode ter medo daquilo em que acredita. Você teve muitos votos. Você representa um povo. Assim, você precisa ter a coragem de fazer sempre.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Com a palavra o Sr. Wilson Guilherme.

**O SR. WILSON GUILHERME** - Boa tarde a todos aqui presentes! Como vocês ouviram, meu nome é Wilson Guilherme. Sou representante da JUVA — Juventude Unida pela Vida na Amazônia e eu vim aqui trazer um posicionamento sobre a questão da nossa audiência, porque nós vemos muito os Deputados falarem que nós não podemos confundir a redução da maioria penal com a nossa audiência, mas não tem como nós dividirmos os dois temas.

Você pode olhar a minha cor de pele e achar que eu não sou negro, mas eu venho de uma descendência de negros. Eu vivo em uma área chamada Jaci-Paraná, e todos aqui sabem que nós somos atingidos por barragens. E, como atingidos por barragens, só teve uma organização não-governamental — e governamental, também — que fez um trabalho lá, que foi o CDCA. Se hoje eu não estou no mundo das drogas, como muitos adolescentes lá, é por causa daquela organização.

Então, eu venho de um passado, como vocês já ouviram, que eu não estou estruturado para combater com aqueles, por exemplo, que farão as provas do ENEM. Estou terminando este ano o terceiro ano e eu não estou tão estruturado quanto os meus concorrentes para concorrer a uma vaga de Direito pelo ENEM. Sabem por quê? Porque os filhinhos burgueses lá estão vindo para Jaci estudar. Porque falar de meritocracia é fácil para quem já nasceu no pódio. Para quem não nasceu no pódio não é fácil.

Nós, jovens negros... Porque eu me considero negro. Você pode não se considerar, mas eu sou negro. Como diz aquela música muito bonita que fala assim: “todo brasileiro é negro”, eu sou negro e tenho sangue crioulo, com muito orgulho. Eu digo que a palavra “redução” não me representa, assim como não representa nenhum dos componentes da Juventude Unida pela Vida na Amazônia. E, assim



como não representa a nenhum jovem alienado, não me representa. Sabem por quê? Querem mesmo diminuir os presídios? Querem mesmo diminuir a morte, a violência do jovem negro? Deem educação para ele! Implementem leis que realmente existem, como a Lei de nº 10.639/03, que fala sobre a questão da educação afrodescendente nas escolas. Essa lei, meu amado, não está sendo aplicada.

Aí, querem inventar lezinhas para burgueses, ingleses e pessoas que não são brasileiras ver e bater palmas. Mas isso não representa a juventude. A juventude quer viver, a juventude quer educação e a juventude não quer prisão.

E eu me senti muito ofendido quando o Deputado não-sei-quem veio aqui à frente e disse que todo o jovem, que todas as pessoas que são contra a redução são — como é que foi a palavra? — “bandidos”. Vamos usar a palavra “bandidos”, O.k.? Eu não sou bandido. Eu sou contra a redução pelo seguinte fato: eu vivo numa comunidade que é abandonada pelo poder público. E eu vejo que muitos adolescentes lá entram em conflito com a lei, entram no mundo das drogas, entram em várias outras áreas porque não têm outra opção. Não há trabalho naquela região.

Então, eu peço encarecidamente que seja implementada aqui, nesta audiência, a Lei de nº 10.639/03. Nós não podemos querer dizer que esta audiência não pode se emblemizar com o tema da redução da maioria penal, porque vai se emblemizar. Eu sugiro aqui aos nossos Deputados que comecem a ler *Dez Olhares sobre Juventude e Cultura*, que vai falar muito bem sobre nós, jovens. E parem de querer usar giriazinhas para querer se dizer jovens, porque não vai ser com gíria que você vai me representar. Você vai me representar lendo e me conhecendo.

Muito obrigado. (*Palmas nas galerias.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado pela intervenção.

Convido a fazer uso da palavra o Dr. Marcelo Oliveira, que é Promotor da Vara de Justiça da Infância. (*Pausa.*)

Convido então o Dr. Rodolfo de Freitas Jacarandá, representante da OAB de Rondônia.

**O SR. RODOLFO DE FREITAS JACARANDÁ** - Boa tarde a todos.



Deputado Reginaldo Lopes, eu estou aqui para representar a OAB, Deputada Mariana Carvalho, Deputado Marcos Rogério. Como todos já sabem, a OAB, há bastante tempo, tem uma posição firme com relação à política para a juventude no Brasil.

E eu creio que o melhor encaminhamento com relação à CPI, Deputado Reginaldo Lopes — o primeiro, talvez, já que a gente não pode perder a medida histórica da discussão —, é encaminhar o “não” à questão da redução da maioria penal. (*Manifestação na plateia.*)

A CPI trata da violência contra o jovem, e o Mapa do Encarceramento no Brasil aponta, naturalmente, uma maioria de jovens negros ocupando as principais posições com relação à criminalidade mais perseguida no Brasil. O tema da redução é fundamental por quê? Porque lida com um pilar da democracia brasileira.

A OAB não negocia direitos fundamentais, e nós vamos fazer o que for necessário. Hoje, amanhã, e daqui a 30 anos nós ainda estaremos aqui. Os militantes da área não desistem, porque a fibra moral que nos conduz é a construção de uma democracia real, não de mentira.

Se nós negociamos direitos fundamentais com o Congresso — que não tem o direito de um Congresso Constituinte de fazer o que vem fazendo —, onde nós vamos parar daqui a pouco? A reflexão que nós estamos levantando — e agora vai virar uma luta, uma luta cada vez mais sólida —, é a de pedir à classe política brasileira uma prestação de contas com relação aos compromissos constitucionais.

Nós estamos diante de um quadro de evidente manipulação da opinião pública. Como assim, “*não há estudos*”? Como assim, “*não há dados*”? Não existe um número sensato que justifique a redução da maioria penal. Não existe um pesquisador sério, nenhum. Não existe um fundamento teórico decente e sólido, em uma democracia civilizada, que indique o retrocesso nesta área. Não existe.

Falo como advogado, falo como representante de uma opinião consolidada no âmbito do Conselho Federal da OAB. Sou doutor em Filosofia, sou professor, tenho dois filhos pequenos. E é inadmissível o caminho que nós estamos tomando.

Ora, se a gente vai discutir, em 24 horas nós vamos discutir o assunto. De madrugada nós vamos discutir o assunto. O absurdo do caminho que nós estamos tomando é a falta da óbvia democracia... “*Não, nós temos 80% da população que*



*respondeu a uma pergunta num formulário de um instituto de pesquisa eventual.”* Porque a maior parte das pessoas, que não conseguem compreender o quadro corretamente, que diz “sim”, tem filho que vai acabar experimentando os efeitos trágicos, não exatamente da redução para crimes hediondos, mas do resto que vem junto. Como é óbvio! O auditório poderia estar recheado aqui com 3 mil ativistas, se fosse necessário, com mais espaço, com mais transparência! (*Palmas.*)

Então, em conversa com os nossos colegas do Ministério Público Federal, Dr. Raphael Beviláqua, Dra. Marília; Dr. André, da Defensoria Pública do Estado; Dr. Marcelo, do Ministério Público Estadual; com a Associação Brasileira de Magistrados... Não há uma instituição de justiça no Brasil — nenhuma! — favorável. E o primeiro encaminhamento que nós pedimos é não jogar fumaça no entendimento da população brasileira sobre o significado desse tema.

Por fim, Deputado Marcos, existe um quinto tipo de pessoa que é contra a redução: aquela que sabe distinguir o certo do errado, que dedica a vida inteira a estudar. (*Palmas.*) Que tipo de país é esse que não leva a opinião científica a sério, embasada a sério, ou de quem tem experiência real a sério? Que tipo de juiz julga a si mesmo? “*Ah, eu tive um filho perdido num...*” Nenhuma tragédia é comparável. Não se comparam tragédias. Colocar uma mãe que perdeu um filho, emocionalmente afetada, para conduzir a opinião pública... Que magistrado julgaria o criminoso que agrediu a própria família? Que médico é médico de si mesmo?

Essas opiniões só vingam onde não há debate aberto, límpido, transparente e democrático. (*Palmas.*) Então, se nós vamos encampar um caminho errôneo, vamos sair daqui com uma audiência pública multi-institucional, das instituições de justiça, marcada... O respeito aqui deve prevalecer. Por isso convidamos, Mariana, você; Deputado Marcos Rogério, com todo o respeito — não pude ter a oportunidade de conversar com o senhor antes por falha minha. Eu sei que o senhor vem conversando com outras instituições. Vamos convidá-los com toda a antecedência do mundo e com todo o respeito de ouvi-los inicialmente, inclusive, com o espaço para réplicas, se necessário, para que a gente possa, sim, permear esse debate de um modo mais sólido. Não há pressa.

A CPI é um grande avanço. O Conselho Federal da OAB criou uma comissão especial de investigação dos crimes sobre a escravidão no Brasil. Muita gente diz



que não é necessário. Ora, essa CPI está investigando o quê? Os efeitos da escravidão, das desigualdades social, econômica, política e jurídica no Brasil.

Parabéns à Câmara, mas não vamos nos confundir, estamos tratando do mesmo assunto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Sr. Breno Mendes da Silva Farias, da OAB, criminalista.

**O SR. BRENO MENDES DA SILVA FARIAS** - Boa tarde a todos!

Em nome do Presidente da CPI da Câmara dos Deputados, cumprimento a Deputada Federal Mariana Carvalho e todos os membros desta Mesa.

Eu, como cientista político, cientista social, aliás, formado em Direito e em Pedagogia, estudioso da causa, também, Mariana, faço coro com a OAB. Temos um posicionamento bem claro em relação a ser contrário à redução da maioria penal, por vários motivos aqui já expostos. Mas, sobretudo, o que é importante nós enaltecemos é o trabalho da Câmara dos Deputados e de vocês, primeiro, por abrir uma CPI deste tema.

Nós temos hoje, na Câmara dos Deputados, salvo engano, quatro CPIs: a da PETROBRAS, a que fala das órteses e próteses, uma sobre cárcere, e outra sobre a questão da violência de negros e pobres. Então, duas CPIs, eu acredito que são bem parecidos os temas, que se entrelaçam: a do cárcere e a da violência de negros e pobres. E há também a discussão da redução da maioria penal.

Mas é importante na vida, e, muitas vezes, as pessoas não sabem, a educação. E eu venho me repetindo aqui várias vezes. Houve, aqui, uma audiência pública sobre reforma política, uma audiência pública sobre segurança, uma audiência pública sobre a questão da energia, e, em todas essas audiências públicas, eu falei: o problema é a falta de educação do povo do Brasil, é a falência do Estado. Rondônia sucumbiu, deixou de fazer seu papel. O Município de Porto Velho parou. Não se faz, não estão fazendo o que é básico, que é a iluminação pública, é creche para as crianças.

Então, o problema é bem maior, bem pior do que nós possamos imaginar. Mas o que é importante também nós sabermos: às vezes, por falta de educação,



nós não sabemos como é que funciona a vida partidária, política do nosso Estado, do nosso Município e do nosso Brasil.

É importante nós aclararmos a toda a população que aqui está que, quando uma pessoa faz parte de um partido, existe uma determinação, e ela tem que votar em bloco. O posicionamento tem que ser claro. Podem questionar a Mariana, mas ela é uma pessoa, como eu falei lá no Facebook, que mostrou postura. E nós iremos defendê-la. Você nos representa, representa muito bem o Estado de Rondônia, e representa esse povo que está aí. (*Palmas.*) E quem está aqui levantando faixa é porque quer antecipar a campanha do próximo ano. E eu acredito que nós não devemos antecipar campanha política. Se for para antecipar campanha política, nós vamos discutir a ineficiência da Prefeitura de Porto Velho e do Estado de Rondônia. Então, o problema aqui é maior.

Deputada Mariana, você pode ter certeza de que representa não só o PSDB. Você é uma pessoa que, como o Prof. Chico falou, representa a nova política, representa vários partidos. Você representa as pessoas do bem. Há pessoas que votam de uma forma, e há pessoas que votam de outra. Eu estou falando que eu sou contra a redução da maioria penal, mas nem por isso, deixo de apoiá-la. Porque eu acredito, como o prof. Rodolfo Jacarandá falou, que é possível. Eu não sei das pessoas que estão reclamando, se é uma ação partidária do PT, do PSB, ou de outro partido. Mas nós podemos conversar. Formem uma comissão, é democrático. Vamos formar uma comissão, vamos discutir. Há o Ministério Público, há a OAB. Eu vim representando a Comissão dos Advogados Criminalistas.

Foi morto, há 2 anos, o menino Lucas da Silva. Lucas da Silva, um rapaz negro, pobre, do bairro Ronaldo Aragão, do setor chacareiro. Eu represento, como advogado, a família desse negro. Só por que ele passou no sinal vermelho, a guarnição da Polícia Militar do Estado de Rondônia, aqui em Porto Velho, o perseguiu e o executou dentro da sua casa.

Então, não venham falar que nós não podemos ser intolerantes. Querem conversar? Façam Comissão, vamos discutir, levar proposta para a Mariana Carvalho, para o Marcos Rogério. Muito mais polêmica, eu acredito, é a questão de gênero. E eu vou deixar já uma propositura, aqui, Sr. Presidente, em relação ao seguinte: ...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua.

**O SR. BRENO MENDES DA SILVA FARIAS** - Eu acredito que esta audiência pública desvirtuou totalmente o seu papel. Nós estamos falando aqui de redução da maioria penal, enquanto o tema é violência, por mais que estejam entrelaçados. Mas eu faço o indicativo ao Sr. Presidente no sentido de fazer uma carta de intenção, de aumentar ainda o debate, de conversar com o Ministério Público, com a OAB, como o Prof. Rodolfo falou, com todas as entidades que tratam diretamente com os menores, com os negros, com a questão da segurança, com a área criminal, principalmente. Todos são contrários. Então, vamos ver quais são os motivos. De repente, a Mariana pode levar isso para o partido e mostrar a sua proposta.

Esse é o meu pensamento. Eu acredito que deveria ainda, como segundo indicativo, nós buscarmos, Mariana, no Plano Nacional de Educação, no Plano Estadual de Educação e no Plano Municipal de Educação, tratar as desigualdades. Porque não houve nenhuma meta estratégica ali tratando sobre a questão racial. Então, isso é de fundamental importância. E eu me encarrego, comprometo-me com a senhora, a apresentar, ainda esta semana, um indicativo formal para a senhora levantar como projeto.

Muito obrigado! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

O próximo é o Dr. Raphael Luís Pereira Beviláqua, do Ministério Público Federal.

Só para informação, nós já fizemos 33 audiências. Eu acho que a Comissão deve ter ouvido nos Estados, de 500 pessoas para cima, lideranças, representantes, e, em Brasília, 80 instituições, pesquisadores, intelectuais, especialistas, 12 defensores públicos estaduais, o Ministério Público Federal, o Subprocurador da República, representando o Janot. Eu tenho dito que os encaminhamentos da CPI serão frutos de uma inteligência coletiva. Até onde a gente chegar, foi essa a inteligência que nós conseguirmos produzir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu quero passar a palavra ao Dr. Raphael.

**O SR. RAPHAEL LUÍS PEREIRA BEVILÁQUA** - Boa tarde!



Vou, talvez, me estender um pouco além dos 3 minutos. Eu queria cumprimentar a Mesa, em nome do Deputado Reginaldo, que está conduzindo os trabalhos, e fazer uma breve introdução. Eu quero, sim, falar sobre o tema da audiência pública, mas ele tangencia a questão da maioria penal.

Bom, inicialmente, precisamos saber que, quando buscamos as causas desses dados que foram levantados, precisamente, que são contundentes no sentido de que existe um genocídio — esse genocídio tem cor, tem classe, tem geografia, tem inclusive território determinado —, num primeiro momento, devemos buscar as causas dessa situação de uma forma diferente da que temos abordado classicamente o problema.

O discurso da segurança pública sobre o quanto a gente não tem punido, o quanto a gente não tem, enfim, policiais na rua, fazendo a segurança, é um discurso que não leva em consideração a essência do problema. E a essência do problema é algo que a gente deve buscar na ciência. A gente tem a ciência do Direito, a gente tem a ciência da Psicologia, da Sociologia, as Ciências Políticas, todas que abordam, por um aspecto ou outro, o problema da violência de gênero, da violência étnica e da violência contra jovens.

Eu vou falar apenas de um aspecto dessa ciência, vou falar do aspecto do Direito. A Criminologia estuda as causas do fenômeno de criminalização e vitimização de pessoas. A criminalização é dividida pelos criminólogos em duas partes: criminalização primária e criminalização secundária.

A criminalização primária, que é a que os nossos legisladores fazem, é a criação de um tipo penal. Nós temos centenas de tipos penais de toda categoria, de crimes contra patrimônio, de crimes contra a vida. Há de todo tipo. A criminalização secundária é a fase em que as instituições jurídicas e penais atuam para aplicar essa criminalização primária.

É possível hoje, e essa é a crítica que nós fazemos à ciência do Direito, cumprir o projeto de criminalização primária? É possível punir todos os crimes que estão previstos na legislação? Hipoteticamente falando, a gente tem muita dificuldade. Os índices de homicídio e de qualquer outro crime sem solução demonstram isso. A gente não tem como cumprir essa criminalização primária.



O que as agências de criminalização secundária fazem para justificar a sua existência? Elas têm que dar uma resposta à sociedade. Como elas fazem isso? Elas buscam inimigos da sociedade. Ora, a gente tem dados que dão conta de que o percentual da população negra — autodeclarada negra — na sociedade é muito inferior ao percentual de pessoas negras presas. Isso é um fato. A gente tem que se deparar com esse problema da seguinte forma, ou com um discurso moralizante, que não aborda a essência do problema, dizendo que as pessoas nascem com essa propensão, ou a gente sabe que alguma coisa, no caminho, influencia, para que ela chegue a esse resultado, a essa criminalização.

A gente sabe que um discurso que não seja de matriz anticientífica vai chegar à conclusão de que algo ocorre nesse meio caminho. Não só a falta de educação e de oportunidade, mas também a própria atuação dos órgãos de segurança pública é estereotipada. Quem vocês acham que tem mais chance de ser parado numa *blitz*? Uma pessoa negra ou uma pessoa branca? Uma pessoa vestida com roupas sociais, de terno e gravata, ou uma pessoa de bermuda? Existe um estereótipo para justificar a atuação.

As agências de criminalização secundária atuam num determinado território, numa determinada faixa etária e numa determinada cor. Uma pessoa branca que comete um crime tem uma chance muito menor de ser presa do que uma pessoa negra. Uma pessoa negra que comete um crime numa determinada região da cidade ou do País tem chance muito maior de ser presa do que uma pessoa branca que comete o mesmo crime. Do contrário, a gente estaria dizendo que as pessoas negras são mais propensas ao crime. Isso é fascismo, senhores! Isso não é ciência. Isso é falta de ciência, é falta de informação.

Nesse ponto, eu poderia até dizer que, quem fala em criminalização como solução desses problemas pode ser classificado em dois tipos: os desinformados e os mal-intencionados. (*Palmas.*) Eu quero acreditar que a maioria das pessoas é desinformada. Eu acredito nisso. Eu tenho certeza disso. Eu não quero ficar acusando, mesmo porque isso não adianta em absolutamente nada. Da mesma forma que fizeram classificações tendenciosas em relação àqueles que são contra a redução da maioria penal, eu não acho que isso seja o ponto central da nossa discussão.



Para finalizar, se a gente verifica que é a atuação dos órgãos de segurança pública que aumenta potencialmente a identificação de negros, aumenta a criminalização de negros, aumenta a violência entre negros, a gente pode tomar providências e tirar conclusões sobre essa CPI. Quais são as conclusões desta CPI? Que a criminalização não resolve, que a redução da maioria penal não resolve, que a gente precisa de uma reeducação das agências de segurança pública na sua atuação cotidiana. É preciso um estudo para saber por que as nossas instituições são racistas e como combater o racismo dessas instituições.

Esse é o trabalho desta CPI. Esse é o encaminhamento que tem que ser feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Dr. Raphael.

**O SR. RAPHAEL LUÍS PEREIRA BEVILÁQUA** - Não podemos nos perder numa metadiscussão sobre qual é o objeto desta CPI. Isso está escancaradamente relacionado, sim, aos índices de violência. A nossa polícia, os nossos órgãos, nos quais eu me incluo, são os mais violentos do mundo. E mais violentos contra quem? Contra jovens e negros.

Então, se quisermos reduzir a violência, teremos de começar por nós mesmos. Nós somos violentos. Queremos resolver o problema da violência com mais violência. Nós matamos jovens e negros. Reduzir a maioria penal, fazer as alterações legislativas é a forma mais eficiente de se dizer que se está fazendo alguma coisa sem fazer absolutamente nada. Devemos evitar que as nossas próprias instituições reproduzam esses erros, que as nossas próprias instituições caiam nessa falácia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Peço que conclua, Dr. Raphael.

**O SR. RAPHAEL LUÍS PEREIRA BEVILÁQUA** - Devemos barrar qualquer medida legislativa tendente a isso e refazer a lógica das instituições de segurança pública. Esses órgãos deveriam ser promotores de direitos humanos e não capitães do mato, caçadores de negro fugido. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos convidar o Sr. Pimenta de Rondônia, que é Presidente do Diretório Estadual do PSOL.



Só para dialogar com o Dr. Raphael, o Ministério da Justiça fez uma força-tarefa de 2007 a 2012, por 5 anos, para julgar 140 mil casos. Por que estou dizendo isso? Esse pacto em favor do julgamento atingiu uma meta que não chega a 7 mil casos resolvidos.

Então, temos que refazer todo o processo penal, todo o caminho penal. Há problema nas polícias. Temos duas meias polícias. É um desperdício do dinheiro público. Temos problemas no Ministério Público. Muitas vezes não dão conta de concluir o inquérito, porque há problema nas perícias independentes. E temos problema no Judiciário. Evidentemente que é complexo. De fato, está institucionalizado um racismo e uma priorização da Justiça contra negros e pobres no Brasil.

Concordo com V.Exa. nesse sentido.

Com a palavra o Sr. Pimenta de Rondônia.

**O SR. PIMENTA DE RONDÔNIA** - Boa noite a todos e a todas!

Quero cumprimentar o Presidente da CPI. Em nome da Liderança do PSOL da Câmara dos Deputados, o Deputado Edmilson Rodrigues, e também em nome do Deputado Jean Wyllys, que faz parte desta Comissão, cumprimento todos os presentes.

Eu tenho aqui o relatório preliminar da Comissão — cujo Presidente é o Deputado Reginaldo Lopes e a Relatora é a Deputada Rosângela Gomes —, que tem 65 laudas.

Para começarmos a conversar, eu gostaria de pedir a quem estiver presente: só quem é Vereador da cidade de Porto Velho pode levantar a mão para mim? Só os Vereadores de Porto Velho. *(Pausa.)* Não há. Os Deputados Estaduais desta Assembleia do Estado de Rondônia que estão presentes poderiam levantar a mão, por favor? Só os Deputados Estaduais eleitos pelo povo de Rondônia que estão aqui, nesta audiência pública, poderiam levantar a mão? *(Pausa.)* Parabéns à Vereadora Ana Maria e ao Deputado.

Esse é o caráter, Deputado, da política no Brasil! Os Deputados que compõem esta Casa de Leis, na hora de virem aqui e fazer politicagem, estão prontos, mas, na hora de virem defender os direitos do povo, dos negros, dos pobres



e dos jovens, se retiram da plenária. É um absurdo! Da mesma forma, ocorre com os Vereadores de Porto Velho.

Nesta cidade, quem mais paga caro e é injustiçado é o pobre, é o negro e é o jovem! Por quê? Os gananciosos e os políticos ladrões destroem este Estado e esta cidade todos os dias, a exemplo do que ocorre nas hidrelétricas do Madeira. Mas estamos aqui em uma audiência pública. Aí, eu pediria, Sr. Deputado, ao Presidente da CPI que encaminhassem o discurso do Sr. Marcos Rogério à Liderança do PSOL, na Câmara, para fazermos uma avaliação.

Sou do PSOL, mas antes de existir o PSOL eu era amigo do Aparício Carvalho, do PSDB. Antes de existir o PSOL, eu já conhecia a Deputada Mariana Carvalho e muitas outras pessoas, mas não é porque sou do PSOL que eu tenha uma questão pessoal contra ninguém. Nessas audiências públicas, seria bom se as pessoas deixassem a ideologia de lado e olhassem para o pobre e para o negro. Então, vamos fazer o seguinte neste momento. Vamos olhar para os pobres, para os negros e para os jovens. Eu vou aqui chamar o pobre. Vou pedir à Plenária e aos demais Vereadores que chamem o jovem e o rico, mas eu vou pedir para que todos levantem sua mão direita para chamarmos o pobre, o rico e jovem injustiçado aqui.

Pode o Plenário levantar a mão direita comigo e dizer “presente”. Diga três vezes presentes.

Vou chamar o pobre que foi executado pela Polícia no Rio de Janeiro: *Amarildo! Amarildo! Amarildo!* Alguém poderia chamar um jovem que foi executado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Conclua.

**O SR. PIMENTA DE RONDÔNIA** - Veja, Sr. Deputado, que esta questão está até aqui entre nós. Eu, por exemplo, assisti a alguém, nesta mesma tribuna, falar durante 15 minutos, falar sobre questões inerentes ao jovem, ao negro e ao pobre.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Sr. Pimenta, vamos lá! Sr. Pimenta, aí não!

**O SR. PIMENTA DE RONDÔNIA** - Vou concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Aí não! Não venha tentar colocar na mesma CPI racismo institucional. Primeiro, quero dizer-lhe que os convidados a participar da Mesa, os órgãos gestores, os movimentos, os professores, todos falaram mais do que 5 minutos. O tempo todo houve tolerância.



Então, quando se faz inscrição do Plenário... E temos quase 40 pessoas, a quem garantimos um tempo de 3 minutos. V.Sa. já falou por 5 minutos, e nós estamos deixando falar. Então, não tem nenhum tipo de...

**O SR. PIMENTA DE RONDÔNIA** - Para concluir, gostaria de dizer que nesta audiência pública podemos fazer um chamado e ouvir a população de pobres, os jovens e os negros. Que não sejam feitas audiências públicas como estão sendo feitas, a toque de poder, as outras reformas, como a política e outras.

Precisamos dizer que somos contra a redução da maioridade penal e que vão morrer muitos mais jovens pobres e negros depois de aprovada.

Aqui faço um pedido à Sra. Deputada Mariana e ao Sr. Deputado que olhem para a juventude, porque existem jovens aqui, na Região Norte, jovens ribeirinhos, que moram em comunidades tradicionais, jovens de 16 anos que não conhecem um carro, que nunca vieram à cidade e vão ser vítimas dessa hipocrisia que está se fazendo no Brasil para aliviar políticos que roubaram, a exemplo de Rondônia e de Porto Velho. Aqui, um Deputado eleito foi preso por ter desviado 25 milhões para construir, na Avenida Jorge Teixeira, uma área de lazer, quando na verdade se poderia gastar 5 milhões. Deveria ter sido investido na Polícia Militar e criar a polícia nos bairros e nas escolas, dando segurança aos jovens. Assim, iríamos combater a violência e iríamos evitar que os nossos jovens negros e pobres sejam assassinados pela polícia.

Sr. Deputado, quando levo esta palavra é porque também já fui vítima, já fui preso por uma guarnição da polícia, tive de fazer uma cirurgia de hérnia. Se não fosse, pela vez primeira digo isso, o Sr. Deputado Paulo Casara, eu teria morrido, porque eu sou negro, pobre e era jovem.

Cabe aqui o meu registro, principalmente a vocês jovens que estão querendo melhores dias e condições.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Pimenta, do PSOL.

Fizemos um apelo ao Presidente da Câmara, Sr. Deputado Maurão de Carvalho, que garantiu a criação da Comissão Especial aqui para estudar os homicídios em relação ao Estado de Rondônia. E faço um apelo à Vereadora que



está aqui para também criá-la na Câmara Municipal. Nós vamos transformar esse ato em evento se a gente institucionalizar esse debate nas Casas legislativas. Nós somos um País federativo. Então, quero aqui fazer esse apelo para que se possa dar continuidade.

Estou falando porque a fala do Pimenta questiona a presença dos Deputados. Eles foram convidados, estiveram alguns presentes, mas têm uma agenda muito confusa, não é? Agenda parlamentar sempre tem muitas coisas ao mesmo tempo, mas o Presidente deu a palavra de que vai criar aqui a Comissão Especial. Eu espero que os Deputados desta Casa possam assumir essa Comissão e criar um roteiro de trabalho.

Quero convidar a próxima oradora, Mirela de Oliveira — acho que é isso —, do PT Rondônia.

**A SRA. MIRLA OLIVEIRA MOTA** - Eu queria dizer boa tarde a todos os que estão presentes e à juventude que está aqui. Infelizmente, poucos estão aqui para se defender.

Corrigindo o senhor, meu nome é Mirla Oliveira — Mirla! Faço parte da Juventude do Partido dos Trabalhadores, com muito orgulho. Nesse mesmo contexto, estou aqui para defender os jovens.

Queria dizer aos Srs. Deputados e a todos aqueles que vão ouvir isso aqui, que são a favor da redução da maioria penal, que é muito fácil colocar jovem, preto e pobre na cadeia, dentro da minha casa, com o meu iPhone, saindo no meu carro, de tardezinha, para passear. É muito fácil colocar jovem na cadeia dentro da minha faculdade paga pelo meu pai, enquanto eu estou de boa. É muito fácil colocar a juventude pobre e negra na cadeia enquanto eu estou em qualquer outro Estado passeando, de férias.

Então, gostaria, Srs. Deputados, e todos aqueles que são a favor da redução da maioria penal, de pensar e analisar. Nós não somos a favor da impunidade, não; questiono. Todos aqueles que erram têm que, sim, pagar pelos seus atos, inclusive aqueles Deputados que estão roubando a minha educação, a minha saúde e todos os meus direitos básicos da minha Constituição naquela Casa.

Eu também sou a favor da impunidade enquanto todos os políticos, inclusive do PT, que estão tirando dinheiro do povo... Eu não sou a favor da impunidade, eu



sou a favor da igualdade. Quando o nosso Brasil tiver uma educação avançada, enquanto o nosso Brasil tiver todos os direitos garantidos, aí, sim, eu concordo com os nobres Deputados: vamos discutir maioria penal. Aí, sim, eu concordo: vamos ser contra qualquer ato ilícito neste País.

Quero só dizer aqui que esse projeto ficou 20 anos naquela Casa. Quando o nosso Brasil evoluir mais 100 anos, ele deveria sair, porque, enquanto isso, ele deveria estar enterrado naquela Casa, não deveria sair dali, porque enquanto temos jovens que estão presos, nós temos muito poucos aqui, discutindo política.

Agora, senhores, é muito fácil... Estamos falando aqui da juventude pobre e negra. Cadê os meus jovens pobres e negros para falar nesta CPI? Não estão aqui. Estão lutando por trabalho, por estudos. Muitos jovens saem às 5 horas da sua casa para entregar currículo, atrás de um emprego, porque eles não querem cair dentro de um presídio falido, que só está ali para poder prender. Se realmente os presídios resolvessem o nosso problema de impunidade, eles estariam vazios. A maioria dos presos é reincidente. Cadê a nossa ressocialização? Não tem. Não temos nada neste País. Infelizmente, o País está entrando num poço sem fundo. E quando nós pobres, ricos, e todos nós abrimos os olhos e dissermos: *“Vamos se juntar para salvar o nosso País”*, aí, sim, Srs. Deputados, nós vamos evoluir como País, nós vamos ter cidadãos evoluídos. Enquanto um aponta a cara do outro, dizendo: *“Tu tá errado, tu tá errado”*, nós não vamos a lugar nenhum.

Aqui eu só vou repetir uma fala do meu Secretário de Juventude, que infelizmente não está muito coerente também: a cassação do nobre Deputado do meu partido, que é a favor da redução da maioria penal e vai contra tudo o que o PT fala... Infelizmente, eu fico muito triste de dizer aqui que eu sou do PT também, porque o nosso partido está muito incoerente, mas aqui não cabe, porque aqui não é o local.

Eu queria dizer que a incoerência está instalada naquela Casa de leis. Enquanto não tirarmos ela de lá, nada neste País vai evoluir.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Mirla Oliveira, obrigado, minha companheira de partido.

O próximo a falar é o Bruno Eduardo.



**O SR. BRUNO EDUARDO** - Primeiramente, boa tarde a todos!

Exmo. Sr. Presidente, Reginaldo Lopes; meu colega de partido, Marcos Rogério; Exma. Sra. Deputada Federal Mariana Carvalho, primeiramente, quero dizer, antes de começar a minha fala, que eu acho que aqui nós estamos falando numa audiência pública sobre violência de negros e pobres. Não temos que usar esta tribuna para falar de energia, de saúde. Se quisermos falar sobre isso, temos que chamar uma audiência pública para falar sobre isso, porque aqueles jovens que estão ali não só aqueles jovens, como os que estão fora daqui, querem ouvir uma solução de melhoria para a juventude. Então, eu quero dizer que criticar é fácil, usar a tribuna para criticar o próximo, jogar pedra no próximo é muito fácil.

Hoje eu sou Coordenador da Juventude no Município de Porto Velho. Estou há 7 meses à frente da Coordenação da Juventude. A Coordenadoria da Juventude não tinha nenhum projeto concreto de políticas públicas, mas hoje a Coordenadoria da Juventude tem, sim, cursos profissionalizantes para os jovens em área de vulnerabilidade social.

Está aqui o Secretário da SEJUS. Temos um projeto com jovens que ocupam as unidades de menores infratores. O que a gente faz? Fazemos atividades com esses menores e, logo depois, encaminhamos esses jovens para fazer cursos profissionalizantes. Muitos deles já estão trabalhando hoje.

Então, claro, a Coordenadoria está de portas abertas para ouvir aqueles jovens que estão ali, aqueles jovens que não estão aqui presentes hoje, porque o meu objetivo não é fazer política pública para mim, Bruno Eduardo, mas para a juventude de Porto Velho e, um dia, se eu puder, também contribuir para o Estado de Rondônia.

Quero dizer a você, Deputada, e ao Deputado Marcos Rogério: a Coordenadoria está de portas abertas a vocês, Deputados, para nós vermos vendo de que forma podemos fazer crescer melhorias para a juventude.

Outra coisa também aos Deputados Estaduais. Tem Deputados Estaduais do Município de Porto Velho que nunca fizeram uma visita à Coordenação da Juventude. Nunca! Nunca foram na Coordenadoria, pegaram na minha mão e disseram: *“Bruno, de que você precisa para estar fazendo pela nossa juventude?”*.



Então, falar, criticar é fácil. Não estou aqui para apedrejar ninguém, não estou aqui para dizer quem é a favor ou quem é contra a maioria penal; estou aqui para contribuir, para ajudar.

E quero dizer mais: a Coordenadoria da Juventude, Mariana... Eu acho que já te procurei e te procuro novamente. Vamos marcar uma audiência com vocês dois, que estão junto desta CPI, e vamos ver de que forma a gente pode atender esse jovem em vulnerabilidade social. Eu acho muito forte a palavra jovem e pobre. Eu acho que tem que ser jovem em vulnerabilidade social. Há uma demanda muito grande que nós estamos atendendo hoje.

Quero me deixar à disposição e dizer que a Coordenadoria da Juventude... Aqueles jovens que estão ali... Eu quero convidar vocês para visitar a Coordenadoria da Juventude, que fica localizada na Rua José do Patrocínio.

Fiquem com Deus. Boa noite a todos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Ronei Paulo Gonçalves está presente?

O próximo é Raildo Sales, do DCE.

**O SR. RAILDO SALES** - Primeiramente, boa tarde a todos! Em nome da Deputada Federal Mariana Carvalho eu cumprimento a CPI.

Eu não sou um exímio orador, mas tenho bastante liberdade para falar sobre o tema porque eu sou pobre, sou negro, sou da periferia, sou lá do bairro Mariana — para chegar aqui, eu tive que pegar dois ônibus. Então, é isso o que dificulta muito a participação do jovem pobre nas casas de lei.

Meu nome é Raildo Sales. Eu sou Coordenador-Geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Rondônia, que é a entidade que representa os alunos de todo o Estado, desde Guajará-Mirim até Vilhena, os oito *campi* que a Universidade tem.

Então, a gente produziu um relatório e trouxe alguns dados para apresentar aos senhores. Seremos breves.

Eu coloquei aqui uma frase: “... *Pra mãe dele, quem que vai falar quando nós chegar? Um filho pra criar, imagina a notícia...*” É uma letra dos Racionais Mc’s.



Tanta morte acontece no meu bairro, e quando a gente chega lá para ver o corpo, a mãe está lá, na beira do corpo do filho, chorando.

No ano de 2012, 56.337 pessoas foram assassinadas no Brasil. Desse total, 30.072 eram jovens.

Aqui a gente trouxe o gráfico dos 52 Municípios de Rondônia com o número de homicídios de 2010 a 2012. Então, os índices maiores são de Porto Velho, Ariquemes, Buritis, Cacoal e Vilhena.

A gente trouxe aqui os homicídios de jovens em 2010, 2011 e 2012 nas cidades com maiores números de homicídios no Estado. A gente tem aqui: Porto Velho, em 2010, teve 103 homicídios; em 2011, 84; e em 2012, 96. Falo de homicídios de jovens.

Em Ariquemes o que se destaca aqui é a cidade de Buritis, uma cidade pequena, mas uma das mais violentas do Estado.

Aqui a gente tem, de 2010, 2011 e 2012, o somatório do número de homicídios nesses 3 anos. Em Porto Velho houve 283 jovens assassinados; desses, 236 eram negros. Vale ressaltar que o termo “negros” é o somatório dos negros com os assassinatos de pardos. Rondônia teve 642 jovens assassinados, sendo 499 eram negros.

Aqui a gente traz o gráfico de homicídio de jovens por arma de fogo e cor. Arma de fogo é o maior método utilizado no assassinato de jovens. Em Porto Velho, no ano de 2012, 96 jovens foram assassinados, sendo 70 foram por arma de fogo; desses 96, 81 eram negros.

Aqui a gente tem homicídios por idade no Brasil. A gente saiu da esfera do Estado de Rondônia e foi aqui para o Brasil. No ano de 2013, 2.470 jovens não adolescentes, de 19 anos, foram assassinados no País.

Aqui a gente traz o comparativo do Estado de Rondônia com os outros Estados da Região Norte. Em 2013, 15 adolescente com 16 e 17 anos foram assassinados no Estado. Se comparado, por exemplo, ao Pará, a gente está bem inferior, mas ainda estamos violentos.

Aqui a gente traz as capitais: Porto Velho teve 9 assassinatos em 2013 com os jovens de 16 e 17 anos.



Aqui a gente traz o *ranking* dos Municípios mais perigosos, mais violentos do Estado de Rondônia. Se comparado o número de homicídios com a população, a gente vê que o Município mais violento de Rondônia é o de Buritis. Em seguida, o Vale do Anari e Ariquemes. Porto Velho ocupa o 9º lugar. Então, Porto Velho é a nona cidade do Estado de Rondônia mais violenta, comparando-se o número de homicídios e a população daquele Município. Os Municípios que não registraram nenhum homicídio no ano de 2012...

Os dados são do Mapa da Violência, realizado pelo sociólogo Julio Jacobo, do Sistema de Informação de Mortalidade, e do IBGE, do censo de 2010.

A gente tenta saber por que tanto jovem morre aqui na nossa cidade e no nosso Estado? Eu tenho dois motivos. Um é o tráfico de drogas. Lá no meu bairro, a criança com 11, 12 anos já começa a se envolver no tráfico de drogas. De repente, já está ali comprando drogas de um traficante grande, não tem mais dinheiro para pagar, e o traficante vai lá e o executa, como é normal acontecer no meu bairro de Mariana.

O outro motivo é de jovens assassinados pela Polícia Militar. Lá no meu bairro isso acontece. Normalmente, a Polícia Militar mata, sim, pobre e negro. Nós já tivemos casos lá em que a polícia chega executando sem saber o que ele está fazendo.

O que fazer para diminuir? A gente já está cansado de saber que falta investir na educação integral. Lá no meu bairro, as crianças entram na escola uma e meia da tarde; às 15 horas da tarde já acabou a aula, porque falta professor. O que esses jovens vão ficar fazendo nesse período? Vão se reunir na esquina, reúne-se um grupo e vão começar a ter ideias que levam para o mal.

Devemos investir também na cultura e na arte na periferia.

Infelizmente, Estados e Municípios não investem muito em políticas públicas para a juventude. Antigamente, a gente tinha a Casa Brasil, que acabou. O coordenador aqui disse que a gente não o procura, mas quando eu fui lá procurar, ele só atende até às 13 horas. Então, é difícil a gente procurar uma coordenação de Município onde a juventude só atende até às 13 horas. Eu já estou acabando. Eu espero, Sr. Presidente, que esta CPI não conclua pela privatização dos presídios,



porque esta não é a solução. Quanto menos presídios tivermos, mais estaremos no caminho certo. Então agradeço a todos. Tenham todos uma boa tarde. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Concedo a palavra ao Sr. Jader da Silva, Presidente da Associação Ambiental Mais Verde.

**O SR. JADER DA SILVA** - Boa noite a todos. Quero cumprimentar a Deputada Mariana Carvalho, o Presidente da Mesa e a plateia presente.

Estou aqui hoje participando desta audiência pública com um pedido, um clamor para as autoridades aqui presentes, porque os presidentes de associações são esquecidos pelos representantes Municipais, Estaduais e Federal. Às vezes, nós tentamos fazer alguma coisa para esses jovens quando estão fora da sala de aula, para tentar diminuir o índice de criminalidade, mas não conseguimos porque não temos apoio — e não temos apoio do Governo Estadual, nem do Federal, nem do Municipal. Dou um exemplo do que ocorre com a minha associação: eu construí um campo de futebol, mas, para conseguir a grama, eu tive que fazer pedido para alguns amigos, porque não temos incentivo Municipal. Não temos política pública voltada para a nossa juventude. E é isso o que nos revolta, porque nós temos a atitude, a iniciativa de fazer algo por aquelas crianças quando estão fora da sala de aula, mas não temos apoio. É por isso que nós vemos os números da violência crescendo cada vez mais.

Ouvi também alguns clamando aqui por mais educação. Se nós dermos uma educação de qualidade para o nosso jovem, com certeza ele irá crescer com um pensamento diferente, não terá o pensamento voltado para a criminalidade.

Podemos observar, Srs. Deputados, muitas mães chorando em presídios ou em cemitérios, ao verem seus filhos mortos, porque não temos políticas públicas voltadas para o cuidado da nossa juventude.

Como eu falei no início, falta incentivo do poder público para ajudar as associações que, às vezes, têm um projeto social voltado para a comunidade, para que, no momento em que o jovem estiver fora de aula, esteja ele ali praticando o seu esporte, o seu lazer, e não sendo adotado por traficante. Isso é o que me revolta mais.

Eu gostaria de deixar registrado aqui o meu apelo como Presidente de associação. E há outras ONGs que trabalham na ressocialização de dependentes



químicos. Deem apoio a essas pessoas! Apoiem essas entidades, porque elas não recebem um centavo — a minha, principalmente. Já estou há quase 5 anos ali preservando o meio ambiente e fazendo um trabalho social também.

No bairro em que se localiza a minha associação, grande é o índice de pessoas carentes que precisam de um apoio.

Era isso o que eu tinha a dizer. Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Jader da Silva.

Concedo a palavra ao Prof. Cipriano.

**O SR. CIPRIANO** - Boa noite a todos.

Quero agradecer a presença de todos aqui, em especial da nossa Deputada Federal, dos nossos Secretários, Vereadores e do público presente.

Serei rápido e sucinto. Não entrarei no mérito da questão da maioria penal, porque eu creio que esta audiência pública é para outros fins.

Bem, eu sou professor, trabalho na prefeitura e há muitos anos vivo das artes marciais. Tenho várias escolas de artes marciais, tanto na capital, como no interior e em outros Estados. Essa é uma das melhores formas de resgatar o nosso adolescente do meio do vício para a sociedade. É uma forma de inclusão através do esporte. Creio isso por experiência própria e pela experiência que eu tenho com vários alunos. Inclusive, sábado, eu tive um aluno lutando no XFC, o terceiro maior evento do País. Ele é aqui do Triângulo. Perguntem se teve algum apoio de alguém... Não. Pessoas de São Paulo e do Rio nos apoiaram. Daqui não tive apoio. Esse é o terceiro aluno que eu já tenho em grande evento. E, se essa política existisse por parte dos nossos governantes, com certeza melhoraria, em muito, a situação das nossas crianças, dos nossos adolescentes. Falo sobre uma opção a mais. O pessoal fala em escola integral, mas aqui não dá, porque não temos condições disso. Nós não temos escolas para isso e não temos professores para isso. Então, não dá.

Mas uma coisa que eu sempre falo na academia, pois já li sobre isso também é: o ser humano faz as coisas por dois motivos: um, por recompensa; o outro, por medo de ser repreendido. Se a criança tem uma boa nota, participa, através de um



trabalho social, através do esporte, e sabe que terá uma chance de representar o nosso Estado, com certeza, ele vai se dedicar. Mas nós não temos isso.

Então, peço só isto: deem uma olhada para o lado da educação, o lado do esporte, que é o meio mais viável de ressocializar as nossas crianças. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - A próxima oradora é Ana Aranda, jornalista. Indago se ela está presente. Caso não esteja, convido a usar a palavra o Francisco Edivaldo. Ele está presente? *(Pausa.)*

Os próximos inscritos são a Erineide Rodrigues e o André de Souza. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Elsie, que é a nossa convidada, psicóloga.

**A SRA. ELSIE WINTE SCHOCKNESS** - Boa tarde a todos.

Em nome da Mariana, eu cumprimento toda a Mesa.

Vou falar sobre a minha expectativa em relação ao trabalho da CPI. Hoje eu não tenho colocações a fazer aqui, tenho mais perguntas e questionamentos: para onde vai ser desenrolado todo esse caminho, toda essa trilha? Porque a gente percebe que a base de fundo desses assassinatos e dessas mortes é o racismo. E hoje nós não temos mecanismos de combate ao racismo, nem no nosso Estado, nem no nosso Município.

Enquanto a gente divulgava a realização desta audiência pública da CPI, nós encontramos inúmeros casos em que as pessoas diziam para a gente: *“Eu fui vítima, e não sei para onde recorrer, para onde eu ligo.”* Diziam para a gente: *“A Lei Maria da Pena tem um número; e qual é o número da lei de combate ao racismo?”*

Então, é importante, é fundamental que haja investimentos em políticas públicas e que esse viés tenha um conteúdo de combate e enfrentamento ao racismo, porque o nosso Estado é omissivo, silencioso, e nós estamos pagando esse preço, infelizmente. Trata-se de uma questão estrutural, pois há um racismo institucional acontecendo. E nós queremos ver onde vai dar esse caminho da CPI, principalmente nessas questões, porque hoje nós ainda não temos conselhos estruturados, enfim, nós não temos esses mecanismos de defesa que poderiam estar auxiliando muita gente.

Há casos de racismo na escola, o que faz com que a criança não queira mais voltar para a escola. Aí, depois, culpam o negro: *“Ah, você não quis estudar.”* Mas a primeira barreira que ele encontra é a escola, muito severa nessas questões raciais.



E a escola não tem um aparato para poder fazer essa defesa. Inclusive, até para encontrar advogados que militam na causa, há essa dificuldade.

Era isso que eu queria falar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

O próximo orador é o Walisson Rodrigues, do Levante Popular da Juventude.

**O SR. WALISSON RODRIGUES** - Boa tarde a todos. Quero cumprimentar os integrantes da Mesa. Eu me chamo Walisson, sou militante do Levante Popular da Juventude. Fomos nós que confeccionamos aquele cartaz. E queria dizer para o senhor que a gente não é de nenhum partido, tá bom? Graças a Deus mesmo!

Queremos deixar bem claro aqui que a CPI tem que tomar uma posição em relação à redução da maioria penal. E outra coisa, respondendo ao Deputado Marcos Rogério: a gente também acredita que tem quatro tipos de pessoas que defendem a redução da maioria penal: uma, por ideologia — essa aí, sim, temos que aplaudir, pela sua ideologia; outra, pelo fascismo que está instalado na nossa sociedade — essa daí nós temos que repudiar; a outra, porque odeia povo pobre e negro; e a última, porque é bandido, que defende a redução da maioria penal. E digo isso para ficar bem claro para nós. (*Palmas.*)

Em relação a esse grande crime que vem acontecendo com a juventude brasileira — que, na sua maioria, é negra — repercute de uma forma bem forte no nosso Estado. Se a gente pegar de 2002 a 2012, a gente vai ter um cálculo de 1,7 jovem morto por dia em Rondônia, negros em sua maioria.

Isso é inaceitável para um Estado que tem na sua Constituição que é preciso garantir os direitos básicos para a população. Não podemos aceitar isso.

Acho que na CPI tem que ficar claro isso, que essas ações de combate ao racismo continuam sendo de responsabilidade do Estado e tem que ser de responsabilidade do Estado.

E, também, deve a CPI deixar bem claro que o Estado cumpre uma função e que o Estado tem um lado. Gramsci já falava que o Estado tem um lado. Há o lado de quem trabalha e o lado de quem não trabalha. E esse Estado em que estamos vivendo hoje é um Estado capitalista, que explora a mão de obra, em especial da juventude. Além de explorar, ele mata o jovem. Se a juventude sai do trabalho muito



tarde e está andando na rua, se estiver correndo, é bala, porque a mão armada do Estado não nega fogo pra jovem negro! Ela não nega fogo, nunca negou.

E outra coisa que tem que ficar clara na CPI é que devemos acabar com esse Estado militar que estamos construindo. Esse Estado é militarizado, um Estado que investe mais em arma do que em educação. E o Estado que investe mais em arma do que em educação tem um problema, porque o problema da segurança não é só investir em arma, não. Ou se investe em educação, saúde e lazer...

Aqui é o lugar, sim, de falar em saúde, Secretário de Juventude. Aqui, sim, é lugar de falar de saúde, de educação, porque é necessário garantir o acesso da juventude a esses direitos. Se não tiver saúde, de que adianta ele ir para a escola? Se não tiver alimentação, de que adianta ele ir para a escola? Se não tiver energia na casa dele, de que adianta ele ir para a escola? Então, eu tenho que garantir o direito básico do jovem.

Quando a gente coloca ali que a Deputada Mariana Carvalho não nos representa; não é pela pessoa, porque a gente não a conhece pessoalmente e nem convivemos com ela, mas é pela posição política dela em defender a redução da maioria penal. É por causa disso que a gente fala que ela não nos representa, assim como o Deputado Marcos Rogério também não nos representa, assim também como o Deputado Federal Expedito Netto — não sei como se pronuncia o nome dele — não nos representa, porque votaram a favor da redução da maioria penal. Essa é a nossa posição.

A gente queria entregar aqui de forma simbólica, não querendo rechaçar — de forma alguma — ou fazer algo que seja uma afronta à Deputada Mariana Carvalho, um manifesto da Juventude Viva da Amazônia e uma cópia do Estatuto da Criança e do Adolescente. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra agora, o Vereador Alan Queiroz. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Jesuíno Boabaid. *(Pausa.)*

**O SR. JESUÍNO BOABAI**D - Boa noite a todos.

Quero cumprimentar aqui, na pessoa da Deputada Mariana Carvalho, os integrantes da Mesa.



Eu retornei a esta audiência por ser o Presidente da Comissão de Segurança Pública e porque houve uma proposta de se instituir uma Comissão Estadual para debater o tema.

Eu ouvi o posicionamento de cada um aqui, do Deputado Léo Moraes, da Deputada Mariana Carvalho. Mas o fato é que de 87% a 93% da sociedade são a favor da redução da maioria penal. Será que dentre esses 93% ou 94% estão pessoas erradas?

Eu quero dizer para vocês o seguinte: sou policial militar e, por conta do mandato, estou afastado; mas — como diz o povo — aqui é uma Casa Legislativa com 24 Deputados, assim como na Câmara Federal tem 513 Deputados Federais, cada um com um pensamento. Eu sou a favor! Sou a favor! Por que eu sou a favor? Porque é a opinião de quem fica sob a mira de uma arma. Hoje, por quantas e quantas vezes prendemos meliantes, no caso, meninos adolescentes? E por que esses ativistas não adotam um menino desses?

Eu também não sou a favor que os coloquem dentro de um sistema que é precário, como bem disse o Deputado Léo Moraes, pois ali é um local totalmente inadequado, mas que ele cumpra em local separado a sua pena. Ele tem que cumprir! Ele tem que cumprir, sim!

E o problema também não está aí. Eu também quero ir muito além, pois há a pauta da educação e uma série de coisas que nós temos que também verificar. Mas não vou defender que, hoje, um menor de 16 anos que pode votar, não tem consciência ao usar uma arma. Ele sabe do direito dele, naquele exato momento em que ele comete um ato desses, que pode sofrer uma sanção, mas não vai cumprir nenhuma pena. E qual será a sanção? No máximo, 2 ou 3 anos.

Então, eu digo que o problema do Brasil não é a redução da maioria penal, mas o alto índice de corrupção que existe. Podem pensar diferente, cada um tem um pensamento, como eu disse. Estou falando como cidadão. Eu tenho esse pensamento. Sou a favor. E quero registrar que vocês tiveram coragem de conduzir isso e trazer o assunto a debate. Se eu estivesse lá, não faria diferente. Deve-se ter essa postura. O Brasil tem que começar também a tornar crime hediondo corrupção. É uma proposta. Que se torne também crime hediondo corrupção! E a gente vai, cada vez mais, coibindo e inibindo essas situações.



Então, já que é para corrigir esses escândalos que estão ocorrendo na PETROBRAS e outros, como a questão que está havendo no Governo Federal, tem que começar a rever. No Governo Estadual também há denúncias.

Então, só vim aqui, retornei, e eu não ia fazer uso da palavra, mas eu não consigo!

E também há outra coisa, a questão da Polícia Militar. Senhores, eu quero dizer o seguinte: o problema não está na Polícia Militar, o problema não está nas polícias; o problema está na sociedade. E aqui é um Parlamento estadual. Quero dizer também que o Parlamento estadual trata de leis estaduais, mas o problema não está só no Parlamento estadual; o problema está também no âmbito federal, e assim sucessivamente.

Sou a favor — ouviram, Deputada Mariana Carvalho, Deputado Marcos Rogério e demais Deputados? — de que haja realmente essa redução. Mas que fique aqui uma indignação nossa, de Rondônia. O povo daqui de Rondônia está pagando por uma coisa — e vou levar para este campo: é a questão da tarifa energética. Eu vi ontem no *Fantástico*. E eu peço também que vocês comecem a assistir a essa situação, verificar. Por que Rondônia, que tem três usinas, Santo Antônio, Jirau e Samuel, paga uma taxa dessas, tão elevada? Então, a gente tem que começar a buscar. Cobrem lá do Ministro essa redução.

Quanto à questão da redução da maioria penal, sou a favor. Aí há uma divergência no Brasil, e isso é democrático. Agora, quando o Brasil se tornar comunista ou houver outro Estado... É assim, há os que são a favor e os que são contrários. Agora, dizer que um menor não tem... que o problema está na criação...

Vou dar um exemplo. O Ministro Joaquim Barbosa foi engraxate. E o que ele é hoje? É um Ministro, Ministro altamente renomado. Estudou, teve a oportunidade de estudar, buscou o estudo dele. E não foi por conta da redução da maioria penal que ele não é... Qual seria a influência na vida dele, se hoje houvesse uma pena aos 16 anos? Não iria modificar nada, porque ele iria continuar estudando, continuar buscando o conhecimento dele e, com certeza, teria uma formação.

Então, eu sou assim, penso assim. E acho que é correto o posicionamento de vocês.



E eu acho que não é só isso, Deputado. A gente tem que buscar dentro de um contexto geral. Tanto o Senado quanto a Câmara devem buscar mais questões de leis que devem restringir também alguns crimes que atentam contra a sociedade. E quando começarem a atingir essas corrupções, essa devassidão que acontece nos cofres públicos, essa falta de zelo com o bem público, aí sim a coisa vai melhorar.

Muito obrigado pela oportunidade. Estamos aí para formar essa comissão e, com certeza, dar uma cara também para este Parlamento estadual. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Com a palavra o Vereador Alan Queiroz.

**O SR. ALAN QUEIROZ** - Exmo. Sr. Deputado Federal Reginaldo Lopes, em seu nome quero cumprimentar toda a Comissão, que se deslocou de Brasília até a nossa Casa Legislativa do Estado de Rondônia. Quero cumprimentar, de forma muito especial, minha companheira de partido e amiga Deputada Mariana Carvalho, e em seu nome cumprimento as demais autoridades presentes.

Quero cumprimentar as pessoas da nossa população que se encontram ainda aqui nas galerias até este horário já extenso desta audiência pública.

Nós viemos da Câmara agora, Deputada Mariana. Muitos Vereadores por lá se estenderam. Gostariam de estar presentes, mas, por coincidência com a nossa sessão, não tivemos a oportunidade de ter um número maior de Vereadores aqui. Mas fomos muito bem representados pela minha amiga Vereadora Dra. Ana Maria Negreiros.

Da mesma forma, Srs. Deputados que estão aqui, quero manifestar rapidamente minha consideração com relação ao tema, mas vejo que é um tema complexo, um tema que envolve tantos outros fatores. E principalmente como disse aqui o Deputado Jesuíno Boabaid, que me antecedeu, vejo que o maior problema hoje da nossa Nação é a corrupção. A corrupção está impregnada em todos os segmentos, não somente na política, mas a classe que representamos... Somos outorgados pela população através do voto, voto este que está cada vez mais difícil, porque a credibilidade dos nossos políticos está cada vez mais em cheque.

Então, cabe a nós, Dr. Breno, mudar essa história. Cabe aos senhores. E eu vejo que já se avançou bastante. A nossa Deputada Mariana Carvalho é exemplo



disso, quando correu, através da coleta de assinaturas, para a CPI da PETROBRAS. Vejo que é um momento ímpar para o povo brasileiro, para realmente reconstruirmos a nossa Nação.

Se banirmos, de uma vez por todas — ou, pelo menos, diminuirmos muito —, a corrupção, sobrarão dinheiro ou recursos para investir na educação, para investir nas questões sociais e para voltar a ter credibilidade este nosso País, que infelizmente só tem deixado a desejar, principalmente para a população mais carente. A partir daí, outros valores voltarão à tona, como os valores da família, os valores questionados da base familiar, que é a base de tudo.

Então, eu quero parabenizá-los pela audiência pública. Quero parabenizar a Deputada Mariana Carvalho pela sua liderança. Realmente, nós nos sentimos representados. Porto Velho se sente muito honrado com a representação de nossa capital.

E em nome de S.Exa. quero também desejar sucesso à nossa bancada. Que olhem por Porto Velho! Porto Velho, Sr. Presidente Reginaldo Lopes, está sofrendo muito. Nossa capital está abandonada. Nossa capital está sendo gerida por uma equipe que não tem amor à cidade. Precisamos muito dos olhos de Brasília sobre a nossa capital tão sofrida, Porto Velho!

Obrigado. Parabéns pela audiência! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Vereador Alan Queiroz.

Nós vamos devolver a palavra para a Mesa.

Vou registrar, ao final, a presença de alguns dos senhores. São muitos, são vários, mas eu vou registrar os nomes. Eu preferi fazê-lo ao final, por isso peço desculpas às pessoas que estavam presentes. Alguns já saíram, mas eu vou fazer o registro para os arquivos da nossa CPI. Não vou registrar o nome de quem já falou, porque, como já se pronunciou, estará mais do que registrado nas notas taquigráficas e nos nossos relatórios.

Passo a palavra para o Deputado Marcos Rogério e, depois, para toda a Mesa.



**O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO** - Sr. Presidente, senhoras e senhores componentes da Mesa, aos que ainda permanecem nesta sessão de audiência pública, minhas saudações.

Eu queria inicialmente, Sr. Presidente, ressaltar a importância deste debate, deste encontro. Acho que a pluralidade de ideias faz parte da democracia. Na multidão dos conselhos, há sabedoria. Que nós possamos extrair.

Ainda que o tema aqui tenha sido permeado por um outro, que não é o tema central da audiência pública, acho que essa peregrinação Brasil afora vai permitir a esta Comissão formar um parecer que esteja identificado com as realidades do Brasil da atualidade.

Esta é uma fala de conclusão e traz também a possibilidade de se responder aos questionamentos que foram feitos. Todos os questionamentos que foram feitos a mim e também à Deputada Mariana Carvalho foram atinentes à questão da proposta de mudança do art. 228 da Constituição Federal, que modifica a idade penal no Brasil, como popularmente ficou conhecido, embora não esteja modificando a idade penal, apenas criando uma situação de excepcionalidade. Mas a sociedade entende como redução da idade penal.

A Dra. Marílyla questionou: *“Como percorrer estes dois caminhos, estas duas posições: a defesas dos jovens e o fim da violência, e a redução da idade penal?”*

Doutora, obviamente, todo embasamento político na Casa é permeado por informações técnicas, mas também pela formação política e pelo sentimento que cada Parlamentar deve trazer da base que ele representa. Não por acaso, a Câmara dos Deputados, como todos sabem, é a representação da sociedade. E esse é um tema da sociedade. Esse não é um tema da academia, é um tema da sociedade.

E por que é possível percorrer esses dois caminhos? Primeiro, eu não considero o jovem brasileiro, na sua maioria, criminoso, não considero. E eu fico triste todas as vezes que ouço alguém falar sobre esse tema como se a maioria da nossa juventude fosse criminosa, e não é. E aí tentam colocar o jovem contra essa ideia, como se todos os jovens passassem pelo processo do encarceramento.

Por que eu não defendo essa ideia? Porque eu não defendo criminoso: eu não defendo homicida, eu não defendo estuprador, eu não defendo sequestrador, eu não defendo traficante e eu não defendo latrocida. Eu defendo o jovem. E aí digo:



*“Tem que ter lado? Eu tenho lado: o lado da sociedade.”* E não é o lado do crime nem do criminoso, mas é o lado da sociedade e dos que sofrem com a violência que atinge os jovens e atinge os adultos também.

Essa é uma questão complexa. Certamente, ninguém nega isso aqui. E esse enfrentamento tem que ser feito. Falando do ponto de vista da construção de um argumento, que é o grande desafio de todos nós, é preciso fazer um discurso racional sim, que encare a realidade, sabendo o que é certo e o que é errado. E, assim, defender o jovem que quer estudo e que precisa do FIES – Fundo de Financiamento Estudantil; que quer estudo e precisa de oportunidade. Nós temos que defender isso. Agora, isso não significa defender uma bandeira e fechar os olhos para outras realidades. Defender o jovem que quer estudo e que precisa do FIES é papel de todos nós!

Aliás, neste momento que o Brasil está atravessando — o Sr. Presidente sabe disso —, é nossa grande luta no Congresso Nacional impedir que sejam cortados recursos do Orçamento voltados para a educação, quando nós estamos com a bandeira hoje do projeto Pátria Educadora. Isso é defender política para a juventude.

Defendo o jovem que quer se profissionalizar, preparar-se para o mercado de trabalho. Nós temos que oferecer mais oportunidades, ao invés de menos oportunidades. Defendo o jovem que quer emprego, que quer oportunidade. E aí nós temos os nossos cursos profissionalizantes, que ultimamente também têm sofrido cortes. Há uma série de itens e de situações que todos nós precisamos trabalhar, que são políticas afirmativas.

Olho, sim, para o jovem, Pimenta de Rondônia, mas não o vejo, na sua maioria, como criminoso. Não rotulo o jovem, na sua maioria, como criminoso. Defender o jovem não significa compactuar com os seus erros. Defender o jovem não significa bater palmas para os seus equívocos. E aí equívocos serão trabalhados como equívocos. Agora, crimes bárbaros?! Quem sequestra, estupra, tortura e mata, não pode ser tratado da mesma forma como aquele que joga pedra no telhado do vizinho. E isso no projeto que foi aprovado está muito bem delimitado.

Há outra coisa, e é bom que se diga. Antes mesmo que a Proposta de Emenda à Constituição fosse aprovada, eu apresentei na Câmara dos Deputados — e aí disto ninguém fala, porque defendo isto, mesmo que não seja alterada a Lei da



Imputabilidade Penal, na Constituição e no Código —, aprovei na Câmara dos Deputados e já está no Senado Federal a alteração da Lei de Execução Penal — LEP. Essa alteração é para determinar que, além das mulheres e dos idosos — que hoje já está previsto na LEP —, também o jovem menor de 21 anos seja recolhido em ambiente separado no sistema prisional. Eu já defendo isso hoje, independentemente da alteração ou não da idade penal no Brasil. E na Emenda Constitucional — aí por dever de justiça — isso também foi consignado, para que não haja dúvidas com relação à vontade do legislador em relação a isso.

Alguém pode me questionar: *“Mas o sistema está quebrado, o sistema está falido!”* Eu falava agora há pouco com o nosso Secretário de Justiça: *“Essa é uma realidade do Brasil, infelizmente. O nosso sistema prisional hoje é precário.”*

Fiquei decepcionado e frustrado quando ouvi o Ministro da Justiça recentemente falando sobre isso, dizendo que as nossas cadeias eram medievais e que ele preferia morrer a ir para lá. Como Governo, meu Presidente, nós não temos o direito de falar isso! Quem é Governo não tem o direito de fazer essa afirmação! Quem é Governo tem a obrigação de dizer o que está fazendo para mudar essa realidade. Isso nós temos que enfrentar. Esse discurso é o discurso da honestidade, o discurso da realidade do Brasil de hoje.

Eu quero concluir a minha fala aqui dizendo o seguinte: vejam sobre este tema a opinião da própria juventude do Brasil. Agora há pouco, de manhã, esta Comissão foi a um estabelecimento aqui nesta cidade, para ouvi-los. Eles foram questionados: *“Qual é a posição de vocês com relação à idade penal?”* — os que estavam cumprindo medidas. A grande maioria, a absoluta maioria sinalizou ser favorável à redução da idade penal.

Se nós considerarmos o dado mais atual com relação à pesquisa nacional do Datafolha, que aponta 87% — houve outra pesquisa que apontou 92%, mas a que é mais utilizada hoje é essa de 87% —, nós também identificamos que, no conjunto das opiniões manifestadas, quando se analisa a pesquisa, observa-se que, na faixa etária dos jovens, está também um grande percentual dos que aprovam a mudança da Constituição, da Lei Penal e do ECA para a imputabilidade a partir dos 16 anos para os crimes hediondos. Por quê? Porque quem deu essa opinião não teme a



redução da idade penal, quem deu essa opinião não tem medo da redução da idade penal. Quem tem medo da redução da idade penal?

Permitam-me, não estou fazendo rótulos aqui, não! Eu estou dizendo que o jovem não tem que ter preocupação com a redução da idade penal, porque o jovem que não é criminoso e que não quer ser criminoso, não tem que temer a redução da idade penal. É isso, é simples, é simples! (*Palmas.*)

Para concluir, eu queria dizer que democracia é via de mão dupla. Eu ouvi muitas entidades aqui. Inclusive, com muita alegria tive um debate com a Dra. Marílyya, que, por sinal, foi muito respeitoso o debate, de ambas as partes. Respeito as suas convicções e as suas opiniões. Estão baseadas na vida da senhora com o dia a dia também, e eu respeito muito.

Respeito também a opinião do Procurador da República, que aqui falou com embasamento jurídico e técnico, mas o Parlamento Federal ouve a voz da sociedade e toma as suas posições baseado nessa voz que vem das ruas e também nos conceitos e estudos técnicos.

E aí eu posso dizer isto aqui, ouçam o que eu vou dizer: a proposta que a maioria das Sras. e dos Srs. Deputados queria aprovar, não era a que nós aprovamos: era aquela que reduzia para 16 anos para todos os crimes. Mas, a partir da mobilização que houve, do enfrentamento do tema pela sociedade, optou-se por um caminho de meio. E aprovamos uma redução, ainda que em primeiro turno na Câmara, apenas para as hipóteses dos crimes mais graves, os hediondos, e alguns que não são hediondos, mas que são de mesma gravidade.

Portanto, democracia é isto: é ouvir, ser ouvido e respeitar as diferenças, respeitar as opiniões contrárias. Eu respeito a opinião de quem é contra, mas eu tenho uma opinião formada com relação a isso e convencimento técnico de que esse caminho é um caminho de meio de que o Brasil precisa. Não significa colocar o jovem na cadeia, mas significa dar uma resposta para aqueles que cometem crimes graves. E a impunidade pode levar a práticas medievais, perigosas, que já estão acontecendo no Brasil.

Eu temo situações muito piores do que a de colocar na cadeia um desses que comete latrocínio. Em muitos lugares do Brasil, isso já está acontecendo. Sabe-se que o jovem não vai ficar muito tempo na cadeia, e há jovem sendo morto, inclusive



vítima de extermínio no Brasil, infelizmente, porque a impunidade tem levado a reações da própria sociedade que não são minimamente aceitáveis. Entre uma coisa e outra, eu prefiro um Estado que aja, ainda que minimamente, na questão punitiva, a um Estado omissivo que permite barbáries.

Agradeço imensamente a todos os senhores a presença aqui, ouvindo e sendo ouvidos também. Da nossa parte, podem ter certeza de que as colocações de cada um aqui contribuíram para a formação do pensamento de cada Parlamentar, de cada membro desta Comissão, para continuarem fazendo um trabalho que dignifique o Brasil e faça deste País um país melhor.

Deputada Mariana Carvalho, mais uma vez, minhas saudações a V.Exa. pela ousadia de trazer este tema à Capital Federal. Eu fiquei honrado de estar aqui para apartear V.Exa. e colaborar com o debate deste tema. V.Exa. é um orgulho para todos nós rondonienses!

Sr. Presidente, só para concluir, porque é importante, digo que existem dois perfis de Parlamentares que atuam no Parlamento, seja federal, seja estadual, seja municipal: há aqueles que se dedicam a questões mais ligadas ao fazer diário, às ações executivas; e há aqueles que se dedicam também a esta função, mas não abrem mão de legislar em defesa do Brasil e dos brasileiros. A Deputada Mariana Carvalho é uma surpresa muito boa em relação ao papel de legislador, que é o papel mais importante do Congresso Nacional.

Parabéns a V.Exa. e a todos os senhores e as senhoras!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Marcos Rogério, pela presença e pela contribuição.

Nós temos mais um orador, o Sr. Dinho Nascimento.

**O SR. DINHO NASCIMENTO** - Boa noite a todos! Boa noite à Mesa! Boa noite ao Presidente da Comissão e à nossa Deputada Mariana Carvalho, em nome de todos!

Eu quero aqui só salientar — o Deputado Marcos Rogério já falou praticamente tudo — o que eu sinto, e acredito que 80% da população sente. Mas o foco aqui é a violência contra jovens pobres e negros. Para quem pegou a cartilha,



para quem conseguiu ler, está aqui no final: *“Foi instalada pela Câmara dos Deputados a Comissão para apurar os fatos”*.

Eu vi muita gente ali fazendo protesto hoje contra a questão da redução, e o fato aqui é violência contra pobres e negros. Mas, como todo mundo falou — eu não quero ficar repetitivo —, eu, como uma pessoa que também nasceu no social pobre, de baixa renda, vim lá de baixo também, como foram dados outros exemplos aqui, acredito que é um conjunto de fatores que levam os pobres e negros a terem essa condição.

Como foi dito aqui, isso é uma questão que foi herdada há mais de 500 anos. Realmente, tem-se que fazer políticas públicas para poder amenizar, porque eu, Dinho Nascimento, não acredito que, se fizer uma lei, hoje ou amanhã, vai ser resolvido o problema. Tem-se, sim, que fazer política para daqui a 10 anos, 15 anos, 20 anos.

Agora, já vou dar a minha opinião quanto à questão da redução da maioria penal. Tinha muita gente ali protestando, e eu queria que eles estivessem aqui para ouvir, mas não estão. Eu também sou de periferia, moro no Esperança Comunidade. Lá também tem criminoso, tem traficante, tem tudo. Agora, eles colocaram aqui como se todos os jovens, todas as crianças de 16 anos, 17 anos, fossem inocentes e não soubessem diferenciar uma escopeta de uma chupeta, como o Deputado lá falou. Fala sério! Isso não existe.

Outra coisa que eu quero corrigir é o rapaz que veio aqui, falou que veio lá do São Francisco e pegou dois ônibus. Negativo! Quem vem do São Francisco e do Marcos Freire pega só um ônibus e desce bem aqui, para começar. Eu já morei lá. *(Palmas.)* Eu já morei lá. Já morei no Marcos Freire, na Rua Pirituba. O outro rapaz veio aqui e disse que não tem condições, que não está preparado para fazer o ENEM porque uma pessoa que tem o poder aquisitivo maior, e ele, menor... Mentira! Todo mundo tem colégio, tem estudo, mesmo que precário, tem biblioteca, tem Internet. Hoje em dia, tem tudo. Eu fiquei na minha faculdade em Português por 1 décimo. A professora olhou para mim e falou: *“Tu não está na cota dos negros, não. Tu não vai ganhar esse 1 décimo porque você é escuro, não. Você tem que estudar”*. Se ele não está preparado para passar no ENEM é porque ele não estudou, porque hoje, aqui, tivemos dois ou três exemplos de pessoas que vieram



de baixo e hoje têm um cargo altíssimo, de alto nível. Não tem essa desculpa de que é porque está lá embaixo e está sendo excluído por causa disso. Essa é só a minha opinião.

É claro que eu sou totalmente a favor da redução, porque só quem teve um revólver apontado pra cabeça (*palmas.*) pelo menor de 16 anos, de 15 anos... Está lá, no Dalton di Franco falando: “*É isso mesmo. Depois eu vou roubar e vou continuar de novo*”. Só quem passou por isso sabe. Ele sabe a diferença. Agora, como o Deputado falou, não tem como você punir uma criança que vai ao supermercado, pega um pacote de bolacha e coloca dentro da bolsa, e jogá-la no Urso Branco. Agora, um jovem que está lá... Eu tive toda a oportunidade para ser um ladrão, para ser um drogado, para ser um vendedor de droga, igual a muitos amigos meus, que foram mortos ou estão presos ou estão viciados na droga, mas eu escolhi outro caminho, porque a base é a família, porque meu pai e minha mãe me ensinaram. Hoje em dia, o menor de 16 anos não pode trabalhar, não pode fazer nada, porque, se for, o pai e a mãe vão ser presos e responsabilizados. Eu aprendi a trabalhar desde os 9 anos de idade. Pai, mãe, família é o principal, é a base.

Muito obrigado.

Parabéns à Deputada Mariana Carvalho! Parabéns a todos os Deputados presentes!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero passar a palavra para o Antônio Carlos, nosso Secretário de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DOS REIS** - Vou tomar a liberdade de falar daqui rapidamente, só para fazer um agradecimento à Comissão, por trazer este assunto para ser debatido no nosso Estado.

Como representante maior da segurança pública, há uma preocupação muito grande de a gente poder dar a resposta de forma eficiente, quando a gente trata desse assunto. Sou um crítico ao modelo de segurança pública que nós temos, e gostaria muito que houvesse essa discussão. Na PEC nº 432, salvo engano, isso será tratado. A gente espera que realmente alguma coisa mude neste Estado, coisas que a gente vem vivenciando.



Espero também que esta CPI não se volte, única e exclusivamente, ou de forma mais direta, à questão da falha da segurança pública, da polícia, na questão da violência contra os jovens negros e pobres, porque eu repito: se existe algum problema, é com relação à prevenção primária. Essa, sim, é que tem que ser vista, que é a falta de lazer, que é a falta de esporte, de educação, de distribuição de renda. Essa, sim, é responsável por tudo o que nós estamos fazendo aqui hoje, que é discutir a violência. Obviamente estamos focando no pobre e no negro, mas tudo é violência.

Numa sociedade tão intolerante, em que se vive com tanta ganância, a gente percebe que não vai ser com segurança pública, não vai ser simplesmente com uma fórmula mais adequada de combate à criminalidade que nós vamos resolver tudo isso. Precisamos, sim, que todas essas políticas sejam devidamente tratadas.

Num primeiro momento, eu até estava preocupado com o tempo e falei da efetividade. Precisamos ser efetivos, Deputados, não só na Câmara Federal, como aqui, no Município, através dos Vereadores, e obviamente nós que somos os gestores do Governo do Estado de Rondônia temos essa missão que foi demandada pelo nosso Governador, e a gente tem melhorado em alguns aspectos.

Quando a gente fala na segurança pública, repito, é um tema complexo. Se me perguntarem como está a criminalidade, eu digo que está horrível. Eu também não quero que os índices de roubo, furto e homicídio cresçam a cada dia. Mas eu posso dizer que existem outras coisas em que nós estamos caminhando.

Falou-se aqui em dados. Rapidamente eu sou obrigado a trazer isso. Como gestor, eu não posso concordar em olhar, às vezes, pedir uma pesquisa e ver que ela não está devidamente correta. Ora se pega do Ministério da Saúde, ora se pega do Ministério da Justiça, ora se pega de alguma entidade, alguma ONG. E aí? A gente não tem um dado eficiente.

O Estado hoje está trabalhando num sistema de ocorrência em que a gente espera eliminar todos esses problemas, como, por exemplo, dados relativos a quantos negros são mortos neste Estado. Agora, obviamente isso para por tantas coisas, inclusive com a capacitação do policial, o interesse do servidor, e tantas outras.



De qualquer forma, o que eu quero aqui realmente é agradecer e dizer que tragam cada vez mais à tona, ao debate, a questão da criminalidade e da violência. É disso que nós precisamos cada vez mais. Então, quero agradecer ao Presidente, Deputado Reginaldo, à Deputada Mariana Carvalho, que levou à Comissão a necessidade de trazer esse debate para a nossa região.

Eu quero agradecer profundamente a V.Exas. a vinda aqui. Meu muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Secretário. A fala do Secretário Antônio Carlos dos Reis é importante. Por que eu vou fazer uma intervenção rápida? Porque, de fato, quando nós criamos a CPI, com tema definido, muitos agentes de segurança pública acharam que nós a criamos para condenar e arrumar um culpado, que seriam os policiais, para a causa da violência em relação aos jovens negros.

É evidente que não. Se você pegar as estatísticas dos números de assassinatos, de homicídios no Brasil, a letalidade por policial fica em torno aí de 8%. Estou falando de mortes, de homicídios, 8%.

Mas também é verdade que é muito alto. Agente de Estado não pode matar ninguém. Mas o problema é que o policial sai para matar? Lógico que não. É que a lógica da política de segurança pública está equivocada. A lógica de transformar um policial em herói, e ele acreditar que vai ser herói, a lógica de fazer uma polícia ostensiva, de confronto, sem ser uma polícia de aproximação e comunitária. A lógica do conceito inimigo interno está errada.

Então, é evidente que nós temos problemas. Se pegarmos os países que têm uma taxa baixa de homicídio, menos de um para cada cem mil, a letalidade policial é zero. E a morte de policiais também é zero. No Brasil se matam muitos policiais; é verdade. Mas se matam mais ainda jovens nos confrontos com os policiais.

Nós vamos ter que resolver, nós não podemos aqui simplificar algo complexo — eu concordo com o senhor, que colocou muito bem a questão — nós não vamos, mas também não dá para negar que há na ponta uma compreensão sobre ordem pública um pouco distorcida.

Eu não sei quem dá o comando, qual é a lógica, qual é o conceito, mas o Brasil, uma vez eu perguntei a um Secretário de Segurança Pública: “Qual é o



*conceito de ordem pública para o senhor?” Ele me disse o seguinte: “Ah, isso é muito problemático. Nós vamos ficar aqui, Marcos Rogério, discutindo a vida inteira”.*

Mas eu acho que também o não conceito é um problema. Quem aplica? Em nome de que esse conceito? Porque, se fizermos uma pesquisa nas comunidades periféricas, se fizermos uma pesquisa com os negros, com os mais pobres, o sentimento que eles têm é o de que o principal responsável pelas mortes dos negros são os policiais, mas, quando se pegam os dados, não é verdade, porque o problema do Brasil é a cultura da violência; banalizou-se a vida. Qualquer conflito termina em morte.

Um conflito entre homem e mulher termina em morte; não foi o policial. Um conflito de um vizinho, o chuchu passou para o outro lado, o cidadão o apanhou, ele mata o cidadão. No final de semana, sai um grupo de amigos — um mexeu com a namorada dele, ele mata a pessoa.

E outro problema que nós não queremos admitir, mas temos que admitir, é que adotamos uma política, Marcos Rogério, que está falida. Não está falida só no Brasil, mas está falida no mundo inteiro, que é a guerra às drogas. Eu presidi a Comissão Especial sobre *crack* e outras drogas, eu fui ao Plano Colombo, fui ao Peru, à Bolívia, ao Paraguai, à Colômbia, aos países produtores.

Os próprios Estados Unidos estão retirando... Gastaram trilhões e trilhões, e nós gastamos na lógica da política da guerra às drogas. Quem morre na lógica delas são pobres. Aí, é verdade, porque se acha que numa comunidade periférica está o traficante, e algumas lógicas da política de segurança acham que podem passar atirando. Nós estivemos num bairro de São Luís, em São Paulo, no Jardim Rosana. Você passa na rua, as casas, os estabelecimentos todos furados, igual a queijo suíço.

Então, está errado! Então também nós vamos ter coragem de mexer nisso. E, quando vamos mexer, não temos coragem, porque as vozes das ruas são contra qualquer discussão que usuários de drogas não podem ser condenados, que têm que ser condenados, porque isso inibe o outro a usar droga, e não é verdade, porque acaba que as elites que não usam drogas, os brancos, nunca são assassinados.



Eu tentei que a política sobre droga pelo menos tirasse da mão do delegado e do juiz a classificação de quem é usuário e quem é traficante, porque a nossa lei sobre drogas, do Presidente Lula, avançou na despenalização, mas muitos aplicam assim a despenalização, Marcos Rogério: se é negro, é traficante; se é branco, é usuário. Isso é verdade.

Nós não temos como esconder que há uma abordagem seletiva no crime contra o patrimônio que, entre abordar o branco e abordar o negro, aborda-se o negro. Nós não temos como escolher que há toda uma política na questão dos homicídios que acabam tendo morte em confrontos à cor da pele. Isso é verdade. Agora, o problema não é definir que ela é a racista. Não, eu acho que não é essa a questão, mas ela é muito sutil. Eu acho que a definição mais correta, Secretário, e eu acho que a CPI não tem como negar isso. É que o Brasil tem um racismo institucionalizado. Acho que isso unifica todos nós, mesmo quem votou a favor da redução da maioridade penal. Ele está, sim, institucionalizado, bem estruturado, em todos os poderes. Aqui falaram muitos representantes do Ministério Público, muitos defensores — todos brancos.

Então, é evidente que há problema, como no caso do Parlamento, que tem pouquíssimos negros! Há essa questão simbólica, a imagem, a identificação cultural das pessoas. Nós vamos ter muito trabalho pela frente. Portanto, é lógico que a CPI não caminha nessa direção, porque o fenômeno é muito complexo, multicausal, e nós vamos ter que encontrar saídas sistêmicas.

É por isso que eu acho que a CPI vai apresentar grandes projetos, para a gente avançar um pouco nesse sentido. É claro que isso não vai resolver os problemas. Não há como resolver todos os problemas da noite para o dia. Essa é uma questão enraizada, cultural. É muito complexa essa solução. Mas é evidente também que nós queremos criar mecanismos legislativos que permitam que a sociedade possa continuar construindo políticas. Eu espero que o Estado de Rondônia também construa uma estratégia para reverter a sua dura realidade. Nós não podemos conviver mais 10 anos aqui com essa alta taxa de homicídios no País!

Então, eu queria só aproveitar para dizer isso, já que o senhor falou que tem que sair, tem compromisso na agenda. Mas é lógico que a CPI jamais vai ter esse ponto de vista de colocar que a causa de todo o problema da violência são os



policiais. Agora, a CPI deve dizer que esse modelo de policial, esse modelo de segurança está errado, está equivocado.

Inclusive, se hoje, por exemplo, perguntarmos, entre aspas, “aos membros que trabalham na questão da segurança na Câmara” o que acham da CPI, veremos que eles têm a maior consideração por ela, porque a CPI ouviu 12 instituições da polícia, para discutir, por exemplo, o ciclo completo — polícia deve ter ou não ciclo completo? —, para discutir, por exemplo, qual deve ser o sistema de percussão penal, qual é o caminho. Não!

O Deputado Delegado Edson Moreira está reclamando aqui, mas eu vou contar um caso rapidamente. Eu formei uma mesa, Deputado Marcos Rogério. Deputado Marcos Rogério, eu formei uma mesa com a Polícia Civil.

Pergunto à polícia assim: “*Deve haver o ciclo completo em vez de haver meia polícia?*” A Polícia Civil fala: “*Não, isso é um absurdo! Cada um faz o que tem de melhor*”. Já a Polícia Militar responde: “*Lógico! É um desperdício*”.

Aí, se pergunto ao Ministério Público se deve haver o ciclo completo, ele diz: “*Não, é importante, é para o bem do serviço público*”. Mas, se pergunto ao Ministério Público se deve haver o Juizado de Instrução, ele responde, “*Não, é um absurdo*”, porque ele também quer ser dono do inquérito.

Então, na verdade nós não vamos defender interesses de corporações. Esse é o erro! Nós não podemos defender isso aqui. A CPI não tem isso. Ninguém que seja legislador pode defender interesse de corporação! Esse é que é o problema, entendeu? Senão, nós não vamos resolver!

Então, quero só dizer isso, porque o Deputado Delegado Edson é meu amigo. Mas, se você perguntar ao Deputado Delegado Edson Moreira, que é Delegado, se ele concorda com a polícia única, ele responderá que concorda: “*Vamos unificar a polícia*”. Olhe a que ponto nós chegamos!

Eu acho que a grande tarefa da Relatora, a quem vou passar a palavra, é encontrar proposições legislativas capazes de dialogar com o problema na raiz e sinalizar a possibilidade de o Brasil entrar no século XXI. Entrar no século XXI é entrar num País civilizado, que jamais vai aceitar qualquer tipo de modelo de segurança pública que tenha diferenciação pela cor da pele.

Então, com a palavra minha Relatora, Deputada Rosangela Gomes.



**A SRA. DEPUTADA ROSANGELA GOMES** - Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos e a todas! Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado Reginaldo Lopes, que é um grande militante na Câmara Federal em temas tão importantes e relevantes para o nosso País.

Eu, que sou Deputada de primeiro mandato, tenho a oportunidade de dividir um trabalho tão importante como esse com o Deputado Reginaldo, que já tem experiência em outras matérias, como a PEC da Juventude, o Conselho Nacional de Juventude — CONJUVE, a legislação de combate às drogas. E agora esse tema, que é a questão do assassinato de jovens negros e pobres no nosso País, nasce de uma demanda dos movimentos sociais em todo o Brasil.

Então, como fiz e faço, quero agradecer a confiança a mim depositada, Deputada de primeiro mandato, mas que já possui uma responsabilidade muito grande, que é a de produzir um relatório em cima de tudo o que nós presenciamos a vida inteira e, depois, em cima dos dados que estamos coletando, de todas as famílias que estamos ouvindo, de representantes da sociedade, que nos relatam a cada dia com muita dificuldade.

Quero cumprimentar a Deputada Mariana Carvalho, que conheci na Câmara Federal e que já se destaca pela contribuição que vem dando à Casa, pela maneira de trabalhar, pela forma devotada e aplicada de defender os interesses da população de Rondônia, independente de ser do Estado. Aliás, defende a população brasileira. E eu vou um pouco além, também a cumprimento pela eleição para Vice-Presidente do partido, primeiro porque sou mulher, segundo porque sou negra e terceiro porque venho de uma realidade de miserabilidade, e cheguei aonde cheguei, e sei das dificuldades que existem para estar num partido que nos respeite, que nos escute, que nos valorize.

E sei o quanto é difícil, Vereadora Ana Maria, para nós, mulheres, conseguir um assento numa Casa, quer seja municipal, quer seja estadual, quer seja federal. Já fui Vereadora, de 2000 a 2008, eleita, reeleita e eleita outra vez. Já fui Deputada Estadual, para cumprir cota de 30%, acabei ganhando as eleições, e hoje sou Deputada Federal. Sei da importância de termos uma mulher no Parlamento, Deputada Mariana, Vereadora Ana Maria e outras Parlamentares e Prefeitas que já



passaram por aqui — passou por aqui outra Vereadora, cujo nome eu não me lembro agora, mas que fez uma fala muito importante.

Então, quero cumprimentar V.Exa., Deputada Mariana Carvalho, o seu pai, que está ali, Sr. Aparício, o seu irmão, a sua família, e todos os presentes aqui até estas horas.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do Prof. Chiquinho, que fez uma fala muito contextualizada, como os demais que usaram da tribuna, todos os que aqui falaram, em que pese a nós, porque alguns têm uma visão contrária, mas que exerceram, melhor dizendo, exercem nesta tarde não só seu papel de cidadão, mas também seu papel no Estado Democrático de Direito. Eu cumprimento, então, o Prof. Chiquinho, e também o Secretário Antônio Carlos dos Reis, o Deputado Delegado Edson Moreira. Estendo os meus cumprimentos a todas as autoridades aqui presentes.

Eu queria fazer um cumprimento especial a D. Luzia, mas ela já foi embora. Foi a primeira a falar aqui. Falou, com muita coerência, com relação a sua vida, a sua família, a sua trajetória, a seus filhos, falou do valor da família. Pena que o nosso País não escuta a voz dos mais velhos, dos idosos, porque certamente eles têm uma contribuição importantíssima a dar, não só no Parlamento, mas, ainda, no processo de construção da nossa democracia, que ainda é muito jovem. A nossa democracia ainda está em fase de ser experimentada.

Já ouvi aqui a todos; a minha função é ouvir. Já estamos na fase final da nossa relatoria. Agora há pouco falava com o Robson, que é um técnico da Câmara, que a nossa equipe está trabalhando de vento em popa lá em Brasília e que amanhã já iremos apresentar um relatório mais formatado. O Pimenta falou aqui do relatório preliminar, que é só o esqueleto. Estamos ainda em fase de preenchimento, até porque as nossas audiências, as nossas visitas não terminaram. Ainda temos, na semana que vem, audiência no Rio Grande do Sul, na sexta-feira, e, na segunda-feira, no Recife.

Esta CPI começou em março. Como o Presidente já colocou, não há necessidade de eu repetir aqui o conceito, a importância, e apresentamos e aprovamos um plano de trabalho. Essa fase introdutória foi realizada a partir de muitas audiências com familiares, com representantes de movimentos sociais, de



associações, com representantes do Poder Judiciário, do Poder Executivo, com os Ministros, com representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR, dos direitos humanos, com promotores e defensores. Enfim, ouvimos o corpo acadêmico, o corpo de pesquisadores, as instituições, como o IPEA, como o Mapa da Violência. Alguém falava aqui que não há dados na fase inicial da audiência, mas a verdade é que os dados mais seguros, querendo ou não, hoje, são os do DATASUS, do Sistema SIM. Não existem outros para que possamos nos basear. E eu fiz esta pergunta ao Prof. Julio Jacobo, logo no início da audiência: *“Por que não pegar os outros dados?”*. Mas hoje, infelizmente, não é possível confiar ainda nos dados que o sistema de segurança produz.

Acho que o grande legado deste trabalho que nós estamos fazendo, que esta CPI vai poder deixar, são as propostas de lei, é o plano de enfrentamento da violência, que, assim que entregarmos o relatório, pode ser aprovado ou rejeitado. Mas depois iremos dar continuidade a esse trabalho. O grande ganho deste trabalho é que nós tiramos hoje esse tema da invisibilidade, e ele terá continuação nas Assembleias, nas Câmaras Municipais e através da nossa Comissão, não mais com tempo determinado, e sim de uma forma indeterminada. Enquanto pudermos, estaremos discutindo esse tema.

Quero parabenizar todos os Deputados, quer sejam com a fala a favor ou contra. Nós estamos neste trabalho já há 3 meses e sabemos o que é chegar a um Estado na madrugada e sair de lá na madrugada seguinte. Isto acontece quase todos os finais de semana: a luta que nós estamos tendo para ir a todos os Estados e ouvir as pessoas. Eu, particularmente, com outros Deputados, tenho ouvido familiares vitimados de uma forma mais reservada e tenho ouvido cada coisa que, infelizmente, entristece o nosso coração. Mas quero dizer que nós não podemos desistir nem deixar de ter esperança em um país mais igual.

O nosso País, infelizmente, é racista. Eu sei o que sofro, mesmo como Deputada Federal. Toda semana, eu sou vítima de um racismo escondido, enrustido, que a nossa sociedade mantém, mas nem por causa disso deixei de sonhar com um país mais digno e melhor.

Alguém falou assim — acho que foi o representante do sindicato: *“Olha, nós, enquanto povo preto, também precisamos votar mais nos negros no nosso País,*



*porque reclamamos que a Mesa não nos representa*". Eu não digo "aqui", porque não sou candidata de Rondônia a nenhum cargo eletivo, mas acho que a população negra no Brasil inteiro deve votar em representação mais negra. Uma coisa é falarmos, outra coisa é decidirmos, e o que decide, infelizmente, ou felizmente, no nosso País é o voto.

Aqui ouvimos de tudo. Mas eu quero dizer que, da nossa parte, o nosso compromisso com a CPI, desde o início, é fazer um relatório que carregue o sangue do povo. É o compromisso que esta CPI tem com a população, porque nós não estamos aqui brincando e queremos dar uma contribuição. Jovens como eu, como tantos outros que já falaram aqui, saíram da mendicância, como eu saí, saíram da invisibilidade, porque eu achava que era no estudo que eu poderia mudar a história da minha vida. Eu consegui, mas consegui vendendo água e refrigerante nos sinais, vendendo queijos e doces nas instituições. Eu não aceitei a herança que o Estado tinha para mim. Por isso fui à luta.

Então, quem está falando aqui não é uma pessoa com um discurso irracional. Muito pelo contrário, o meu discurso é o da realidade da minha vida, do esforço que tive que fazer e que faço sempre, porque, como eu disse, todos os dias sou vítima de um racismo escondido que ainda existe neste País.

Eu queria, então, parabenizar todos e todas, independente de posicionamento, porque o Parlamento existe para votar, seja com a Situação, seja com a Oposição. Ou seja, existe o contraditório. Mas parabenizo sobretudo aqueles que tiveram coragem de fazer o debate, de enfrentar as ruas. E peço à Deputada Mariana que não desista. Bem como a todos os Deputados e Vereadores que passaram por aqui, o Deputado Marcos Rogério, o nosso Presidente, pessoa que respeito e admiro muito. Sei que nós poderemos dar uma contribuição extremamente significativa.

Agradeço também ao Presidente desta Casa, que nos abriu este espaço, aos funcionários e a todos vocês, que ficaram aqui até agora, até quase 8 horas da noite, nos ouvindo. E quero registrar, deixar bem claro isto: é a nossa vontade, é o nosso trabalho; nós temos compromisso com o relatório que estamos produzindo.

Parabéns a V.Exa., Deputada Mariana, porque nós não viríamos aqui. Por questão de tempo e de agenda, não daria para vir a Rondônia. E a Deputada



Mariana pediu: *“Por favor, vá ao meu Estado, porque nós queremos discutir isso; para nós é importante”*. V.Exa. teve a coragem de trazer para o seu Estado este tema tão importante.

Então, parabéns a V.Exa., ao Deputado Marcos Rogério e a todos os presentes. Mais uma vez, muito obrigada. E boa noite. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

**O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA** - Depois que o Deputado Marcos Rogério falou, não há como falar mais, não. Pegou tudo para ele. (*Riso.*) Parabéns. Eu faço minhas, de novo, as suas palavras.

Quero dizer o seguinte, Presidente — e isto é antigo: *“Pau que nasce torto morre torto”*. Se se começa uma coisa de maneira torta, a tendência é ela continuar torta até o final. Eu acho que a balança é fundamental, ver todos os lados. É isso que o Deputado Marcos disse quando foi votada a redução. Isso foi discutido durante 22 anos, 23 anos, e olhando-se por todos os ângulos.

Amanhã será lido o relatório. Estarei atento a esse relatório. Eu acho que, para se proporem políticas, precisa haver um ampla discussão. Ciclo completo, com a unificação, uma polícia única. Isso é importante. O que a sociedade quer? O Mário Covas propôs a unificação quando assumiu o Governo de São de Paulo. Acho que foi em 1998, por aí. Então, ele já via isso. E há sempre uma contestação contra isso. É uma política que deve ser revista na área de segurança pública. Agora, tem que se analisar também o treinamento, os manuais sobre utilização de algema, sobre combate a distúrbios civis. Há manuais para tudo isso aí.

A nossa visão é uma legislação ampla, é sempre proteger o mais importante, a sociedade, as pessoas de bem, é evitar que aconteçam essas múltiplas mortes Brasil afora — múltiplas. É isso que eu gostaria que acontecesse.

Vou ficar atento ao relatório. Estou observando, porque eu quero acertar. Eu quero o bem para a sociedade. Vou continuar analisando, compactuando e votando no que a sociedade, como eu vejo, me pede e exige. É hora de mudar. Alguma coisa tem que ser feita. E eu tenho certeza de que a Câmara está fazendo algo. Esta CPI é exemplo disso.



Muito obrigado a todos os que colaboraram. E me desculpem por algum equívoco, alguma coisa. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Com a palavra o Prof. Francisco das Chagas.

**O SR. FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA** - Primeiro, eu quero agradecer à Deputada Mariana Carvalho, mais uma vez, por ter sido essa ponte, embora soubéssemos que a CPI, em tese, rodaria as capitais. É, novamente, uma alegria ter você nesta CPI, como pessoa nossa. Quero agradecer também ao Deputado Reginaldo Lopes e parabenizá-lo.

E devo lembrar que existem duas coisas: uma coisa é a dialética, que são os contrapontos que aqui vimos, e outra coisa, Deputada, é a dialógica. Eu penso que há, sim, uma agenda positiva nessa nossa CPI de Rondônia, embora parecesse que distorcia a principal temática, o que, eu sei, talvez tenha trazido um pouco de frustração. Mas em que eu vejo a agenda positiva, até mesmo para a senhora? O que a senhora ouviu e viu aqui... E sei que a senhora sabe que a questão não é apenas o fato social e político da CPI, mas é um processo. A senhora vai voltar aqui e sabe que é necessário dialogar. Tem que haver uma dialógica, até para que a senhora possa nos ajudar no processo aqui.

Em relação às falas da plenária, de alguns que vieram aqui, quero dizer o seguinte: eu me responsabilizo pelo que falo, não pelo que você entende. Eu não gosto de atacar. Eu não gosto de discurso de ódio e também não gosto de discurso que desqualifica a fala dos outros. Quem não tem argumento geralmente vai ao debate para desqualificar.

Eu fiquei muito feliz quando o Presidente desta CPI disse, resumiu em uma palavra, que a coisa é sistêmica. Eu poderia resumir numa frase minha participação aqui: o Estado é racista. Mas por que eu fiz uma volta? Eu demarquei o território de onde o Chiquinho é. Eu falei que sou professor da rede pública. Dei aula na Zona Leste e dou aula no Murilo Braga. Dei aula para muitos alunos que saíram da sala com a tornozeleira, voltaram para o presídio, ou tinham apenas que se apresentar.

Eu falei de um território, falei que estou num bairro que é ladeado pelo Mocambo, o mais discriminado desta Capital, desta cidade, desde a sua origem, e pelo Tucumanzal, aliás, pelo Mato Grosso, que também sabemos como é. Eu falei



de um local onde nasceu uma senhora que criou um terreiro de candomblé, que gerou um bairro, que é o Mocambo. Ela mudou para o morro, que fundou outro bairro, que é o Santa Bárbara.

Alguém falou muito aqui em saúde, em não seio o quê. E eu fiquei feliz quando o Deputado Reginaldo Lopes colocou que é, sim, um problema da saúde, que é, sim, um problema que envolve tudo. É sistêmico.

Então, quando alguém não escuta ou não entende, isso me preocupa muito. O Prof. Chiquinho falou, também, que foi do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e estava no nascedouro do projeto Juventude Viva. Então, não compreende o que eu estou falando. Não compreende por que eu fico feliz em ter um aparelho gestor aqui, no Município, da juventude. É preciso ter um órgão gestor de promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo nos Municípios e no Estado. Precisamos implantar o sistema SINAPIR, Deputado, o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que aqui não tem também.

Então, se a gente tem gestores que não compreendem que o processo de racismo no Brasil leva à violência, fica difícil ele fazer gestão, fica difícil até porque ele não conhece onde estão os recursos. É o que a gente coloca aqui.

Então, novamente, agradeço. Muito obrigado. Parabéns à CPI e parabéns a vocês que me escutaram. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Para fazer uma saudação, concedo a palavra ao Delegado Titular da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente — DEPCA.

**O SR. THADEU BANCALARI SANTOS DA SILVA** - Desempenho as minhas funções ali na DEPCA, vim preparado para tratar sobre a quantidade de inquéritos instaurados pelo DP, mas o tema para mim fugiu.

A minha delegacia tem 414 inquéritos. A delegacia trabalha na apuração de crimes praticados por maiores. Só no começo, a quantidade de casos de estupro praticados contra criança chegou a 170. Então a criminalidade está muito alta. Eu também não sou a favor da redução. Por quê? Porque primeiro se tem que criar um aparato de como é que se vai fazer.

Eu vi um modelo da Itália muito bom, eles passaram vários anos discutindo isso para poder botar isso em prática: criar presídios, criar metodologias de ensino e



de recuperação para depois implantar. Hoje, aqui, nós estamos ao contrário, prendemos para depois apurar.

Eu admiro muito a Deputada Mariana Carvalho, que conheço desde pequena. Parabéns pela ideia! Desculpem-me por ser contra.

Eu agradeço a oportunidade e estou sempre pronto, quando for convidado. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Thadeu Bancalari.

Eu vou pedir à nossa Vice-Presidenta para encerrar e fazer a sua exposição final, mas antes quero repetir uma fala que eu fiz. Às vezes, nós pegamos determinados temas com pontos que divergem mais do que têm convergência, e aí nos dividimos.

Então é evidente que, sob o tema da redução da maioria penal, eu acredito que tanto os que votaram a favor quanto os que votaram contra acreditam que estão encontrando um caminho para solucionar. O que diverge aqui é que nós achamos que não é esse o caminho, e outros acreditam que sim. Isso é muito legítimo do Parlamento. Então alguns fizeram intervenções, e a CPI tem que ter uma posição sobre a questão da redução da maioria penal.

Eu acho que, se fizermos uma média majoritária, a CPI deve ter votado contra a redução, mas isso não é um tema de deliberação da CPI. É evidente que isso não tira ou aumenta a legitimidade da CPI.

Agora, evidentemente no relatório vai haver oposição, alguns podem divergir um pouco, mas o que eu percebo na média é que há muita convergência. A convergência que temos lá é que — e a CPI foi criada para isso — a CPI pudesse não negar o passado, porque quem nega o passado dificulta o entendimento do presente e dificulta o futuro. Então é evidente que o relatório preliminar que a Deputada Rosângela apresentou sinaliza muito o reconhecimento de que o Brasil não fez um acerto com a sua história. E todos nós acreditamos nisso.

Quem votou a favor e quem votou contra, todos sabem que o Brasil não fez uma reparação de danos aos negros no Brasil. Sabem que, de fato — não é, Deputado Marcos Rogério? —, o Brasil tinha uma lei para acabar com o trabalho escravo, que tinha previsão de dez artigos. Ali estariam garantidos direitos —



salários, indenizações, cidadania, escola, propriedade —, e, na verdade, isso foi rasgado. E só fizeram a abolição da escravatura com um artigo: acaba o trabalho escravo. De fato, ali, nós não fizemos um encontro com a nossa história, porque os negros foram empurrados para os morros e para as favelas. E para comparar, não sou contra nenhum tipo de população, mas os imigrantes chegaram e, logo, com 2 anos, tinham tudo, tinham cidadania, tinham trabalho, tinham propriedade. Então, de fato, o Brasil precisa fazer esse reencontro. Não tem jeito.

Então, eu acho que, de uma maneira ou de outra, também o Brasil está fazendo um pouco do reencontro. Não é porque se tenta discutir as razões de 80% dos assassinados serem negros, que nós temos que negar também os avanços. Eu sou do Governo, todo mundo sabe. Fui Presidente do PT por 8 anos, presidi o partido, sou do Governo e tenho o maior orgulho de ser da base da Presidenta Dilma e do Presidente Lula.

Eu costumo dizer, Deputada Mariana, que o Brasil tinha duas narrativas, antes da jornada de junho e julho de 2013. Sabe qual era a narrativa? Era a do meu partido, que dizia que estava tudo certo, e a do seu partido — não que seja a sua opinião — que dizia que estava tudo errado. O povo foi para as ruas e dizia assim: *“Nem está tudo certo e nem está tudo errado”*. Eu acho que esta é a avaliação mais sensata do Brasil: nem está tudo pronto e nem está tudo inacabado.

Então, eu penso que o Brasil precisa entrar numa agenda de consensos. O Ministro da Educação, Renato Janine, falou uma frase de que eu gostei. Ele faz uma leitura de que o Brasil só avançou quando obteve consensos. Ele cita três consensos e o desafio desse momento que nós estamos vivendo na política, Deputada Mariana. Quais são os três consensos de que ele fala? Nós derrotamos a ditadura, porque houve convergência — não foi isso, ou alguém duvida? Nós colocamos um ponto final na ditadura, porque houve uma convergência contra a ditadura. Nós derrotamos a inflação. Aí, é mérito do Governo da Mariana, que foi o do Fernando Henrique. O meu partido inicialmente era contra — contra não, achava que não ia dar certo. Depois, nós perdemos a eleição no primeiro turno. Nós estávamos na frente, íamos ganhar no primeiro turno, mas perdemos no primeiro turno. Fizemos uma convergência a favor, compreendendo que a inflação prejudica o trabalhador, o mais pobre. E hoje nós pagamos o preço para fazer os ajustes



fiscais, para ter estabilidade econômica — não é isso? Então, foi uma agenda. A agenda do controle de inflação é uma agenda de convergência da sociedade brasileira, uma agenda de consenso.

Depois, o Lula ganhou, e nós fizemos o Programa Bolsa Família, com transferência de renda e políticas sociais. Inicialmente, alguém dizia que não daria certo, mas hoje — vamos ser sinceros —, se o PSDB quiser chegar a um Governo, ele vai ter que dizer que o Bolsa Família é uma política de Governo. Inclusive o ex-candidato Aécio Neves, na véspera, apresentou um PL dizendo que o Bolsa de Família é uma política de Estado e não de Governo. Isto é uma convergência: a inclusão social é um imperativo na política pública.

Então, qual é a quarta agenda que eu acho que o povo foi para as ruas e alertou tanto o PT quanto a Oposição? Eu até acho — e vou fazer um parêntesis aqui — que a Presidenta Dilma soube interpretar mais do que a Oposição que o Brasil queria mais futuro, queria mais *status*, não queria menos *status* e que precisava de novas ideias. Ela conseguiu interpretar na campanha e ganhou a eleição. Uma eleição que eu diria quase impossível de ser ganha, porque 75% da população queria e quer mudanças.

Então, de lá para cá, a popularidade da Dilma não está bem posicionada, porque a sociedade não percebeu os sinais do meu partido e do meu Governo de qual é a garantia desse mais futuro, de quais são essas novas ideias. Por isso nós não estamos bem.

Mas eu quero concluir aqui o seguinte: a sociedade espera que as políticas públicas tenham eficiência — viu, Deputada Mariana? O Estado quer, e o povo quer. Não basta abrir um posto de saúde — e o Governo está fazendo 40 mil postos de saúde —, tem que ter médico. Não basta ter médico, mas que o médico seja vocacionado a atender o cidadão, à saúde pública. O povo quer que tenha uma escola, mas não basta ter uma escola, não pode ser um puxadinho, tem que ter professor, tem que ter amor, tem que ter dedicação. O povo quer escola e que tenha alimentação, mas não é mais uma merenda escolar, é uma alimentação escolar. O povo quer política de segurança, mas não é uma política de segurança seletiva, quer uma política que dê segurança e cidadania ao cidadão brasileiro.



Então, por que eu estou dizendo isso? Nós temos que construir uma agenda de convergência, de eficiência do Estado e das suas políticas.

Eu sou muito otimista. E eu quero aqui agradecer à Deputada Mariana Carvalho, que tem participado, é a minha Vice-Presidenta e tem feito um papel muito importante dentro do PSDB, para nos ajudar nos encaminhamentos do relatório final e podermos construir uma convergência do conjunto de proposições legislativas. Em algumas, há 100% de concordância; em outras vai haver um pouco de disputa, em especial quando for discutido o modelo do caminho penal. Vai haver, porque nós temos lá tantos Deputados que pertencem à Polícia Militar e tantos Deputados que pertencem à Polícia Civil. Então, vai haver. Não tem jeito.

Como todas as proposições da CPI ainda tramitarão no Congresso Nacional, terão que ser votadas e discutidas pela sociedade, nós não temos que ficar nessa polêmica. Nós temos que as apresentar e, depois, discutir com a sociedade, com o movimento negro, com o povo brasileiro, se realmente essas proposições vão melhorar a eficiência da Justiça. Quanto maior a impunidade maior a taxa de homicídio.

Sabe, Deputado Marcos Rogério, um país que elucida 90% dos casos tem 1 homicídio em cada 100 mil; um país que, como o Brasil, em que só 8% são elucidados e 3% são presos, tem 70 homicídios para cada 100 mil. Então, na verdade, nós temos muitos problemas. Como eu falei da letalidade policial, eles matam e morrem também. Não adianta. Não dá para negar! O Estado não pode matar ninguém!

Então, eu quero concluir dizendo que cada um, a partir da sua concepção política, da sua vivência, da sua história, que se manifestou numa votação sobre esse tema, porque também acredita que isso vai melhorar a questão da violência, é tão legítimo quanto os que não votaram, para continuar buscando proposições dentro da nossa CPI.

Então, eu quero encerrar dizendo que, pessoalmente, faço coro aos que não acreditam que a redução vai resolver. É a minha posição. Votei e encaminhei a votação. Mas eu acho que a Casa é plural, e é legítimo que a Casa se manifeste assim, porque é da democracia. Se não construirmos essas pontes e esses diálogos



e formos para o radicalismo, nós vamos perder coisas muito importantes que a CPI pode apontar para o futuro.

Quero agradecer a todos a presença e ao Presidente desta Casa, Deputado Maurão de Carvalho, que abriu as portas. Quero agradecer a confiança e a lealdade da minha Relatora, Deputada Rosangela Gomes, nesta caminhada, ao Deputado Edson Moreira, que é um amigo, irmão, e participou de todas as audiências nos Estados, ao Deputado Marcos Rogério, que está aqui até agora ouvindo todos nós.

Passo a Presidência e a palavra à Deputada Mariana Carvalho, que é nossa Coordenadora aqui no Estado de Rondônia e vai encerrar os nossos trabalhos hoje. Muito obrigado, Mariana. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Mariana Carvalho) - Bom, primeiro, eu quero agradecer a todos que ficaram até o final da nossa audiência, participando, dando o seu depoimento. Na política, isso é muito importante. Eu quero dizer a todos que fizeram seus discursos contrários ao meu posicionamento que vocês estão de parabéns, porque é disso que a gente precisa, do debate. A gente não precisa fugir dos debates na política. Muitas vezes se acaba fugindo, porque cada um fica com o seu posicionamento.

Eu não lembro quem falou da importância de se posicionar. E, na minha história — e quem a conhece sabe —, desde que entrei na política, aos 16 anos, quando resolvi tirar meu título de eleitora, eu nunca fiquei em cima do muro em nenhum posicionamento, em nenhuma questão, por mais polêmico que fosse o debate. Ana Maria, que é Vereadora, sabe como é importante termos os nossos posicionamentos. A gente não consegue agradar a todos. E, infelizmente, conseguir chegar a 100% da população é muito difícil. Mas o mais importante é a gente ouvir as pessoas.

E quando eu resolvi vir a esta CPI, muita gente até questionou e disse: “*Mas, Mariana, você foi a que mais coletou assinaturas para a CPI da PETROBRAS e você vai escolher outra CPI para fazer parte?*” Na verdade, eu escolhi, porque eu não só acredito, mas tenho certeza de que podem ocorrer essas mudanças necessárias para a gente acabar com o preconceito.

Pessoas que me conhecem desde criança e estão aqui, posso falar sem medo, Seu Valdir e até mesmo o Sr. Thadeu Bancalari, sabem que eu tive uma



pessoa que cuidou de mim a vida inteira. Ela morou na minha casa, era negra e veio da Bahia morar aqui em Rondônia. Ela acabou crescendo na vida e virou diretora de uma escola em Buritis. Ela sempre esteve presente na minha vida, nas minhas conquistas. Posso até dizer, sem medo de errar, que ela me ensinou muito. E digo isso para a minha mãe, para o meu pai. Eles sabem que ela foi minha segunda mãe. E há 2 meses, aos 47 anos, ela faleceu. E talvez, por esse motivo, eu lute tanto pelos negros e pelos jovens pobres.

Eu escutei alguém comentar que eu não o representava. Eu queria poder ser parte de todos os segmentos que eu pudesse defender. Mas talvez não seja porque eu não nasci negra que eu não vá lutar pelos negros do nosso País. (*Palmas.*) Talvez não seja porque eu nasci, como alguns falaram, em berço de ouro... Isso foi pelo trabalho do meu pai e da minha mãe. Eles trabalham muito, e trabalham muito mesmo. Hoje, eu saí de casa e não vi meus pais. Cheguei, nem tinha cumprimentado, e depois alguém me disse: "*Seu pai está ali*". Eu nem o tinha visto ainda, porque estava lá atrás.

Posso ter tido sorte, mas meu pai não teve a mesma sorte que eu. Ele tinha o sonho de cursar medicina. Morava num distrito da cidade de Rio Bonito, no Rio de Janeiro, que a nossa Deputada Rosangela conhece bem. Muita gente dizia que jamais ele seria médico na vida. E ele largou tudo, foi para o Amazonas, passou fome e conseguiu se formar médico. Ele veio parar aqui em Rondônia como médico do Exército e acabou conhecendo minha mãe, que veio de São Paulo. Os dois ficaram aqui. A minha família toda em São Paulo e no Rio de Janeiro, e meus pais continuaram aqui.

Pai, eu tive a sorte de poder ter tudo na vida, mas a coisa mais importante que eu tive foi a educação que vocês me deram. No começo, você não gostava que eu estivesse na política, queria que estivesse apenas nos meus estudos.

Não é porque meus pais são donos de faculdade que eu me formei em medicina e fiz direito em outra faculdade. Eu poderia ter apenas ficado usufruindo do dinheiro deles e não ter estudado. (*Palmas.*) Eu podia ser, como foi dito, burguesinha, viver andando de carro, indo para a balada, mas não. A escolha de estar aqui hoje representando as pessoas foi exclusivamente minha. Eu escolhi estar aqui.



Escutar cada vaia não me faz sentir menor ou maior, mas me faz saber que eu escolhi essa vida para participar de um processo democrático. Então, eu agradeço a vocês que vieram. *(Palmas.)* Eu escutei dizerem: “*Vamos lá, porque é um absurdo ela votar contra, votar a favor, o seu posicionamento*”. Hoje, vocês vieram aqui me vaiar. Mas quem sabe em outras votações eu possa ter o aplauso de vocês, ter o reconhecimento de vocês. *(Palmas.)* Eu não sou mais nem melhor do que ninguém.

O Deputado Reginaldo foi muito feliz em suas palavras. Imaginem eu, do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB, e o Deputado Reginaldo, do PT, com ideologias muitas vezes muito diferentes, conseguimos conviver e nos dar tão bem no dia a dia. Ele com as suas defesas, e eu com as minhas; ele, muitas vezes, concorda com coisas com as quais eu não concordo, mas nunca perdemos o respeito um ao outro. *(Palmas.)* E esse respeito é o que a gente precisa levar para a vida.

Talvez vocês possam estar até certos de que não seja o melhor posicionamento a forma como eu votei na redução da maioria penal, mas foi a forma que eu encontrei para escutar a maioria da população e não apenas um dado de quase 90%. Se vocês me acompanham nas redes sociais, sabem que fiz pesquisa no Facebook, conversei com várias pessoas no meu dia a dia. Quem sabe, no final, quem pode estar certo realmente são vocês. Eu só posso ter a certeza depois do que acontecer. Mas a única certeza que eu tenho é a de que não é redução da maioria penal que vai melhorar, porque eu nunca disse, e nunca vocês ouviram isso de mim, que não se precisava de educação; precisa-se sim. Em todos os meus discursos eu falo isso.

Eu não queria nem entrar nos méritos, para não entrar numa discussão partidária, como vocês devem ter acompanhado os meus discursos, mas a grande bandeira, principalmente do partido do Reginaldo, é se colocar como foi dito: mais educação e menos prisão. Mas é isso mesmo que nós queremos: mais educação e menos prisão. Só que o que vem ocorrendo hoje é que vêm morrendo muitas pessoas.

E, hoje, tivemos a oportunidade de fazer uma diligência com vários detentos perigosos que assaltaram banco. Um atirou na cara do irmão pelo uso das drogas,



pelo desespero do dinheiro, por ver os traficantes andando de carrão e ele não conseguir. Isso tudo ficou gravado para a nossa CPI, e eu tive a oportunidade de perguntar para eles: *“Vocês acham que se houvesse alguma punição para os menores de 18 anos vocês estariam tão envolvidos no crime? Quem acha que sim levante a mão.”* Todos levantaram a mão. Quem estava lá prova isso. Todos levantaram. Um pediu para fazer um testemunho e disse o seguinte para mim: *“Eu fui preso 62 vezes quando era menor. Mas eu ria, porque eu sabia que a minha mãe ia me tirar de lá, porque eu era de menor.”* Eu disse para ele que esse caminho não era o caminho mais fácil, mas ele disse que estudava, que aprendeu a usar as drogas dentro da sala de aula, e que se começava um amigo dando um pouquinho para ele, o outro amigo dando mais um pouquinho para ele, e, de repente, aquele amigo que levava só um pouquinho começou a virar o traficante dentro da escola. E o pedido que ele me fez — e é esse pedido que temos que fazer à sociedade, Secretária, deixar esse pedido em nome dessas pessoas que hoje tivemos oportunidade de ouvir... É que a grande maioria se inicia dentro das escolas, porque não há segurança. Não há nada que amedronte eles, e, muito menos, uma tropa policial que esteja ali fardada, até mesmo para fazer uma vigilância ou fazer... Eles até falaram: dar um susto de chegar nas salas de aula e olhar o que eles estão levando na mochila. E precisamos de vários fatores, além da educação; colocar a nossa polícia na rua, para estar de olho, e não apenas para ir lá bater, humilhar, mas sim para colocá-la para saber que há segurança no nosso Município, no nosso Estado.

Além disso, eu posso dizer aqui... Não falo que deveria ser um papel apenas ser delas, mas hoje — o senhor, que falou pela igreja —, o principal responsável por conseguir fazer com que haja essa ressocialização no nosso País são as igrejas. *(Palmas na plateia.)* Muito mais, muito mais — eu falo sem medo de errar — do que o Governo. E o senhor sabe disso, que as igrejas fazem isso.

Hoje, falei aqui para o nosso Presidente que escutamos pouquíssimo se falar nisso, na valorização das famílias; na valorização das famílias, como elas são importantes. Dentro de uma mesma casa, muitas vezes, conseguimos ver que um irmão está para o crime e o outro não. Precisamos fazer com que as famílias estejam mais presentes.



Quando eu terminei meu curso de Direito, tive oportunidade de fazer um tema sobre mediação de conflitos numa escola de Porto Velho, Deputada Rosângela, chamada Maria Izaura. E eu coloquei exatamente isso, que não existe essa participação das comunidades do bairro. Às vezes, o próprio barzinho da esquina não consegue ter uma interação e saber a realidade da escola. Os pais não participam ativamente do dia a dia do seu aluno para saber realmente o que ele faz na escola, e o comportamento muitas vezes é diferente. Isso, precisamos colocar nos nossos discursos: a família, a igreja, a educação, a segurança, o esporte, o lazer e as oportunidades de emprego; que eles possam crescer e ser alguém na vida. Disso eu tenho certeza.

Quero deixar bem claro a vocês que eu jamais serei contra a juventude, jamais serei contra os negros. Eu estou nesta CPI porque eu escolhi fazer parte dela. E quando marcamos a data desta CPI no dia 6 de julho, quem escolheu a data para fazer no dia 6 de julho fui eu. Já estava até marcada outra audiência para Pernambuco, e eu pedi ao Deputado para trocar. E a data do dia 30 de junho para se discutir a redução da maioria penal também já estava marcada.

Eu não tenho medo de discutir. Até acho que o grande problema do nosso País é ter medo de discutir temas polêmicos. (*Palmas na plateia.*) Eu posso dar um exemplo para vocês, porque, se há 22 anos, quando esse tema foi discutido lá atrás, se tivessem começado essa discussão há 22 anos, teríamos um ECA, como vocês me deram aqui, do jeito que se precisaria, e não precisaríamos estar discutindo hoje. Mas, infelizmente, muitos políticos fogem, porque têm medo; não votam, se absterem e deixam esse tema para lá e falam: “*depois a gente conversa e discute sobre isso.*” É por isso que as coisas não vão para a frente.

Eu quero e eu espero, como disse... Eu não lembro qual foi a jovem, acho que foi a Mirla que falou que precisaria de 100 anos. Eu espero que daqui a 100 anos — eu não sei se ela ainda está aqui, a Mirla — nem precisemos estar preocupados com 16, com 18 ou 25 anos, porque assim, chegaremos, daqui a 100 anos, com uma educação de qualidade no nosso País, como uma educação que dê oportunidade e futuro às pessoas. É isso que eu espero.

Eu votei “sim” à redução. Mas, se daqui a alguns anos conseguirmos fazer com que haja educação que tanto se precisa e se discute no País, podemos mudar



a Constituição e, quem sabe, nem precisar dessas punições, porque vamos ter um País educado, um País com qualidade, um País com segurança. Como, por exemplo, o Japão: ano passado, a polícia não atirou uma bala; não usou uma bala sequer, porque lá eles conseguiram ter uma educação de qualidade. Eu quero e espero — não sei onde vou estar —, quem sabe, estar do outro lado e vocês estarão aqui ocupando esses espaços. *(Palmas na plateia.)* Porque a verdadeira reforma política que vai acontecer no País não são essas mudanças que nós votamos, não. O Deputado Marcos Rogério sabe muito bem disso, porque tem a sua atuação. Eu tenho orgulho de fazer parte dessa bancada, em que se consegue ver Deputados que se destacam no meio dos 513. Temos de colocar pessoas no Parlamento não só novas pela idade, mas novas na forma de pensar. E é preciso que essas pessoas saiam muitas vezes só dos aplausos, de carregar faixas e se coloquem para concorrer a essas eleições e representar, como é o exemplo da Rosângela, que contou sua história de vida. Eu tenho certeza de que ela ouviu muito na vida que jamais seria capaz de chegar onde está hoje. E hoje ela está aqui, como uma mulher que veio da periferia do Rio de Janeiro, negra, representando o povo brasileiro. Eu mesma escutei isso várias vezes por ser mulher e por ser jovem *(palmas na plateia)*, que não seria capaz de chegar onde eu estou. *(Pausa.)*

Vou tentar terminar, mas a minha voz realmente está falhando desde quinta-feira. Quem acompanhou os discursos viu que eu não tinha mais voz. Eu acho que desde ontem também, do resultado da emoção de ser convidada a ser Vice-Presidente do PSDB Nacional, minha voz foi embora, e agora estou tentando, desde a hora que cheguei, beber bastante água, para conseguir falar com vocês. Mas ontem eu estava completamente com zero de voz; fiquei até feliz que hoje acordei bem.

Mas, só para terminar, eu quero agradecer a cada um de vocês que veio fazer parte, fazer esses depoimentos, para que pudéssemos fazer esse processo democrático. Eu escutei gente falar que eu traria ônibus de pessoas para me aplaudir ou inscrever apenas pessoas que viriam me elogiar, e o processo democrático foi feito: todos que quiseram falar falaram; todos que quiseram aplaudir aplaudiram; e todos que quiseram vaiar vaiaram. Eu acho que é disso que precisamos no nosso Parlamento.



Então, eu quero agradecer, em especial, à Assembleia e aos Deputados que vieram fazer parte desta Comissão; também ao nosso Secretário, Tadeu; à imprensa; aos funcionários da Assembleia e aos funcionários da Câmara, que estiveram aqui para debater esse tema tão importante.

Depois que sair a nossa relatoria, quero anunciar, se vocês puderem acompanhar, se tiverem sugestões, mandem através do Facebook, dos *e-mails*, que estaremos ouvindo todos.

Muito obrigada pela participação de todos. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Reginaldo Lopes) - Declaro encerrados os nossos trabalhos, antes convocando reunião para terça-feira, amanhã, às 15 horas, para a leitura e aprovação do Relatório Final da CPI de Violência contra Jovens Negros e Pobres.

Muito obrigado. Fiquem com Deus. Muito obrigado, Deputada Mariana.